

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – BIBLIOTECONOMIA**

**LUCIANA PRESTES VICENTE**

**BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL E O PATRIMÔNIO  
EDIFICADO: VALOR, NO FUNDO, SIMBÓLICO**

**PORTO ALEGRE**

**2017**

LUCIANA PRESTES VICENTE

**BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL E O PATRIMÔNIO**  
**EDIFICADO: VALOR, NO FUNDO, SIMBÓLICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Heloisa Tavares Figueredo Lima

PORTO ALEGRE

2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

**AUTORIZAÇÃO**

Autorizo o encaminhamento para avaliação e defesa pública do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) intitulado **BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL E O PATRIMÔNIO EDIFICADO: VALOR, NO FUNDO, SIMBÓLICO**, de autoria de Luciana Prestes Vicente, estudante do curso de Biblioteconomia, desenvolvido sob minha orientação.

Porto Alegre, 20 de dezembro de 2017.

Assinatura:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Heloisa Tavares Figueredo Lima

LUCIANA PRESTES VICENTE

**BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL E O PATRIMÔNIO**

**EDIFICADO: VALOR, NO FUNDO, SIMBÓLICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovado pela Banca Examinadora em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marcia Heloisa Tavares Figueredo Lima – UFRGS  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Me. Marlise Maria Giovanaz – UFRGS  
Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Me. Ketlen Stueber – UFRGS  
Examinadora

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por proporcionar memórias e afetos que perpassam o tempo, especialmente ao meu pai, Evaldo Vicente (*in memoriam*), e minha mãe, Margarida Prestes Vicente (*in memoriam*).

Agradeço às minhas irmãs, Carmen e Cátia, pelo amor e parceria fraterna.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela oportunidade de voltar ao estudo acadêmico.

Agradeço a todos os professores – em especial à Marcia Heloisa Figueredo Pinto, por aceitar ser minha orientadora.

Agradeço às colegas de curso, principalmente, Luciana Milani, Fernanda Heinrich, Kamila Moura e Marianna Cunha. Todas iluminaram as manhãs dos últimos quatro anos.

Agradeço às professoras Marlise Maria Giovanaz e Ketlen Stueber por terem aceitado participar da banca.

Agradeço às bibliotecárias que cederam seu tempo para cooperar com a presente pesquisa.

## RESUMO

Averigua se os bibliotecários ou funcionários responsáveis por bibliotecas públicas estabelecidas em edificações consideradas patrimônio cultural localizadas no Rio Grande do Sul promovem uma valorização da edificação. Estudo de caso que apresenta o conceito de patrimônio cultural com base da bibliografia. Detalha a transformação do uso da palavra “patrimônio”, com a sua passagem do privado para o público. Apresenta a Revolução Francesa como acontecimento transformador do conceito de patrimônio e discorre sobre a institucionalização de órgãos, legislações e Cartas sobre o tema no Brasil. Discorre sobre como se dá a atribuição de valor e pontua memória e identidade como elementos constituidores da valoração. Apresenta a história da biblioteca pública, seu surgimento e atuação no Brasil e destaca a sua função cultural. Pesquisa a valoração e a divulgação que o patrimônio edificado recebe nas bibliotecas públicas localizadas no Estado por meio de entrevistas semiestruturadas com as três bibliotecárias-chefes e por observações sistemáticas, individuais e não participantes dos seus espaços físicos e dos seus ambientes virtuais. Conclui que a valorização e a divulgação do patrimônio edificado são parciais, devido a problemas com a manutenção das edificações, aliada à falta de investimento financeiro do poder público por parte do Governo dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural Edificado. Atribuição de Valor. Memória. Identidade. Bibliotecas Públicas.

## RESUMEN

Averigua si los bibliotecarios o funcionarios responsables de bibliotecas públicas, ubicadas en edificaciones consideradas patrimonio cultural localizadas en Rio Grande do Sul, promueven una valorización de la edificación. Estudio de caso que presenta el concepto de patrimonio cultural basado en con base en la bibliografía. Detalle la transformación del uso de la palabra patrimonio, con su paso del privado al público. Presenta la Revolución Francesa como acontecimiento transformador del concepto de patrimonio y discurre sobre la institucionalización de órganos, legislaciones y cartas sobre el tema en Brasil. Discurre sobre cómo se da la atribución de valor y puntualiza memoria e identidad como elementos constituyentes de la valoración. Presenta la historia de la biblioteca pública, su surgimiento y actuación en Brasil y evidencia su función cultural. Se busca la valoración y divulgación que el patrimonio edificado recibe en las bibliotecas públicas ubicadas en el Estado, a través de entrevistas semiestructuradas con las tres bibliotecarias-jefes y por observaciones sistemáticas, individuales y no participantes de sus espacios físicos y de sus ambientes virtuales. Concluye que la valoración y divulgación del patrimonio edificado es parcial, debido a problemas con el mantenimiento de una edificación patrimonial, aliada a la falta de inversión financiera del poder público, por parte del Gobierno de los municipios del Estado de Rio Grande do Sul.

**Palabras clave:** Patrimonio Cultural Edificado. Atribución de Valor. Memoria. Identidad. Bibliotecas Públicas.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Fachada da Biblioteca .....	68
<b>Figura 2</b> – Placa na entrada da Biblioteca .....	69
<b>Figura 3</b> – Espaço interno da unidade .....	69
<b>Figura 4</b> – Fachada da Biblioteca .....	73
<b>Figura 5</b> – Hall com porta de entrada .....	73
<b>Figura 6</b> – Fachada do Prédio e os motivos positivistas.....	78
<b>Figura 7</b> – Detalhe Busto de Dante na Fachada.....	79
<b>Figura 8</b> – Homenagem a escritores e gêneros literários .....	79
<b>Figura 9</b> – Pintura do teto do Salão Mourisco.....	80
<b>Figura 10</b> – Vitral recuperado na última restauração.....	80
<b>Figura 11</b> – Parte da pintura coberta de tinta cinza .....	81
<b>Figura 12</b> – Pintura da escada coberta de tinta cinza.....	82



## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> – Relação entre os objetivos específicos e as questões da entrevista .....	18
<b>Quadro 2</b> – Lista de Cidade, Bibliotecas e Patrimônio Edificado .....	58

## LISTA DE SIGLAS

<b>ACERGS</b>	Associação de Cegos do Rio Grande do Sul
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>BPE/RS</b>	Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul
<b>BPP</b>	Bibliotheca Pública Pelotense
<b>BRAPCI</b>	Base de Dados em Ciência da Informação
<b>CCMQ</b>	Casa de Cultura Mario Quintana
<b>CIAM</b>	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
<b>CRB10</b>	Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região
<b>ICOMOS</b>	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
<b>IFLA/UNESCO</b>	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas
<b>INL</b>	Instituto Nacional do Livro
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>IPHAE</b>	Instituto do Patrimônio Histórico do Estado
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>SEBP</b>	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas
<b>SEBP/RS</b>	Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul
<b>SNBP</b>	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
<b>SPHAN</b>	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas pela Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>15</b>
2.1	TIPO DE ESTUDO.....	15
2.2	INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	17
2.3	CAMPO EMPÍRICO DO ESTUDO .....	19
<b>3</b>	<b>PATRIMÔNIO CULTURAL.....</b>	<b>21</b>
3.1	DE VOLTA AO PASSADO .....	26
3.2	PANORAMA NO BRASIL .....	29
<b>4</b>	<b>ATRIBUIÇÃO DE VALOR SIMBÓLICO .....</b>	<b>36</b>
4.1	TOMBAMENTO LEGITIMA VALORES.....	40
4.2	MEMÓRIA E IDENTIDADE .....	42
<b>5</b>	<b>BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....</b>	<b>47</b>
5.1	BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL .....	50
5.2	BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL .....	53
5.3	A FUNÇÃO CULTURAL DAS BIBLIOTECAS .....	54
<b>6</b>	<b>RESULTADOS.....</b>	<b>57</b>
6.1	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL MACHADO DE ASSIS .....	65
6.1.1	Entrevista com a bibliotecária .....	65
6.1.2	O que conta a edificação .....	67
6.2	BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JÚLIO COSTA .....	70
6.2.1	Entrevista com a bibliotecária .....	70
6.2.2	O que conta a edificação .....	72
6.3	BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	74
6.3.1	Entrevista com a bibliotecária .....	74
6.3.2	O que conta a edificação .....	77
<b>7</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>83</b>
<b>8</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>91</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>94</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>99</b>
	<b>APÊNDICE A – Envio de correspondência eletrônica para Bibliotecas Públicas</b> Cadastradas no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul .....	99
	<b>APÊNDICE B – Carta de Apresentação enviada às Bibliotecas Pesquisadas .....</b>	100
	<b>APÊNDICE C – Termo de Consentimento .....</b>	101
	<b>APÊNDICE D – Roteiro para Entrevista Semiestruturada.....</b>	102

<b>APÊNDICE E – Roteiro para observação do espaço físico.....</b>	<b>104</b>
<b>APÊNDICE F – Roteiro para observação dos ambientes virtuais .....</b>	<b>105</b>
<b>APÊNDICE G – Transcrição da entrevista feita com a bibliotecária</b> Maria Denise Mazzali Konarzewski, da Biblioteca Pública Machado de Assis .....	<b>106</b>
<b>APÊNDICE H – Transcrição da entrevista com a bibliotecária Bianca Teixeira Ramos,</b> da Biblioteca Pública Municipal Júlio Costa .....	<b>111</b>
<b>APÊNDICE I – Transcrição da entrevista com Morgana Marcon, diretora da Biblioteca</b> Pública do Estado do Rio Grande do Sul .....	<b>116</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas são consideradas centros de memória ao salvar, organizar e disponibilizar a informação presente em seu acervo, contribuindo para a formação educacional e para o desenvolvimento sociocultural das respectivas comunidades às quais servem. Da mesma forma, o patrimônio cultural – no caso desta pesquisa, o patrimônio edificado – também é considerado uma referência de memória e identidade coletiva por estar impregnado de valores simbólicos.

A partir dessa perspectiva, a biblioteca pública estabelecida em uma edificação considerada patrimônio cultural está duplamente carregada de informação. Ambos, acervo e edificação, podem ser considerados fontes de conhecimento. A informação presente em uma edificação, considerada patrimônio de valor cultural, pode-se dizer que estabelece uma ponte invisível entre passado, presente e futuro, trazendo consigo memórias e narrativas diversas. Quem fará a leitura dessas informações e quem irá traduzir os dados que estão em pedra, cimento e tinta? O bibliotecário ou funcionário responsável deveria se imbuir de mais esse desafio, o de ser um mediador entre patrimônio e usuário? Há realmente uma valorização do patrimônio edificado? O bibliotecário é responsável pela preservação e manutenção do patrimônio?

Acrescenta-se também que muitas bibliotecas públicas fazem parte da instauração do centro urbano, sendo parte integrante da construção e da narrativa de uma cidade. Essa característica propiciou que algumas bibliotecas tivessem prédios construídos especificamente para receber uma unidade, outras fossem alocadas em edificações existentes, e outras ainda funcionassem junto a prefeituras ou centros culturais. A relação aludida pode ser percebida desde a criação da primeira biblioteca pública, no Brasil, na Bahia, em 1811, com sua sede primeira estabelecida no andar térreo do Palácio do Governo.

Para encontrar respostas às indagações realizadas anteriormente, buscou-se estabelecer os objetivos da pesquisa. O objetivo geral postulado foi averiguar se os bibliotecários ou funcionários responsáveis por bibliotecas públicas estabelecidas em edificações consideradas patrimônio cultural no Rio Grande do Sul promovem uma valorização da edificação. Dessa forma, o primeiro objetivo específico consistiu em mapear as bibliotecas públicas estabelecidas em edificações consideradas

patrimônios culturais no Estado. Diante do resultado obtido foi feita a seleção de três unidades para dar seguimento à proposta do trabalho. O segundo objetivo específico envolveu analisar a relação entre a equipe (especificamente do bibliotecário) com uma imaginada valorização do patrimônio. O terceiro foi apurar se são promovidas ações de valorização do patrimônio edificado da unidade por meio das enunciações presentes em materiais impressos de divulgação (folhetos, flyers ou catálogos), nos ambientes virtuais (*site* oficial, blogs e redes sociais), e por meio das atividades culturais. O quarto objetivo específico pretendeu verificar se há orçamento destinado à manutenção da edificação, e o quinto intencionou compilar os eventuais benefícios que os bibliotecários apontaram em decorrência da unidade estar lotada em um patrimônio edificado.

A abordagem qualitativa foi escolhida para o tratamento dos dados por possibilitar a interpretação das informações coletadas, assim como a atribuição de significado aos resultados obtidos. Para a realização do trabalho se efetuou uma pesquisa exploratória por meio de bibliografia e documentos. O referencial teórico acrescentou definições e reflexões pertinentes aos conceitos deste estudo, como patrimônio cultural, valoração, memória e identidade. Como instrumentos de pesquisa foram usadas a análise das entrevistas semiestruturadas e análise dos documentos (material impresso e virtual). Para a adequada demonstração dos resultados encontrados, no que se refere ao mapeamento das bibliotecas estabelecidas em patrimônio cultural, foi elaborado um quadro que possibilitou representar visualmente e de maneira objetiva as informações recuperadas.

O mapeamento proposto se mostrou relevante, pois, ao buscar informações junto ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul (SEBP/RS) sobre as unidades estabelecidas em edificações consideradas patrimônios culturais no Estado, o órgão informou que não possuía esse controle. A mesma resposta foi obtida ao consultar o Conselho Regional de Biblioteconomia da 10ª Região (CRB10). Além disso, ao efetuar a busca por “bibliotecário” e “patrimônio cultural” no repositório SCIELO não apareceram trabalhos com essa relação; foram encontradas teses sobre as bibliotecas consideradas patrimônios culturais e as tombadas, sempre dentro da perspectiva de resgate da história das bibliotecas e de suas edificações, sem abordar a visão do bibliotecário sobre o patrimônio cultural. Na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), ao escrever “bibliotecário” e “patrimônio cultural” somente um trabalho foi sugerido. No repositório institucional

LUME, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e, em Revistas de Ciências da Informação, os resultados foram mais significativos, fornecendo material que contribuiu para a construção desta pesquisa.

Espera-se que o conteúdo apresentado e analisado possa ser utilizado como material de pesquisa para aqueles se que interessam pelas questões que envolvem patrimônio cultural, o seu conceito abrangente e mutante e as questões que abarcam a valorização de um bem cultural. Diante da abrangência conceitual do patrimônio, a memória e a identidade aparecem como elementos sedimentadores para os chamados lugares de memória.

Este trabalho está dividido em oito seções. A próxima que segue a esta introdução traz o detalhamento da Metodologia, relatando os critérios escolhidos para definir a abordagem e os procedimentos da pesquisa. As seções três, quatro e cinco dedicam-se ao quadro conceitual: a seção três, “Patrimônio Cultural”, traz o conceito de patrimônio cultural, sua abrangência e sua transformação com as incidências históricas, tendo a Revolução Francesa como ponto de partida para a institucionalização do patrimônio, bem como trata de sua apropriação e trajetória conceitual no Brasil; a quarta, “Atribuição de valor simbólico”, detalha a atribuição de valor dada ao patrimônio, seja por seu valor cultural, econômico ou simbólico, com destaque para o que traz de conteúdo de memória e identidade coletiva; a quinta, “Bibliotecas Públicas”, retoma a trajetória da biblioteca pública no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul, com a intenção de evidenciar a sua função cultural e de salvaguarda da memória. A sexta seção traz os resultados obtidos no mapeamento das bibliotecas públicas estabelecidas em edificações consideradas patrimônio cultural e o detalhamento sobre as três unidades eleitas para realizar a pesquisa. A sétima seção traz a análise de dados e, para encerrar, apresentam-se as considerações finais. Após há as referências e os anexos.

## 2 METODOLOGIA

Definir a metodologia a seguir em um trabalho assegura que procedimentos adequados serão escolhidos para dar conta da pesquisa e dos objetivos propostos. Elegger métodos, processos e técnicas para a sua abordagem é o que caracteriza o aspecto científico da investigação. Nesta seção serão descritos o tipo de estudo realizado, os instrumentos e procedimentos para a coleta de dados e, por fim, a forma como os dados foram analisados para dar conta do objetivo geral, que é averiguar se os bibliotecários valorizam o fato da unidade onde trabalham funcionar em uma edificação considerada patrimônio cultural, além dos objetivos específicos: mapear as bibliotecas públicas que estão estabelecidas em edificações que são consideradas patrimônios culturais no Rio Grande do Sul; analisar como o bibliotecário ou funcionário responsável se relaciona com a unidade enquanto patrimônio cultural; apurar se são promovidas ações de valorização do patrimônio histórico e cultural da unidade por meio das enunciações presentes em materiais impressos de divulgação (folhetos, flyers e catálogos), nos ambientes virtuais (*site* oficial, blogs e redes sociais) e por meio das atividades culturais promovidas pelas três bibliotecas selecionadas; verificar se há orçamento destinado à manutenção da edificação; e compilar os eventuais benefícios que os bibliotecários apontaram em decorrência da unidade estar lotada em um prédio histórico.

### 2.1 TIPO DE ESTUDO

O tipo de pesquisa que se mostrou mais adequado para elucidar os objetivos propostos foi a abordagem qualitativa, por oferecer uma interpretação dos dados coletados e permitir atribuição de significados. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), essa abordagem preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Ao averiguar se os bibliotecários valorizam o fato de sua unidade funcionar em uma edificação considerada patrimônio cultural, não houve preocupação com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão do pressuposto. A pesquisa não foi, portanto, quantificada – ou seja, não foi vista por números –, pois não se pretendeu um resultado desse tipo. Vale ressaltar que, mesmo sendo qualitativa, dados numéricos foram usados ao ser feito o mapeamento



das bibliotecas públicas estabelecidas em edificações consideradas patrimônio cultural.

Com o objetivo de proporcionar familiaridade com o tema proposto e com vistas a torná-lo mais explícito, a pesquisa foi exploratória, pois não foram encontrados estudos anteriores que trouxessem essa abordagem mencionada no objetivo geral, nem tampouco foram localizadas pesquisas que contivessem esse mapeamento sobre as bibliotecas públicas no Rio Grande do Sul que estão estabelecidas em edificações consideradas patrimônio cultural. Dessa forma, a pesquisa se enquadra naquilo que Gil (2002) descreveu como pesquisa exploratória:

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...] Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que 'estimulem a compreensão'. (GIL, 2002, p. 41).

O autor ainda completa que, embora o planejamento da pesquisa exploratória seja bastante flexível, na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso. Neste trabalho foram usadas a pesquisa bibliográfica (com um apanhado de referências teóricas e publicadas), a pesquisa documental (realizada por meio de documentos contemporâneos ou retrospectivos), a pesquisa eletrônica (constituída por informações extraídas de endereços eletrônicos), e as entrevistas semiestruturadas com profissionais que possuem experiência com o problema pesquisado.

A pesquisa bibliográfica e a documental se complementam, sendo difícil distingui-las, como afirma Gerhardt e Silveira (2009, p. 37): "A bibliográfica utiliza fontes constituídas basicamente de livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A documental recorre a fontes mais diversificadas, sem tratamento analítico.". A pesquisa bibliográfica foi fundamental nesse processo ao recuperar a história do patrimônio e da biblioteca pública.

Com base nos procedimentos técnicos utilizados, a escolha foi por um estudo de caso. Gil (2002) relata que o propósito do estudo de caso não é o de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de possibilitar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o

influenciam ou são por ele influenciados. Fonseca (2002) afirma como o estudo de caso pode ser caracterizado:

Um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico. (FONSECA, 2002, p. 33).

A entidade bem definida, neste caso, são as bibliotecas públicas estabelecidas em edificações consideradas patrimônio cultural no Rio Grande do Sul, sendo desse conjunto escolhidas três unidades para análise. O estudo de caso requer a utilização de múltiplas técnicas de coleta de dados para garantir a profundidade necessária, de forma a conferir maior credibilidade aos resultados e a inserção do caso no seu contexto. Requer a utilização de fontes documentais, entrevistas e observações.

## 2.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os métodos de coleta de dados foram entrevista e observação sistemática do ambiente físico e virtual. A entrevista semiestruturada, com uma lista de perguntas a serem respondidas, mas com abertura para outras serem feitas no decorrer do diálogo. Para Gerhardt e Silveira (2009), a entrevista constitui uma técnica de pesquisa para a coleta de dados que objetiva entender e compreender o significado que os entrevistados atribuem a questões e situações:

É uma técnica que faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade. Ela consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar. A técnica da observação desempenha importante papel no contexto da descoberta e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo. (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 74).

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com os bibliotecários das bibliotecas públicas escolhidas para saber deles principalmente sobre a valorização do patrimônio cultural onde a unidade está estabelecida. As perguntas, além de contemplarem o objetivo principal, abrangeram os objetivos específicos, que pretendem identificar se bibliotecários promovem ações de valorização da edificação

da unidade por meio das enunciações presentes em materiais de divulgação e por meio das atividades promovidas.

Além do uso dos sentidos, a entrevista apresentou certo grau de estruturação ao seguir um roteiro de perguntas previamente preparadas, além de outras que foram feitas conforme as respostas precisassem de mais esclarecimentos. Por isso, as questões tiveram uma ordem e guardam relações entre si. A entrevistadora fez perguntas diretas e deixou o entrevistado falar livremente. O roteiro para a entrevista continha questões relativas aos seguintes tópicos: existência ou não de atividades desenvolvidas pela biblioteca em relação à valorização da edificação enquanto patrimônio cultural; o porquê de serem ou não realizadas essas atividades; em caso de resposta positiva à primeira pergunta, qual a frequência de realização dessas ações e qual o retorno do público percebido pela biblioteca (se há instrumentos para registrar as opiniões dos usuários, qual a média das opiniões etc.); e também se indagou, conforme dito anteriormente, sobre a relação do responsável pela biblioteca com o patrimônio edificado.

A seguir está um quadro relacionando os objetivos específicos da pesquisa com as questões presentes neste instrumento de coleta de dados:

**Quadro 1 – Relação entre os objetivos específicos e as questões da entrevista**

<b>Objetivo Específico</b>	<b>Questão</b>
Analisar a relação entre bibliotecário e a imaginada valorização do patrimônio	1,2,3,4,5,6
Apurar se são promovidas ações de valorização do patrimônio edificado por meio de material impresso, ambientes virtuais e atividades culturais.	7,8,9,10,11,12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19
Verificar se há orçamento destinado à manutenção do patrimônio edificado.	20, 21, 22

**Fonte:** Elaborado pela autora (2017).

O segundo método de coleta de dados foi a observação. Segundo Marconi e Lakatos (2008), a observação “[...] é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade.”. Tal técnica foi utilizada para complementar as informações recolhidas nas entrevistas, verificando como se dá a divulgação da edificação enquanto patrimônio cultural no espaço físico e no ambiente virtual das bibliotecas escolhidas. No espaço físico foi realizada uma observação no dia em que as bibliotecas foram visitadas para a realização da entrevista. Segundo Marconi e Lakatos (2008), esse

tipo de observação se utiliza de instrumentos para a coleta de dados. Assim, foi utilizado um roteiro escrito no qual constavam todos os itens que deveriam ser verificados, presentes em um *check list* no Apêndice E. A observação foi não-participante (a pesquisadora foi uma espectadora e não tomou contato com o que desejava investigar) e individual (realizada por apenas um pesquisador, e não em grupo) (MARCONI; LAKATOS, 2008).

Também foi realizada uma observação dos ambientes virtuais das bibliotecas. Para isso foi verificado o uso do *site* oficial das mesmas, seus blogs, a rede social Twitter e a rede social Facebook (as duas redes sociais mais populares atualmente), que foram recuperadas por meio do buscador Google. Essa observação foi também sistemática (com instrumento de coleta de dados), não-participante e individual. Durante o período de seis meses, de julho a novembro, verificou-se diariamente a existência de qualquer menção ao patrimônio cultural nos perfis das redes sociais mencionadas e também no *site* oficial e blogs das instituições, por meio de um roteiro para a observação. Esse instrumento encontra-se no Apêndice F.

## 2.3 CAMPO EMPÍRICO DO ESTUDO

A eleição das bibliotecas públicas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul como campo do estudo foi motivada pelo desafio de realizar o mapeamento de instituições que estão estabelecidas em edificações consideradas patrimônio cultural. Ao buscar esse dado, foi verificado que esse levantamento nunca havia sido efetuado, então a pesquisa possui algum grau de ineditismo nesse aspecto. A escolha foi por realizar entrevistas e observações de forma presencial em três bibliotecas, buscando as que estivessem mais próximas de Porto Alegre, em decorrência do tempo necessário para as viagens, o qual a pesquisadora não tinha disponível.

O mapeamento e a escolha das bibliotecas públicas ocorreu por meio das unidades cadastradas no SEBP/RS<sup>1</sup>. No primeiro momento foram enviadas correspondências para as 534 bibliotecas públicas cadastradas ao sistema, com o esclarecimento da realização do trabalho final do curso de Biblioteconomia da

---

<sup>1</sup> A lista se encontra disponível no blog do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul e pode ser acessada no seguinte link: <<http://sebprs.blogspot.com.br/p/lista-de-bibliotecas-do-rs.html>>. Acesso em: 21 set. 2017.

UFRGS e com a questão “Sua biblioteca funciona em uma edificação considerada patrimônio cultural?” seguida do esclarecimento sobre o que é patrimônio cultural com a referência do que a Constituição Brasileira define. Foram obtidas 144 respostas, sendo que 27 responderam afirmativamente.

Para abordar a temática da pesquisa, as próximas seções tratam de assuntos pertinentes, como o caráter amplo do conceito de patrimônio, a atribuição de valores e a trajetória das bibliotecas públicas.

### 3 PATRIMÔNIO CULTURAL

Quando se fala em patrimônio cultural muitos são os significados que podem ser suscitados. A expressão chegou ao final dos primeiros vinte anos do século XXI sofrendo reavaliação e ampliação. Pensada somente como forma de preservação de uma herança material, seu domínio se ampliou com mais uma especificação, patrimônio imaterial, no ano 2000. O motivo desse dinamismo seria o seu estreito relacionamento com outros conceitos – como antiguidade, coleção, história, preservação, identidade cultural e memória coletiva –, além da permeabilidade com outros campos, como Antropologia, História, Arquitetura e Artes Visuais.

A palavra “patrimônio” começou a ganhar outras definições – saindo do âmbito privado e familiar para o coletivo – como resultado de transformações sociais, políticas e econômicas que se desenrolaram no mundo, começando na França, como consequência da Revolução Francesa. No Brasil, na década de 1930, a ampliação da concepção de patrimônio e o seu caráter institucional e legal deram seus primeiros passos, chegando hoje à denominação de patrimônio cultural, segundo Gonçalves (2007), desempenhando uma função social e simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro de um grupo, assegurando a sua continuidade no tempo. O autor acrescenta que é nesse processo de reclassificação que foi assegurado aos objetos sua continuidade no tempo e no espaço.

Funari e Pelegrini (2009) relatam que as políticas de preservação do patrimônio cultural na América Latina ainda são recentes, precisamente “[...] a partir do momento em que a UNESCO reconheceu alguns bens culturais latino-americanos como patrimônios da humanidade.”. Os autores enfatizam que as políticas sistemáticas de proteção e recuperação de centros históricos são recentes até mesmo na Europa ao relatar que:

Foi com o desenvolvimento do urbanismo moderno, o crescimento industrial e o aumento da densidade populacional nas metrópoles, fenômenos acompanhados nos séculos XIX e XX, que legitimaram as reformas urbanas e o consequente aumento das demolições nas áreas históricas. O impacto da destruição causada pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) catalisou as atenções dos estudiosos, tornando peremptória a reconstrução das cidades e a restauração dos monumentos. (FUNARI e PELEGRINI, 2009. p 30-31).

Pode-se dizer que – diante de guerras e das reconfigurações do mapa político, mudanças nas relações internacionais, transformações sociais, avanços tecnológicos e um conjunto de outras situações provocadas pelo desenvolvimento em todas as áreas – a preocupação com a salvaguarda dos bens culturais da humanidade acentuou-se em decorrência da ameaça da destruição daquilo que se tinha e que estava estabelecido. Como consequência, tornou-se necessário amadurecer conceitos. Para Funari e Pelegrini (2009), esse amadurecimento das questões relacionadas ao patrimônio é decorrência da ampliação da noção de patrimônio histórico e artístico para a de patrimônio cultural. Para eles, a perspectiva reducionista inicial estava circunscrita a recortes cronológicos arbitrários e permeados por episódios militares e personagens emblemáticos, mas acabou sendo aos poucos suplantada por uma visão mais abrangente. “A definição de patrimônio passou a ser pautada pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis.” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 32).

Para entender as questões relacionadas ao conceito e à ampliação da noção mencionadas por Funari e Pelegrini (2009), é preciso voltar no tempo e buscar na origem da palavra o seu significado primeiro e acompanhar seus desdobramentos, traçar relações e apresentar o seu processo de reavaliação e ampliação.

Choay (2006) detalha que, em sua origem, no direito romano, *patrimonium* significava o conjunto de “bens de herança”, o que incluía desde casa, terras, utensílios até mulheres e escravos, considerados não segundo seu valor pecuniário, mas na sua condição de bens-a-transmitir. Além disso, entre os romanos, a maioria da população não era proprietária, logo não era possuidora de *patrimonium*. E não havia o conceito de patrimônio público, mas sim privativo e da aristocracia.

A palavra “patrimônio” começa a receber novas significações com o surgimento dos Estados Nacionais, passando do âmbito privado para o público, como será detalhado na próxima seção. Na Revolução Francesa, os atos de vandalismo e de destruição do patrimônio contrariavam os ideais iluministas de acumulação e difusão do saber de tal modo que o próprio governo revolucionário tratou de regulamentar a proteção aos bens confiscados do clero e da coroa, que passaram a ser considerados como propriedade da nação e de todos os cidadãos. (CHOAY, 2006).

Neste momento, o *patrimonium*, de posse individual, ganhou uma perspectiva coletiva, o que fez com que surgisse, então, a noção de patrimônio histórico e artístico nacional, ancorada num projeto político de ruptura com o status vigente. Os bens preservados passaram a ter o valor de nacionalidade, sobrepondo-se aos valores artísticos e históricos, com a função de constituir uma identidade nacional. Em seguida da Revolução foram executados atos jurídicos com o intuito de gerenciar esse patrimônio, que passou a ser propriedade da nação, ou seja, do governo, ganhando um caráter público no futuro. A institucionalização da preservação pelo Estado francês ocorreu efetivamente em 1832, com a criação do cargo de Inspetor de Monumentos Históricos. O inspetor foi incumbido de fazer um inventário dos bens e das atitudes da população em relação ao patrimônio. Suas ações seguiam o princípio de “[...] descobrir o país através de sua paisagem histórica.” (CHOAY, 2006, p. 152).

Durante a Revolução Francesa, entre tantas ideias e, em plena transformação da sociedade, a palavra “patrimônio”, frequentemente usada naquele momento, segundo Choay (2006), foi abandonada em seguida, em razão de sua ambiguidade. No caso francês, a terminologia comum era a do monumento e, posteriormente, a de monumento histórico. O “monumento” seria todo artefato (túmulo, tumba, poste, totem, construção) ou conjunto de artefatos intencionalmente concebidos e realizados por uma comunidade humana a fim de lembrar a memória viva, orgânica e afetiva dos membros, pessoas, acontecimentos, crenças, ritos ou regras sociais constitutivos da identidade (CHOAY, 2006). Em contrapartida, o monumento histórico seria definido como:

O monumento histórico não é um artefato intencional, criação de uma comunidade para fins memoriais. Ele não se volta para a memória viva. Foi escolhido de um corpus de edifícios preexistentes, em razão do seu valor para a história (seja de história factual, social, econômica ou política). (CHOAY, 2006, p. 13).

O monumento histórico então se referia a uma construção intelectual, com um valor abstrato de saber. Choay (2006) relata que foi Alois Riegl, historiador da arte pertencente à Escola de Viena de História da Arte, que percebeu a contradição ao se criar esses dois termos (patrimônio e monumento), pois o *corpus* do monumento histórico compreenderia também monumento de valor memorial, cuja destinação foi pensada previamente, ou seja, uma criação deliberada. E o monumento histórico



não seria, desde o princípio, criado como tal, mas sendo constituído depois pelos olhares de especialistas que o selecionaram na massa de edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam uma pequena parte (CHOAY, 2006).

No entanto, os dois termos são deixados de lado quando a palavra “patrimônio”, acrescida do adjetivo “cultural”, começou a ser usada na França em 1959 por André Malraux, então ministro de Estado da Cultura. Patrimônio cultural passou então a abranger monumento e monumento histórico, além de todas as outras formas que a palavra pode estar combinada, como patrimônio artístico, patrimônio histórico e patrimônio edificado. Choay (2006) ainda destaca que esse uso passou a se replicar em outros países da Europa, ainda mais quando o Conselho da Europa multiplicou recomendações, declarações, cartas e resoluções a serviço do “patrimônio europeu” (CHOAY, 2006, p. 28).

As chamadas Cartas são documentos que trazem recomendações, observâncias que propõem condutas em relação aos bens patrimoniais. Foram escritas duas Cartas de Atenas, sendo a primeira resultado do primeiro encontro da Sociedade das Nações, em 1931, e a segunda da Assembleia do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna), realizada também em Atenas, em 1933. A Carta do CIAM traz um capítulo dedicado aos Centros Históricos. Nela são mostradas as funções urbanas – habitar, trabalhar, recrear e circular – e a afirmação da necessidade de planejar as cidades, incluindo o patrimônio edificado:

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio, por seu valor histórico ou sentimental, depois, porque trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção têm a responsabilidade de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança. (IPHAN, 2017b, documento eletrônico).

Essa Carta defende também que seja feita uma escolha do que deverá ser preservado. Sugere a manutenção de alguns exemplares de tipologias representativas, liberando os demais para demolição, ou então partes de edificações que tenham valor, modificando-se o restante. As configurações deste cenário, que foram se transformando, trouxeram novos elementos para as práticas de preservação.

De acordo com Gonçalves (2007), o conceito de patrimônio cultural reúne saberes e valores que podem estar representados em conjuntos de objetos materiais classificados. Esses objetos – ou, como a Carta chama, exemplares – estariam a “inventar” a trajetória de uma população, uma vez que materializam uma teia de categorias de pensamentos por meio dos quais se estabelece o sentimento de pertencimento, individual e coletivamente. A categoria “patrimônio cultural” assumiria, então, uma dimensão universal, não sendo um fenômeno ocidental e moderno, mas sim se manifestando de forma diversa em toda e qualquer sociedade. Gonçalves (2007) complementa ainda:

Os ‘discursos do patrimônio cultural’, presentes em todas as modernas sociedades nacionais, florescem nos meios intelectuais e são produzidos e disseminados por empreendimentos políticos e ideológicos de construção de ‘identidades’ e ‘memórias’, sejam de sociedades nacionais, sejam de grupo étnicos, ou de outras coletividades. Esses discursos podem estar associados, ora a grupos dominantes, e centrados em valores tais como ‘civilização’ e ‘cultura’ pensados enquanto valores espirituais e imateriais; ora associados a grupos e categorias situados nos estratos inferiores da sociedade e centrados em valores que podem ser reinterpretados a partir daqueles e centrados em dimensões materiais e corporais da existência. (GONÇALVES, 2007, p. 141).

Da mesma forma que Gonçalves (2007), Poulot (2008) diz que patrimônio é um conjunto de saberes, valores e regimes de sentido elaborados ao longo de processos de formação de identidades coletivas, das comunidades – particularmente as nacionais –, mas sem dependerem de quem começou o processo ou ação de reconhecimento. Ele especifica que a noção de patrimônio envolve um conjunto de posses que cumpre identificar como transmissíveis em um grupo humano ou uma sociedade, capaz ou suscetível de reconhecê-las como suas, de demonstrar a sua coerência e de organizar a sua recepção. Além disso, acrescenta que é necessário um terceiro ponto para completar a definição de patrimônio:

Um conjunto de valores, políticos no sentido mais geral do termo, que permite articular os legados do passado à espera ou à configuração de um futuro, com o objetivo de promover algumas mutações e, ao mesmo tempo, afirmar uma continuidade. (POULOT, 2008, p. 36).

Na Carta de Veneza de 1964, o conceito de patrimônio abarca a obra de arquitetura isolada ou uma casa rural que porte testemunho de uma civilização em particular. O seu Artigo 1 inclui também obras modestas que adquiriram com o

tempo uma significação cultural. O uso da denominação “patrimônio cultural” deixa também de ser somente relacionado a grandes obras de arte de caráter monumental ou excepcional e passa a incluir também as obras modestas do passado que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. Essa abertura temática permitiu que construções menos prestigiadas ou mais populares – como moinhos, mercados públicos ou estações de trem – fossem reconhecidas como patrimônio.

Neste sentido, Araripe (2004) argumenta que “[...] é necessário lembrar que existe um patrimônio que se encontra nas práticas cotidianas e é preciso que também seja preservado, isto é, apresentado como tal e com valor social.” (ARARIPE, 2004, p. 4). De acordo com a autora, as exigências contemporâneas à designação “patrimônio cultural” buscam levar em conta toda a produção humana como um bem cultural.

O patrimônio edificado, também chamado de patrimônio cultural edificado ou bem material edificado, está dentro deste conjunto maior chamado patrimônio cultural. É visto como um documento cujas evidências materiais autênticas de sua trajetória devem ser respeitadas, por estar impregnado de uma representação simbólica e tornando visível o passado de maneira concreta, com significados e possibilidades de leitura relacionadas a tempos e lugares. Ofereceria ainda a chance de questionar o passado, de estabelecer novas conexões e revisitá-lo por diferentes perspectivas. No que se refere à arquitetura, Ricoeur (2007) expressa que a glória da mesma é “[...] tornar presente não aquilo que não é mais, mas aquilo que foi, através do que não é mais.”. O autor se refere a patrimônio edificado para discorrer sobre uma representação que confere significado às edificações remanescentes do passado que, embora não sejam mais utilizadas em suas funções antigas, transportam o pretérito até o presente.

A próxima seção retoma os passos iniciais da transformação do conceito de patrimônio em decorrência da Revolução Francesa e mostra sua caminhada até os dias atuais, o que com certeza possibilita acompanhar a transformação e ampliação de significados.

### 3.1 DE VOLTA AO PASSADO

Com o surgimento dos Estados Nacionais, o conceito de patrimônio sofreu uma transformação radical, deixando de ser privado e aristocrático e tornando-se

público e compartilhado. Na França, a partir da Revolução, é que se desenvolveu o moderno conceito de patrimônio – com o fim da monarquia e da figura do rei a estrutura do Estado terminou. A República criou o status de cidadão e na sequência fundou escolas para difundir uma língua nacional, o francês, antes falado apenas pela elite. Funari e Pelegrini (2009) afirmam que o Estado Nacional surge a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território. Para isso se tornar realidade foi preciso criar a ideia de pertencimento a uma nação e a figura do cidadão.

Outros países da Europa também passaram pelo mesmo processo de nacionalismo e de reafirmação da sua cultura, ambos diretamente relacionados com o patrimônio, não mais privado, mas como uma demarcação forte de língua, tradições, território e cultural nacional. Como mencionam Chartier e Hébrard (1995), além das escolas, neste período, na França, foram criadas as primeiras bibliotecas públicas, com a função de auxiliar na educação da população, como se verá mais adiante.

Durante a Revolução Francesa foi concebida uma comissão encarregada da preservação dos monumentos nacionais. Choay (2006) relata que os bens preservados passaram a ter o valor de nacionalidade, que nessa fase se sobrepuseram aos valores artísticos e históricos, com a função de constituir uma identidade nacional. A comissão e outros dispositivos elaborados depois delimitaram os direitos de propriedade privada em benefício do patrimônio nacional.

Choay (2006) acrescenta que um dos primeiros atos jurídicos da Constituinte francesa de 1789 foi o de colocar os bens do clero à disposição da nação, e em seguida os da Coroa – a palavra “espólio” começa a ser usada para tratar desses bens. A historiadora detalha que a categoria de bens imóveis englobava antiguidades nacionais, as greco-romanas, e sobretudo uma herança arquitetônica moderna. Muitos objetos foram enviados para depósitos, que eram abertos à visitação pública, espaços que seriam a origem dos museus. O Louvre seria o lugar simbólico para onde foi e onde estão reunidas a maioria das riquezas artísticas da Revolução (CHOAY, 2006).

Segundo Funari e Pelegrini (2009), a ênfase do patrimônio atinge seu ápice no período que vai de 1915 a 1945, quando duas guerras mundiais eclodiram sob o impulso dos nacionalismos. Cada país reforçava sua identidade por meio do patrimônio, usando-o como representação – como no caso da Alemanha nazista, ao

usar os vestígios dos germanos encontrados em territórios de outros países, como a Polônia, para justificar reivindicações territoriais e invasões militares. Choay (2006) enfatiza que após a Segunda Guerra Mundial o número de bens inventariados decuplicou, mas sua natureza era praticamente a mesma:

Eles provinham, em essência, da arqueologia e da história da arquitetura erudita. Posteriormente, todas as formas de arte de construir, eruditas e populares, urbanas e utilitárias foram anexados, sob novas denominações: arquitetura menor, termo provenientes da Itália para designar as construções privadas não monumentais, em geral edificadas sem a cooperação de arquitetos [...] Enfim, o domínio patrimonial não se limita mais aos edifícios individuais; ele agora compreende os aglomerados de edificações e a malha urbana; aglomerado de casas e bairros, aldeias e cidades inteiras. (CHOAY, 2006, p. 12-13).

O nacionalismo exacerbado do nazismo e do fascismo foi superado com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização das Nações Unidas pela Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), ambas em 1945, com a implantação de uma nova ordem geopolítica sob liderança norte-americana. Um pouco antes, a Conferência de Atenas, realizada em 1937, veio defender a salvaguarda do patrimônio cultural da humanidade, passando a oferecer abordagens mais abrangentes sobre cultura e refletindo a nova ação social e política da Europa, que passava a aceitar a diversidade cultural em vários níveis e aspectos. As diferentes nações passaram a interagir, contribuindo para a dissolução dos conceitos nacionalistas (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Outro documento importante que estabeleceu normas internacionais de proteção do patrimônio é a Declaração de Amsterdã, resultado de congresso realizado em 1975. Pelegrini (2006) pontua que sua proposta foi a ampliação do conceito de patrimônio – recomendando a preservação de obras modestas, mas que tivessem adquirido significação cultural – e a proteção de conjuntos de bairros ou aldeias que apresentassem interesse histórico-cultural. A Declaração de Amsterdã recomendou ainda o envolvimento da população nos processos de preservação, de modo a garantir maior observância dos valores ligados à identidade microlocal e a evitar a evasão dos habitantes em virtude da especulação (PELEGRINI, 2006). Essas propostas já eram respostas à 17ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada em 1972, na qual a denominação “patrimônio cultural” ganhou sua definição oficial com a redação do documento “Convenção sobre a Salvaguarda do Patrimônio Mundial Cultural”.

#### I. Definições do patrimônio cultural e natural

Art. 1 Para fins da presente convenção serão considerados como patrimônio cultural:

- os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estrutura de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- os lugares: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (IPHAN, 2008, p. 178).

A Conferência adotou também a Convenção do Patrimônio Mundial, apresentando em seu texto a proteção tanto do patrimônio cultural como natural, considerando a deterioração ou o desaparecimento de qualquer destes itens um empobrecimento maléfico para todas as nações do mundo. Os lugares declarados como patrimônio passaram a ser considerados da humanidade e pertencentes a todos os povos do mundo. Isso incluiu a proteção de dezenas de lugares, como as missões jesuíticas, espalhadas pelo Brasil, Argentina e Paraguai.

Com ressaltam Funari e Pelegrini (2009), as políticas de preservação do patrimônio cultural na América Latina ainda são recentes, precisamente a partir do momento em que a UNESCO reconheceu alguns bens culturais latino-americanos como patrimônio da humanidade. Os historiadores estão certo em avaliar que são recentes as políticas de preservação, pois, neste ano de 2017, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) completa somente 80 anos. O órgão criado em 1937, conhecido por Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) no período entre 1937-1946, é considerado um marco no contexto das políticas culturais voltadas à preservação do patrimônio cultural do Brasil. São 80 anos com a missão de preservar a memória de um país com um território amplo e com uma cultura heterogênea. Na próxima seção serão conhecidos fatos, personagens e reflexões que fizeram parte da trajetória do Iphan no Brasil.

### 3.2 PANORAMA NO BRASIL

Os Estados Nacionais na Europa, principalmente na França e na Alemanha, se utilizaram da narrativa nacionalista para a construção e a reafirmação de sua

memória, tradição e identidade. No Brasil, foi por meio do Romantismo, na literatura, e com os livros de José de Alencar – impregnados da valorização de temas nacionais – que o nacionalismo marcou seu território. Com o desejo de afirmar uma cultura brasileira autêntica, muitos, segundo Gonçalves (2002), propunham a valorização do “tradicional” e do “regional” na construção de uma imagem nacionalista singular do Brasil. Nesse caso, a arte e a literatura foram usadas como instrumentos para a definição de brasilidade.

O escritor Mário de Andrade foi solicitado a escrever, em 1936, um projeto para a criação de uma instituição nacional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. Impulsionado pelo clima nacionalista, o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, sendo a primeira instituição voltada a promover em todo o Brasil o tombamento, a conservação e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional (IPHAN, 2017e).

Vários escritores e intelectuais, além de Mário de Andrade, buscavam olhar para as tradições e a história do Brasil – como o escritor Manuel Bandeira, colaborador do SPHAN, que em seu texto “O Guia de Ouro Preto” reforça a ideia de que o Brasil teria de relembrar o passado e a tradição com uma fonte segura de identidade nacional. Gonçalves (2007) diz que essa narrativa tentava reconstituir o fio partido da tradição:

Esse fio é feito de monumentos por meio dos quais se pode estabelecer uma relação com o passado. Objetos de arte, arquitetura (igrejas, fortes, palácios, casas de câmara e cadeia, conjuntos arquitetônicos e urbanísticos), o chamado patrimônio de ‘pedra e cal’, substituindo do bronze, material próprio das narrativas épicas. (GONÇALVES, 2007, p. 151).

Foi por meio dessa necessidade de se apropriar de uma cultura nacional que a cultura do patrimônio, do tombamento e da preservação começou a dar seus passos. Para Gonçalves (2002), o discurso de vários intelectuais da época se deu diante de um sentimento de perda e ganhou reforço com a nova elite cultural do país em um momento nacionalista, no ano de 1945, quando se desejava a construção de uma nova nação. A chamada “retórica da perda” já tinha dados seus primeiros respiros nos anos 1920, também com a manifestação de intelectuais brasileiros preocupados com o desaparecimento e a destruição da memória nacional.

À frente do SPHAN de 1937 até 1969, Rodrigo Melo Franco de Andrade teve sua gestão voltada a tentar deter a perda progressiva do patrimônio cultural brasileiro, nessa época chamado de patrimônio histórico e artístico. Sua preocupação era salvar a nação do prejuízo e da evasão do patrimônio. Gonçalves (2002) expõe que tal evasão era realizada por comerciantes de antiguidades que vendiam objetos, obras de arte e relíquias para colecionadores, muitos de fora do país. A destruição era referente a monumentos históricos e arquitetônicos – casas, igrejas, prédios públicos –, além da descaracterização de áreas urbanas.

No governo Vargas, a seleção do patrimônio a ser preservado foi feita com vínculos baseados na história oficial da nação, sendo representada por edifícios do período colonial – em estilo barroco – e palácios governamentais, em sua maioria prédios neoclássicos e ecléticos. De acordo com Funari e Pelegrini (2009), “[...] a arquitetura foi elevada à condição de marca nacional capaz de promover a imagem de solidez do Estado brasileiro, os bens culturais não pertencentes às elites acabaram relegados ao esquecimento.” (FUNARI; PELEGRINI, 2009, p. 46). No entanto, ressaltam que isso somente começou a mudar com o Decreto nº 3.551/2000, responsável pelo registro de bens culturais de natureza imaterial.

A criação do SPHAN foi acompanhada, no mesmo ano, pela elaboração do Decreto-lei nº 25/37, de 30 de novembro de 1937, que definiu a moldura geral de proteção do patrimônio cultural, chamado na época de patrimônio histórico e artístico (IPHAN, 2017c). Conforme traz o Art. 1º:

#### Capítulo I

##### Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art. 4º desta lei. (IPHAN, 2017c, p. 1).

O Capítulo III deste Decreto-lei trata dos efeitos do tombamento e seus artigos versam sobre o uso social dos bens culturais, caracterizando as condições de transferência, alienabilidade, deslocamento e responsabilidade de conservação. O Decreto-lei considera patrimônio bens móveis e imóveis, o que foi modificado no



texto da Constituição Federal de 1988. Anos depois do Decreto, em 1965, criou-se também a Lei nº 4.845, que proibiu a saída de obras de arte e ofícios produzidos no Brasil até o fim do período monárquico, com a intenção de proibir a evasão.

Gonçalves (2002) observa que o projeto original de Mário de Andrade recebeu modificações significativas trazidas pela orientação de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao longo dos 30 anos em que esteve à frente do SPHAN. Durante esse período, o SPHAN norteou sua política pelas noções de "tradição" e de "civilização", dando especial ênfase à relação com o passado. Ao longo das décadas em que Andrade e seu grupo estiveram à frente do SPHAN, os tombamentos incidiram majoritariamente sobre a arte e a arquitetura barrocas concentradas em Minas Gerais, principalmente nos monumentos religiosos católicos. Dentro da perspectiva de Andrade, os bens culturais classificados como patrimônio deveriam fazer a mediação entre os heróis nacionais, os personagens históricos, os brasileiros de ontem e os de hoje. Essa apropriação do passado era concebida como um instrumento para educar a população a respeito da unidade e permanência da nação (GONÇALVES, 2002).

Foi na segunda metade dos anos 70 – com a abertura política no Brasil – e com a direção de Aloísio Magalhães que as noções de cultura brasileira e bens culturais foram concebidas para serem usadas no processo de identificação de um caráter nacional brasileiro, definido não apenas pelo passado ou pela tradição, mas por uma trajetória histórica norteadas pelo futuro (IPHAN, 2017a). Gonçalves (2002) menciona que, nos anos 70 e 80, debates sobre o patrimônio cultural brasileiro ganharam destaque como parte de uma luta política pela autoridade cultural para definir o que seria patrimônio cultural brasileiro e como ele deveria ser protegido e preservado contra as diferentes formas de ameaça. Isto irá desembocar, como afirma Gonçalves (2007), em uma gestão de Magalhães com abrangência das manifestações em torno das artes, do folclore e do artesanato. Concomitantemente, foi dada continuidade aos trabalhos já estabelecidos pelo Iphan, conhecidos como de “pedra e cal”, envolvendo bens imóveis, bens móveis e sítios arqueológicos.

Funari e Pelegrini (2009) acrescentam que essa abertura política na década de 1980 permitiu o surgimento de revisões teóricas no campo da preservação dos bens culturais e a superação de práticas limitadas à conservação palaciana e fachadista. As comunidades começaram a se envolver na preservação de monumentos históricos, mesmo que de forma restrita, como é o caso (entre outros)

da restauração da Igreja Matriz de Santo Antônio – em Santa Bárbara, Minas Gerais. A comunidade, motivada pela celebração do tricentenário da cidade, buscou apoio do governo e de empresas para efetuar o restauro da edificação (GONÇALVES, 2007).

Em 1988, com os artigos 215 e 216, na Constituição Brasileira, é que veio o reconhecimento dos direitos culturais e a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além do estabelecimento das formas de preservação desse patrimônio: o registro, o inventário e o tombamento. O artigo 216 define patrimônio cultural como uma forma de expressão, modos de criar, fazer e viver. Foram listados ainda os bens que constituem aquilo que é chamado de patrimônio cultural brasileiro, dividindo-os em bens de natureza material e imaterial:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, documento eletrônico).

Para completar, o §1º do art. 216 da Constituição versa sobre os instrumentos de proteção do patrimônio cultural, sendo o tombamento o que protege os patrimônios materiais, e o registro a proteção dos imateriais. Seu conteúdo relata que:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988, documento eletrônico).

A Constituição também traz uma redefinição da missão institucional do Iphan e a conduz para a ressignificação da natureza e do valor dos objetos a serem preservados em relação aos agentes da sociedade envolvidos. A nova política coloca o Estado ao lado dos detentores do bem cultural e o Estado se impõe ao interesse particular do dono do patrimônio.

Funari e Pelegrini (2007) acrescentam que, embora a implementação de leis voltadas para a defesa do patrimônio cultural tenha representado um avanço no campo da preservação da memória social dos países latinos, os fundamentos que formaram essas práticas provocaram a expropriação cultural da maior parcela da população, que não se viu reconhecida nos majestosos exemplares da arquitetura pública ou religiosa. Mas aos poucos aparece uma abertura a sujeitos sociais antes silenciados ou ignorados. Essa possibilidade certamente resultou na escolha de bens diversificados para celebrar a memória social de distintos segmentos étnicos presentes na América Latina (FUNARI; PELEGRINI, 2007).

Machado (2008) relata que no Brasil ainda não se constituiu uma cultura sólida de participação da sociedade civil na preservação do patrimônio cultural. Há, no entanto, algumas referências de comunidades envolvidas na preservação de patrimônios, sobretudo religiosos, e nos cuidados na proteção de acervos sacros em relação a roubo e dilapidação. Os processos que envolvem a participação e adesão da sociedade, para Machado (2008), passam necessariamente pela educação patrimonial:

Em todas as instâncias, de educação formal e não formal, deveria ser valorizado o patrimônio cultural e o seu significado para a comunidade, respeitando-se as múltiplas identidades. A qualidade e a objetividade da mensagem educacional dependem para a consolidação de uma sociedade integradora e democrática. Por suas características únicas, é necessário adotar padrões que assegurem, de forma, sustentável, a permanência do patrimônio cultural para as gerações futuras. (MACHADO, 2008, p. 284).

Nesse sentido, complementa Machado (2008), os setores públicos e privados são igualmente responsáveis por sua integridade e autenticidade, devendo cooperativamente viabilizar os meios e compartilhar experiências para adoção de soluções bem orientadas e para evitar a dispersão ou a duplicação de esforços. Esse seria um dos motivos pelos quais todos os países hoje buscam envolver a sociedade nas responsabilidades da preservação patrimonial e se dedicam ao desenvolvimento de programas educacionais sistemáticos nessa área.

Conforme dados do site do Iphan<sup>2</sup>, a instituição conta com 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa). No Rio Grande do Sul, sua atuação iniciou-se em 1937, com a presença do arquiteto Lucio Costa para analisar os remanescentes dos Sete Povos das Missões e propor medidas de proteção a

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/708/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

esse patrimônio, tombado em 1938 e, mais tarde, reconhecido como Patrimônio da Humanidade (IPHAN, 2017f). Os Estados também passaram a contar com institutos próprios para inventariar seus patrimônios. No Rio Grande do Sul, em 1964 foi criada a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, responsável pela política de preservação dos bens patrimoniais e culturais do estado. A partir de 1979, esse órgão passou se chamar Instituto do Patrimônio Histórico do Estado (IPHAE), responsável por realizar convênios e parcerias junto aos municípios com a intenção de inventariar os bens edificados de valor cultural, atendendo, dessa forma, a todos os municípios do Estado, auxiliando-os na implementação de legislações municipais de tombamento e desenvolvendo ações de proteção do patrimônio cultural em parceria com as cidades, o Iphan e as associações civis (IPHAN, 2017f).

A valorização do patrimônio histórico e suas implicações são temas a serem desenvolvidos na próxima seção.

#### 4 ATRIBUIÇÃO DE VALOR SIMBÓLICO

Quando um objeto, no sentido mais geral desse termo – prédios, obras de arte, monumentos, lugares históricos, relíquias, documentos –, ganha a denominação de patrimônio cultural, com certeza é porque lhe foi atribuído algum valor, seja sentimental, memorial, histórico, artístico, social, monetário, entre tantos outros. Pode-se afirmar que o patrimônio cultural de uma região, nação ou da humanidade tem uma existência resultante de uma série de escolhas e seleções que estão vinculadas a valores.

Como mencionado, a noção de patrimônio cultural, na Europa, foi fomentada e constituída concomitantemente à formação dos Estados Nacionais, que fizeram uso desse conceito para construir memórias, tradições e identidades para a coletividade, na busca de formar o sentimento de nação. A França da primeira metade do século XIX foi a responsável pela elaboração dos valores patrimoniais no sentido legal, com a formulação de legislações nacionais no que se refere ao direito de propriedade. Gonçalves (2007) postula que nesse contexto, moedas, medalhas, objetos, prédios e até ruínas ganharam valor pelo que traziam de factual e de conteúdo histórico. Dessa forma, ter representações e referências para relembrar o passado tornou-se importante; o passado precisou ser materializado para ser revisitado quantas vezes fosse necessário. Como ponto fundamental no que se refere à narrativa do patrimônio, o antropólogo, escreve:

O ponto fundamental é que o presente e, conseqüentemente, o futuro, embora estejam em construção, devem ser norteados pelo passado. Embora não haja entre um e outro uma separação absoluta, como na narrativa épica, o primeiro é visto com o respeito que devem inspirar as tradições. Esse ocupa uma posição hierarquicamente superior em relação ao presente, uma vez que é para este uma fonte de identidade. A memória é valorizada enquanto memória da nação. Somos na medida em que nos lembramos. (GONÇALVES, 2007, p. 151).

Gonçalves (2007) ainda complementa que os patrimônios culturais seriam melhor entendidos se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes entre tempos diferentes. Da mesma forma, no Brasil, no final dos anos 1930, os intelectuais identificados com o Modernismo e associados ao regime político do Estado Novo de Getúlio Vargas concebiam a si mesmos como uma elite cultural e política, cuja missão era

“modernizar” e “civilizar” o Brasil. Para isso, foi necessário criar uma imagem própria para a nação, e isso se deu também por meio do patrimônio cultural, incluindo o edificado (GONÇALVES, 2002).

No texto escrito por Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor do SPHAN, o patrimônio é considerado como um signo visual de uma condição civilizada, sendo a materialização de valores permanentes da civilização. O passado deveria ser apropriado em benefício do futuro. Em seu discurso, Andrade percebe o patrimônio cultural como um instrumento para educar a população a respeito da nação, como algo exemplar. Seria, então, no convívio com o patrimônio e com a sua história que poderia nascer a estima sincera que ele deve inspirar (ANDRADE, 1987). O substituto de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Aloísio Magalhães, não percebia o passado como algo a ser seguido ou como algo exemplar, mas como um instrumento, uma referência a ser usada no processo de desenvolvimento cultural.

Ele enfatizou a ideia de que o passado é importante na medida em que é uma continuidade de um processo cultural. No entanto, percebeu que essa continuidade não significava uma aceitação submissa e passiva dos valores do passado, mas esses seriam lembrados como elementos que formaram a identidade cultural do país (MAGALHÃES, 1997). O passado seria concebido como um instrumento, uma “referência” a ser usada no processo e na garantia da continuidade da trajetória histórica do país.

Magalhães (1997) ainda percebeu o patrimônio, também chamado por ele de bens culturais ou bens patrimoniais, como aquele amplamente reconhecido e que ganha o status de referência cultural, indiferente de ser tombado ou não. O ex-diretor do Iphan estava aberto a considerar bens culturais como os que são partes integrantes da vida cotidiana de distintos segmentos da sociedade brasileira.

No Brasil, o Estado de Minas Gerais – e suas cidades consideradas históricas, como Ouro Preto e Tiradentes – é o grande representante do patrimônio cultural nacional. No guia de Ouro Preto, Manuel Bandeira (2015) escreve que os acontecimentos e personagens históricos ganham coerência por meio desses objetos, lugares e casas, elementos concretos e contingentes. Sendo as edificações espaços simbólicos carregados de eventos do século XVIII. Sob essa perspectiva, Kühl (2008) acrescenta que é necessário reconhecer e valorizar o caráter documental dos bens culturais, assim lançam-se luzes sobre vários aspectos dos

bens, com a consciência de que todas as coisas que se referem ao homem e à sua história podem ser consideradas objetos de análise e dignas de preservação.

Para Costa (2008), o fenômeno da patrimonialização, ou seja, da atribuição de valor a um determinado bem cultural com a intenção de que este faça parte da categoria patrimônio cultural, na sociedade capitalista será visto pela seguinte prisma: “Aquilo que é recebido como herança e que se apresenta como símbolo de poder social, econômico e político.” (COSTA, 2008, p. 121). Dentro dessa percepção de valoração, o filósofo francês Bourdieu (1989) chegou a cunhar a expressão “capital cultural” para analisar a sociedade, tendo como referência os recursos econômicos. Além do capital cultural existiriam outras formas de capital: o capital econômico, o social (os contatos) e o capital simbólico (o prestígio), que juntos formam as classes sociais ou o espaço multidimensional das formas de poder.

Também pela concepção de Bourdieu (1989), os grupos sociais negociam significados e enfrentam disputas simbólicas por distinção e por legitimidade cultural. O que será legitimado será resultado das produções simbólicas que servem como instrumento de dominação por parte de quem detém o capital e o poder. Essa legitimidade oficial é uma imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, por ser operado por um mandatário do Estado (BOURDIEU, 1989).

Pode-se entender pela perspectiva de Bourdieu (1989) que a legitimação patrimonial por designação, ou seja, por um processo pelo qual o patrimônio ganha um rótulo honorífico, é resultado de uma valoração simbólica referendada por especialistas. Seria a consequência de uma relação e estratégia de cima para baixo, com pouco espaço para contribuições do público em geral, resultando em designações elitistas e sem espaço para o controverso.

Sobre poder e domínio, Choay (2006) afirma que um presidente de câmara, um inspetor dos monumentos históricos, um arquiteto, um urbanista ou um administrador do patrimônio são figuras capazes de mudar o destino de um monumento ou de uma cidade antiga, em decorrência do poder a elas instituído. Argumenta ainda, assim como Costa (2008) e Bourdieu (1989), que a valorização remete à noção de mais-valia: “Mais-valia de interesse, de agrado, de beleza, mas também a de atrair, cujas conotações econômicas não é preciso salientar.” (CHOAY, 2006, p. 212). Por entre múltiplas operações destinadas a valorizar o monumento histórico e a transformá-lo, eventualmente, em produto econômico, Choay (2006)

reitera que a valorização do patrimônio apresenta formas múltiplas, contornos imprecisos, que muitas vezes se confundem ou se associam. Aponta que conservação e restauro são alguns dos pontos fundamentais de qualquer valorização dentre as múltiplas operações destinadas a enaltecer o monumento histórico e a transformá-lo, eventualmente, em produto econômico. Para a historiadora francesa, o campo patrimonial no mundo inteiro é um palco de um combate desigual e duvidoso, no qual, todavia, o poder dos indivíduos continua grande.

Rautenberg (2015) defende a ideia – mesmo que seja um pouco esquemática, como ele mesmo diz – de que a patrimonialização se desenvolve em uma tensão entre os dois polos: o dos processos sociais que incidem sobre o ambiente material e social e o dos procedimentos legais que passam por peritos, entre os quais são mobilizados cientistas ou homens da arte. Para ele, a patrimonialização institucional procede de uma concepção geral da história, uma visão científica desencarnada, que privilegia a inscrição de objetos e lugares reconhecidos em séries, classes de objetos e lugares – o que não impede que os laços com estes lugares não possam existir socialmente, como descreve:

A casa dos Charmettes perto da cidade de Chambéry, na França, onde Jean Jacques Rousseau amou a Senhora de Warren, é um lugar bastante banal em si e que irá manter a sua dimensão patrimonial de reconhecimento internacional da obra do filósofo; mas é porque ele viveu ali, porque ele gostava de Madame de Warren e porque Rousseau é uma figura intelectual significativa, é dessa forma que o lugar encontra sua dimensão de patrimônio local. (RAUTENBERG, 2015, p. 48).

A atribuição de valor a um objeto, representante simbólico para um grupo, pode-se dizer que é o começo de uma caminhada e de um processo de proteção legitimada que poderá levá-lo à condição de patrimônio cultural no âmbito regional, nacional ou internacional. O tombamento seria o reconhecimento máximo dessa atribuição de valor. Para isso acontecer, um longo processo envolvendo reconhecimentos e estudos sobre o bem cultural é percorrido. O processo de patrimonialização também pode ser visto como uma forma de assentamento dessa valoração, sendo o que veremos a seguir.



#### 4.1 TOMBAMENTO LEGITIMA VALORES

O Iphan se consolidou a partir dos tombamentos dirigidos à proteção de bens cuja materialidade fosse representativa dos valores histórico e artístico que se queria preservar. Nesse caso, a atribuição de valor ao bem cultural estava vinculada às noções de excepcionalidade e autenticidade e ao valor estético associado à construção de uma trajetória artística (GRIGOLETO, 2009). Além disso, a ideia de um patrimônio representativo da unidade nacional envolvia valores que pertenciam à elite político-intelectual, em especial o modernismo nas artes, como visto anteriormente, o que evidenciou que os bens patrimonializados pelo Iphan nos primeiros anos ecoavam os anseios de camadas específicas da sociedade.

Mesmo que mudanças estejam sendo promovidas no que se refere aos critérios de valoração, como se apresentará em seguida, o tombamento é percebido como um dos mais importantes instrumentos de proteção e preservação do patrimônio, mesmo que isso não aconteça muitas vezes de fato. Tombar um bem é declarar o seu valor cultural e inscrevê-lo em um dos livros de tombo existentes no Iphan ou órgãos congêneres em nível estadual ou municipal. O Iphan possui livros de tombo divididos por assuntos, dos patrimônios tangíveis e intangíveis.

O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, conhecido Lei do Tombamento – ainda está em vigência e é o meio mais usual de proteção do patrimônio cultural. Por meio dele, o Poder Público impõe ao proprietário (particular ou público) de um bem de valor comprovadamente de interesse cultural restrições administrativas visando à sua preservação e proteção. Grigoletto (2009) ainda especifica que os tombamentos federais começam pelo pedido de abertura do processo por iniciativa de qualquer cidadão ou instituição pública. O procedimento decorre exclusivamente de deliberação do órgão competente, sendo que – desde o momento da declaração do tombo, com a devida notificação do proprietário, até a decisão final – o bem estará protegido, ficando sustada qualquer modificação ou destruição do mesmo. Serão efetuadas avaliações por diferentes técnicos, com a tarefa de verificar a atribuição de valor dada ao bem móvel ou imóvel. A decisão definitiva sobre o Tombamento compete ao órgão que declarou a necessidade de preservação do bem. Grigoletto (2012) avalia que esse processo garante a ativação das informações existentes nos bens móveis e imóveis, materiais e imateriais:

Um edifício, transformado em patrimônio, não foi concebido para transmitir informações, mas quando lançamos questionamentos sobre ele e encontramos respostas - que se tornam a base para institucionalização de uma história ou memória - transformamos este objeto em documento. (GRIGOLETO, 2012, p. 58).

No manual de referências “Gestão do Patrimônio Mundial Cultural”, publicado pela UNESCO (2016), é relatado que nas últimas décadas as abordagens de gestão de patrimônio para tombamento são basicamente duas: a abordagem “convencional” e a abordagem “baseada em valores” (vista como a mais predominante e considerada a mais adequada para gestão de bens do Patrimônio Mundial). As duas abordagens não são mutuamente excludentes, muitos sistemas de gestão contêm elementos de ambas. Segundo o Manual, a abordagem convencional foi a adotada pelos profissionais da preservação no início do movimento moderno de conservação no mundo ocidental. O foco principal era a conservação dos materiais originais, identificados como monumentos e lugares que deveriam ser preservados para o bem das gerações futuras, ou seja, são tratados como herança e como locais de memória. Para isso, os especialistas em patrimônio começaram a identificar e definir o que deveria ser protegido – o que mais tarde foi corroborado pela legislação estabelecida para esse fim em cada país. Decorreu dessa identificação uma série de intervenções para prolongar a vida dos materiais. Em meados do século XX, essa abordagem foi reconhecida globalmente por meio de doutrinas, como as Cartas.

A abordagem baseada em valores, desenvolvida recentemente, de acordo com o Manual, está se tornando popular por possibilitar a resolução de algumas questões complexas relacionadas ao patrimônio. A abordagem evoluiu em diversos países, como o Canadá e os Estados Unidos, e se tornou mais conhecida por meio da Carta de Burra, elaborada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), na Austrália, em 1979, e posteriormente atualizada. Nessa Carta promoveu-se a avaliação do significado de um lugar, com base nos valores atribuídos por todos os interessados (não apenas pelos especialistas), e o uso de uma declaração de significado como base para desenvolver estratégias de conservação e gestão.

Nessa abordagem, o significado de um bem de patrimônio é estabelecido primeiro em um processo participativo que envolve todos os que têm algum interesse nele. Depois de definido, o significado (‘declaração de significado’) se torna a estrutura para o desenvolvimento das políticas e estratégias de conservação, em que as condições do bem, as regras e regulamentos, as

necessidades das comunidades, entre outros fatores, são levadas em consideração. (UNESCO, 2016, p. 31).

Pode-se perceber que memória, tradições e identidades foram as primeiras atribuições conferidas ao patrimônio culturais, dando ao objeto um valor documental e simbólico. A abordagem baseada em valor inclui um conjunto mais amplo envolvendo não apenas para um pequeno grupo de especialistas em patrimônio, mas para uma variedade de interessados. O Manual (2016) adverte que poderá haver conflito entre os diferentes valores atribuídos a um bem e será necessário decidir suas prioridades relativas, mas as abordagens devem ser responsivas e dependem dos grupos sociais que participam de sua atribuição, e isso pode mudar ao longo do tempo, alinhando-se ou reagindo a mudanças sociais, culturais e ambientais. Na próxima seção a intenção é detalhar um pouco sobre a atribuição de valor e incluir reflexões sobre memória e identidade.

## 4.2 MEMÓRIA E IDENTIDADE

Pesavento (2008) diz que em uma cidade as pessoas possuem pontos de ancoragem da memória. Seriam lugares onde se viveu experiências do cotidiano ou situações excepcionais. Esses espaços seriam dotados de significados e capazes de fazer de cada cidade um espaço urbano qualificado. Acrescenta ainda que mais do que espaços, ou seja, extensão da superfície, trata-se de territórios, porque são apropriados pelo social:

Mas, sobretudo, são lugares, dotados de carga mas, sobretudo, são lugares, dotados de carga simbólica que os diferencia e identifica. E, se tais sentidos estão referidos no passado, fazendo evocar ações, personagens e tramas que se realizaram em um tempo já escoado, eles são lugares de memória, como aponta Pierre Nora (1993/1997), ou ainda espaços que contém um tempo, como assinala Paul Ricoeur (1998). (PESAVENTO, 2008, p. 3).

A historiadora reflete que há pontos de ancoragem individuais, que remetem a vivências particulares; mas há outros pontos coletivos, resultado, muitas vezes, da indução e da educação que os identifica como lugares da cidade carregados de informações e memórias comuns a todos, resultando em um processo de vivência do imaginário urbano coletivo. Pesavento (2008) afirma ainda que os lugares de memória de uma cidade são também lugares de história, pois História e memória

são ambas narrativas do passado que presentificam uma ausência, reconfigurando uma atemporalidade escoada.

Halbwachs (2006) complementa essa ideia ao refletir que um dos objetivos da História talvez seja justamente o de lançar uma ponte entre passado e presente e restabelecer essa continuidade interrompida. Por meio de um trabalho minucioso, historiadores podem redescobrir e atualizar certa quantidade de fatos grandes e fatos pequenos, que se acreditavam perdidos para sempre, especialmente quando se tem a sorte de encontrar memórias inéditas. Para o sociólogo francês, o passado deixou na sociedade muitos vestígios – às vezes visíveis, como em edificações ou lugares –, chamados de ilhotas do passado conservadas com eram, e tão bem conservadas que são capazes de transportar as pessoas para cinquenta ou sessenta anos atrás. Além disso, os costumes modernos repousam sobre camadas antigas que afloram em mais de um lugar.

O grande precursor do conceito de lugares de memória foi o historiador francês Pierre Nora. Convencido de que os países e os grupos sociais de sua atualidade sofriam evidente transformação na relação que mantinham tradicionalmente com o passado, Nora (1993) atribui este fato a uma das questões significativas da cultura contemporânea: o respeito ao passado – seja ele real ou imaginário – e o sentimento de pertencimento a um dado grupo. Esse sentimento de pertencimento está entre a consciência coletiva e a preocupação com a individualidade, entre a memória e a identidade.

Nora (1993) estabeleceu distinções entre os lugares de memória, destacando que estes podem ser materiais, simbólicos e funcionais: um lugar material pode ser uma biblioteca, um arquivo ou um museu, que só são lugares de memória se receberem valor simbólico através da imaginação; um lugar funcional pode ser encontrado em um livro, testamento ou manual, que somente serão lugares de memória se forem objetos de um ritual; ou, enfim, um lugar simbólico pode ser uma fração do tempo, como um minuto de silêncio, que constitui uma lembrança concentrada.

A mesma perspectiva para os chamados “lugares de memória” é reverberada por Murguía (2010), ao afirmar que narrar acontecimentos, da mesma forma que as moedas reproduziam fisionomias, é a função da arquitetura disposta em espaço público. As finalidades destes objetos seriam a eternidade, ou seja, serem inalteráveis, estarem presentes no tempo. “Consequentemente, também poderíamos

pensar que eram lugares de memória e, de fato, hoje em dias eles o são.” (MURGUIA, 2010, p. 13). O autor lembra que em dois momentos a supressão do Antigo Regime e a expropriação de coleções criaram questionamentos para a República, na França, sobre manter ou não os objetos que remeteriam ao Antigo Regime. A questão, segundo ele salienta, não era histórica, mas uma questão de memória – de memória coletiva, no caso, nacional –, com a preservação do patrimônio. Murguia (2010) acredita que esse dilema e a opção por preservar o patrimônio podem ser considerados como elementos decisivos para o aparecimento da memória como dispositivo social.

Para Araripe (2004) é mister que se veja o patrimônio como parte integrante da comunidade onde está inserido, numa representação das manifestações sociais que marcam ou marcaram suas vidas e que constroem a história, com a possibilidade de olhar esse patrimônio como memória social.

Consideramos de maior riqueza o que se apresenta no patrimônio cultural, como memória social, no espaço da cidade, e sua utilização como fonte de informação e, conseqüentemente, coadjuvante na promoção de tudo o que possibilita ao sujeito o crescimento pessoal e coletivo para a construção da sociedade. (ARARIPE, 2004, p. 113).

A pesquisadora lembra que, quando se criou SPHAN, as discussões sobre patrimônio cultural eram determinadas por arquitetos e alguns poucos técnicos da cultura, o que mostrava que os bens patrimoniais instituídos estavam relacionados a patrimônios edificados – prédios e monumentos. Atualmente, no entanto, para Araripe (2004), quando se fala de patrimônio cultural está estabelecida a relação com o conjunto de tudo que tem significação, aquilo que tem sentido social, não importando se esse patrimônio é algo materializado (visível) ou simplesmente manifestações da cultura que se apresentam através do cidadão comum.

A sua reflexão sobre a memória também preconiza que, para manter essa memória social como fonte para reflexão histórica dentro da construção do espaço urbano, seria interessante analisar a possibilidade e a necessidade de uso social desse patrimônio, numa reflexão mais próxima com o processo educacional. O patrimônio ganharia uma função pedagógica. Araripe (2004) argumenta que se não for dado uma utilidade social ao que julgamos ou ao que se apresenta como patrimônio ele com certeza morre ou, no mínimo, passa despercebido.

Há também na memória contida no patrimônio um veio para se obter uma identidade e os laços de pertencimento com a comunidade onde se insere. Com todas as implicações que acompanham as discussões sobre identidade cultural, acreditamos deve existir uma relação de reconhecimento e pertencimento – de identidade – daquilo que se constitui como patrimônio com a história de seu povo e suas práticas cotidianas. (ARARIPE, 2004, p. 114).

Seria nessa memória concretizada em lugares de memória, ou patrimônios culturais, que os indivíduos se reconhecem enquanto ser social e sujeitos na construção de uma identidade local, que conecte passado e presente numa sucessão de interligações. Araripe (2004) complementa ao afirmar que o patrimônio pode ser visto como símbolo das identidades mais diversas, individuais e coletivas, nacionais e transnacionais.

No entanto, a identidade é um valor subjetivo, como a maioria dos valores patrimoniais instituídos. É evidente que o patrimônio reforça identidades diversas ao promover essa conexão com o passado e as origens sociais. Para Yañes (2006), no presente, as novas tendências patrimoniais tendem a instrumentalizar a identidade para que ela sirva como referência não só de um passado mais ou menos remoto, mas do presente também. Para ela, seria importante que as pessoas tivessem consciência da necessidade de preservar um patrimônio como forma de preservar a realidade pela qual transcorrem.

De acordo com Halbwachs (2006), identidades fundamentam-se em dados reais e objetivos, recolhendo traços, hábitos, maneiras de ser e acontecimentos do passado, tal como lugares e momentos. A identidade se mostra e se exhibe em ritos e práticas sociais e se daria a ver – como no caso dos monumentos, feitos para lembrar. E tais marcos têm seu local preferencial de referência nos centros urbanos, núcleo onde tudo começou. A paisagem, carregada do simbólico, pode propiciar a seguinte reflexão ou sentimento, como discorre Halbwachs:

Se soubermos que em um determinado lugar algo de significativo, marcante ou excepcional ocorreu, se nos for transmitido um conhecimento de como era este espaço no passado, este lugar será por nós composto mentalmente como uma paisagem imaginária de sentido. Nós ‘veremos’ para além daquilo que é visto. Por uma operação mental, reconstituímos espaços, atores, práticas. (HALBWACHS, 2006, p. 7).

Gonçalves (2007) complementar a ideia de Halbwachs (2006) ao afirmar que, assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida

pela posse de objetos que foram “herdados” e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos – aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Gonçalves (2007), assim como Halbwachs (2006), sentencia que o patrimônio tem a capacidade de evocar visual e sensivelmente ideias e valores do passado em decorrência da associação entre determinados espaços e objetos. Para Halbwachs (2006), a ideia de um passado ou de uma memória como um dado relevante na construção das identidades pessoal e coletiva é uma invenção moderna e que data de fins do século XVIII.

Le Goff (1982) também argumenta que a memória coletiva é um dos elementos mais importantes das sociedades em desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, por sobreviver e por progredir. É também um elemento essencial do que se costuma chamar “identidade”, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia (LE GOFF, 1982).

Após uma série de referências teóricas apresentadas para dar conta do conceito de patrimônio e da atribuição de valor dada a uma edificação, as próximas seções fazem um apanhado histórico desse grande centro de memória chamado biblioteca pública, com a intenção de compreender sua origem e funções, justamente para estabelecer relações entre patrimônio cultural e bibliotecas públicas.

## 5 BIBLIOTECAS PÚBLICAS

Diversos autores, como Almeida (2013) e Moraes (1983), atestam o surgimento da biblioteca pública como consequência da Revolução Industrial e da Revolução Francesa; defendem que a instituição nasceu em meados do século XIX, nos Estados Unidos e na Europa. Moraes (1983) detalha que foi no século XIX que as bibliotecas públicas se desenvolveram, fomentadas pelas ideias democráticas e pelo choque das ideologias políticas. Em sua obra, cita que houve uma campanha que pregava que “Abrir uma biblioteca é como fechar uma prisão”, buscando captar empresários burgueses ansiosos pela filantropia. Acrescenta ainda que nos Estados Unidos desenvolveu-se um movimento cuja origem não era a elite preocupada com o povo, mas o povo – sentindo a necessidade de ter acesso a bibliotecas – uniu forças e construiu as suas próprias bibliotecas, segundo suas necessidades.

Chartier e Hébrard (1995) fazem um relato detalhado do surgimento da biblioteca pública na França, o que aconteceu em decorrência da necessidade de letrar a sociedade diante das transformações sociais que se apresentavam após a Revolução Francesa, no século XIX, com o governo transformado em República e com o surgimento da burguesia e do proletariado. O texto deles informa que as iniciativas privada, católica e liberal sucederam-se sem demora à iniciativa do Estado, preocupado com a alfabetização e a aculturação escolar. Isso levou à incitação à leitura com a criação das primeiras bibliotecas públicas.

As bibliotecas se tornaram, segundo Chartier e Hébrard (1995), herdeiras do patrimônio imenso vindo das igrejas, de pessoas e instituições do Antigo Regime e das congregações de ensino. O resultado, segundo os autores, apresentou bibliotecas despreparadas recebendo um material imenso, sem condições e sem saber como preservá-lo, catalogá-lo ou emprestá-lo. Afirmam que houve a necessidade de uma reflexão:

Até a Revolução, todas as bibliotecas são propriedade privada de pessoas ou instituições, e sua abertura ao público implica em acordo recíproco. A ideia de pôr esses acervos de livros à disposição da nação nasce em 1790, quando se renuncia à venda de todas as bibliotecas confiscadas à Igreja, aos emigrados e aos condenados. ‘As bibliotecas nacionais’ assim constituídas são as primeiras que ingressam juridicamente em âmbito público, à espera ainda de espaço e de leitores. (CHARTIER; HÉBRARD, 1995, p. 120).



Naquele momento, se repetia que era necessário criar bibliotecas para sustentar a obra educativa do novo regime. Surge, então, de acordo com os escritores, a concepção de que todo o cidadão tem direito ao acesso aos livros do patrimônio público, sendo dever do Estado instruir, com livros adequados, os homens dos novos tempos (CHARTIER; HÉBRARD, 1995).

Segundo Chartier e Hébrard (1995), o surgimento da biblioteca pública teria sido na França, em 1790, mas Almeida (2013) postula que a data do nascimento mundial da biblioteca pública “dentro dos moldes como é entendida hoje”, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, foi no ano de 1850. Ou seja, uma instituição mantida pelo Estado e voltada, sem distinção, ao atendimento de toda a população.

De acordo com Mueller (1984), a função da biblioteca pública nos seus primórdios era fornecer educação às classes sociais desfavorecidas, que não podiam ter acesso às bibliotecas universitárias ou adquirir os documentos de que necessitavam. Nesse contexto, a biblioteca pública seria também a responsável por garantir a educação continuada dos cidadãos. Almeida (2013) pontua que, entre diversos assuntos, o que motivou o surgimento da biblioteca pública foi a necessidade, a partir das exigências da revolução industrial, de mão de obra mais qualificada. Nesse caso, caberia à biblioteca dar suporte educacional à população.

A origem da biblioteca pública não pode ser entendida, simplificada, como oriunda dos reclamos das classes populares ou, inversamente, pelas benesses das classes detentoras do poder. Aquele momento histórico (meados do século XIX) leva-nos a reconhecer a influência, a mescla, a intersecção dessas e de outras causas. A biblioteca pública surge, não isoladamente, deslocada dos acontecimentos e da situação da sociedade daquela época. Ao contrário, ela está imersa nas transformações, nas mudanças e alterações daquela época e, assim, deveria continuar participando de cada cenário histórico, cenários não estanques, mas dinâmicos e em constante mutação. A biblioteca pública deve ser reflexo e causa das transformações da sociedade; deve receber influências, interferir, ser início, meio e fim das alterações sociais, numa sequência interminável. (ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 66).

Em 1949 surgiu a primeira versão do manifesto da Biblioteca Pública publicado pela IFLA/UNESCO (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias), que destacava a sua função educativa, principalmente como um centro popular. Conforme explica Almeida (2013), as funções educativa, de lazer e de cultura foram as únicas funções desempenhadas pelas bibliotecas públicas até a década de 60. A função informacional ganhou ênfase anos depois, em

decorrência da necessidade do cidadão ter um local onde encontrá-la. O novo encargo veio com o início da Primeira Guerra Mundial. De acordo com Suaiden (1995), nos Estados Unidos o confronto desencadeou uma produção altíssima de informações, tanto por parte de organizações militares quando por parte do governo e das empresas privadas que auxiliavam o país no conflito. Essas informações, que eram necessárias para o dia a dia do cidadão e que se encontravam dispersas, foram reunidas e disponibilizadas primeiramente pela biblioteca pública da cidade de Detroit (Michigan) e depois por outras bibliotecas públicas do país.

A biblioteca pública passou então a prover informações necessárias à cidadania, como localização de determinados órgãos públicos, vagas de emprego e telefones úteis – basicamente tudo o que pudesse auxiliar as tarefas práticas do dia a dia da população. Na América Latina, a Venezuela foi considerada, nos anos 70, o país que possuía o serviço de informação à comunidade mais desenvolvido por parte da Biblioteca Pública Central de Caracas (SUAIDEN, 1995).

Um novo Manifesto da UNESCO foi publicado em 1972, ratificando a promoção do lazer, da educação, da cultura e da informação como as principais funções da biblioteca pública. A segunda versão do documento gerou muitos debates nos países em desenvolvimento, principalmente na América Latina. Na Venezuela, em Caracas, em 1982, foi promovida uma conferência para debater as perspectivas e atribuições das bibliotecas públicas no continente. Como a proposta era adaptar o Manifesto da UNESCO para a realidade dos países latino-americanos, algumas recomendações foram feitas. De acordo com a Fundação Biblioteca Nacional (2000), as medidas recomendadas foram as seguintes:

Propiciar o livre acesso à informação; estimular a participação da população na vida nacional e na vida democrática; promover a difusão e a proteção das culturas nacionais autônomas e de minorias, tendo em vista a formação da identidade nacional, como também o conhecimento e o respeito às outras culturas; formar o leitor crítico e seletivo; ser um instrumento de educação formal e não formal; ser o centro de comunicação e informação da comunidade. (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 20).

A última versão do Manifesto da UNESCO sobre bibliotecas públicas é do ano de 1994, versão na qual foram incorporadas algumas propostas do encontro realizado em Caracas e de encontros posteriores realizados na América Latina. Além das funções já mencionadas, o documento estabeleceu algumas diretrizes mais específicas em relação às incumbências deste tipo de unidade de informação,

dentre elas as preocupações relativas “[...] à herança cultural, ao apoio à tradição oral, ao acesso à informação comunitária e ao apoio à educação em todos os níveis.” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 20). Também é importante ressaltar o combate ao analfabetismo e o incentivo à leitura – uma visível preocupação com os países subdesenvolvidos demonstrada pelo Manifesto. A próxima seção busca apresentar um panorama da biblioteca pública no Brasil.

## 5.1 BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO BRASIL

Sobre a primeira biblioteca pública no Brasil há controvérsias em relação a quando realmente passou a ser pública ou quando passou a existir. Segundo Suaiden (1995), a primeira biblioteca pública fundada no Brasil foi a Biblioteca Pública da Bahia, pois “[...] as bibliotecas fundadas anteriormente, como as dos conventos, não eram públicas, e, a Biblioteca Real do Rio de Janeiro existia em Lisboa, havendo, portanto, no caso, apenas a transferência de sede para o Brasil.” (SUAIDEN, 1995, p. 24).

Suaiden (1995) relata que a Biblioteca Pública da Bahia, fundada em 4 de agosto de 1811, foi criada por iniciativa dos cidadãos. Pedro Gomes Ferrão de Castelo Branco encaminhou o projeto ao Conde dos Arcos, governador da Capitania da Bahia, solicitando a aprovação da fundação da biblioteca. Sua manutenção dependia de doações e apoio dos interessados em manter a instituição. O Estado, nesse caso, apenas concordou, aprovou e apoiou (não monetariamente) a ideia.

Posteriormente, com a vinda do rei de Portugal, D. João VI, para o Brasil – trazendo consigo a corte portuguesa em fuga do exército de Napoleão –, foi instalada no Rio de Janeiro a Imprensa Régia e trazida a Biblioteca Real Portuguesa, cujo acervo foi a base da coleção da Biblioteca Nacional. Esta, por sua vez, abriu as suas portas ao público em 1814, e o período posterior configurou-se como uma época de efervescência cultural (SUAIDEN, 1995).

O governo passou, a partir do exemplo da Bahia, a investir em bibliotecas públicas e, em 1823, foi fundada a Biblioteca Pública do Estado do Maranhão. Nos anos posteriores várias outras bibliotecas semelhantes foram abertas, dentre elas a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina (1855), a Biblioteca Pública do Espírito Santo (1855), a Biblioteca Pública do Estado da Paraíba (1857), a Biblioteca Pública do Estado do Paraná (1857), a Biblioteca Pública do Estado de Alagoas

(1865), a Biblioteca Pública do Estado do Ceará (1867), a Biblioteca Pública do Estado do Amazonas (1870), a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (1871), a Biblioteca e Arquivo Público do Pará (1873), a Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro (1873) e a Biblioteca Estadual do Piauí (1914) (SUAIDEN, 1995).

Contudo, tais bibliotecas não tinham a infraestrutura necessária para atender a população: os acervos eram desatualizados; os prédios não eram adequados para abrigar as coleções, o pessoal e os usuários; e os funcionários não possuíam o treinamento adequado para atender ao público. Sobre as edificações, Suaiden (1995) salienta que a maioria dessas bibliotecas públicas não tinha sede própria e ocupavam diversos locais diferentes. Somente na década de 1970 começou a construção de edifícios apropriados ao funcionamento dos serviços, como para a Biblioteca Pública da Bahia – que atualmente se chama Biblioteca Central da Bahia –, a Biblioteca Pública do Espírito Santo e a Biblioteca Pública Epiphânio Dória, de Sergipe (SUAIDEN, 1995).

Da mesma forma, como na Europa e nos Estados Unidos, com a industrialização do Brasil criou-se a necessidade de qualificar a mão de obra operária. Em função desses dois fatores, foi criado durante o governo de Getúlio Vargas, em 1937, o Instituto Nacional do Livro (INL). O objetivo era que as bibliotecas fossem instrumentos de elevação do nível cultural e alavancas do desenvolvimento, e para isso o INL estabeleceu determinados pacotes de livros e distribuiu para cidades brasileiras. Mas o projeto não surtiu efeito e foi esquecido em pouco tempo (SUAIDEN, 2000).

Com a reforma do ensino escolar de 1971, que tornou obrigatória a pesquisa aos alunos, as bibliotecas públicas transformaram-se em bibliotecas escolares, segundo Milanesi (2002). O fato de muitas escolas não possuírem bibliotecas obrigou os alunos a buscarem as bibliotecas públicas, que, por sua vez, passaram a voltar as suas atividades para esse público em detrimento de outros. Dessa forma, a pesquisa realizada nas bibliotecas públicas tornou-se uma prática indicada pelas escolas e algo comum entre os estudantes. O bibliotecário passou a ser aquele que auxilia tal procedimento, disponibilizando as enciclopédias abertas no verbete correto ao usuário. O acervo das bibliotecas públicas depois da reforma do ensino ficou basicamente restrito a enciclopédias, e o bibliotecário reduziu o espectro de atividades que poderia desenvolver juntamente à comunidade (MILANESI, 2002).

Assim, as bibliotecas públicas brasileiras, em sua grande maioria, ficaram restritas à função educativa – função executada de forma bastante limitada (MILANESI, 1983). Dando continuidade às atividades realizadas pelo Instituto Nacional do Livro, no ano de 1992 foi instituído o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) pela Fundação Biblioteca Nacional, tendo como função incrementar as bibliotecas públicas de todo o Brasil. O SNBP articula e coordena ações conjuntamente com os Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas – que são compostos pelas bibliotecas públicas estaduais e municipais –, visando à melhoria dos produtos e serviços desse tipo de biblioteca por meio da cooperação (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000). Dentre as iniciativas realizadas está a edição e a publicação de diversos tipos de materiais impressos que de alguma forma possam contribuir para a melhoria das bibliotecas públicas.

O SNBP tem investido também na capacitação de recursos humanos para atuar nas bibliotecas, por meio de cursos e publicações voltados para os gestores dos Sistemas Estaduais, os bibliotecários e os auxiliares que trabalham nesse tipo de unidade de informação (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000). Outra importante iniciativa realizada pela SNBP, por meio do Programa Livro Aberto, foi a criação de novas bibliotecas públicas no Brasil, bem como a melhoria das já existentes.

Com o intuito de apoiar o desenvolvimento das políticas culturais nacionais voltadas para bibliotecas públicas municipais e estaduais, o SNBP realiza sistematicamente a atualização dos dados acerca desse tipo de equipamento cultural. A última atualização foi realizada em abril de 2015, dentro do escopo do Projeto Mais Bibliotecas Públicas. Foram contabilizadas 6.102 bibliotecas públicas municipais, distritais, estaduais e federais nos 26 estados e no Distrito Federal, sendo organizadas por Regiões: Região Norte – 503; Região Nordeste – 1.847; Região Centro-Oeste – 501; Região Sudeste – 1.958; e Região Sul – 1.293 (SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL, 2017).

Contudo, conforme Almeida (2003), a situação das bibliotecas públicas brasileiras é crítica, em decorrência da falta de recursos humanos e financeiros para a prestação de serviços apropriados à população. Além disso, muitas que possuem recursos não desempenham de maneira adequada a sua função junto ao público, por desconhecerem as necessidades de informação da comunidade, sendo que em

muitas delas o principal usuário é o estudante, aquele que vai realizar as suas pesquisas ali por falta de uma biblioteca com um bom acervo na sua escola.

## 5.2 BIBLIOTECAS PÚBLICAS NO RIO GRANDE DO SUL

A trajetória da biblioteca pública no Rio Grande do Sul, dentro de uma perspectiva que rememore as unidades que foram sendo criadas, não foi encontrada. A pretensão então, nesta seção, é fazer um apanhado superficial e cronológico do surgimento das primeiras unidades e as instituições relacionadas. As três unidades mais antigas são a Bibliotheca Rio-Grandense, a Bibliotheca Pública Pelotense (BPP) e a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (BPE/RS).

A Bibliotheca Rio-Grandense foi fundada por João Barbosa Coelho e mais 22 idealistas no dia 15 de agosto de 1846. A proposta inicial do guarda-livros português João Barbosa Coelho (1819-1909) era de ter um Gabinete de Leitura em estabelecimento comercial próprio, recém-adquirido. Em 1878, o Gabinete passou a chamar-se Bibliotheca Rio-Grandense, sendo reconhecida hoje como a instituição cultural mais antiga do Estado. Está estabelecida em prédio de estilo neoclássico no centro da cidade de Rio Grande e permanece em atividade, com acervo em grande parte de obras raras. O seu conjunto de jornais é um dos mais importantes itens do acervo, sobretudo os rio-grandinos e sul-rio-grandenses. O periódico impresso mais antigo data de 1845 – é um fascículo de “O Rio Grandense” –, e o livro mais antigo é o “Diálogo de Luciano”, de 1560. (MARQUES, 2014).

Santos (2017) narra que, em Pelotas, no dia 14 de novembro de 1875, foi realizada uma reunião com a presença de 45 pessoas, na qual foi criada formalmente a Bibliotheca Pública Pelotense, uma instituição sem vínculos governamentais e sem fins lucrativos, condições ainda existentes nos dias atuais. A fundação da BPP contou com a colaboração do jornalista Antônio Joaquim Dias e de João Simões Lopes, o Barão da Graça, que cedeu para a biblioteca a parte térrea de um prédio de sua propriedade, na atual esquina das ruas General Neto e Anchieta. Dessa forma, a instalação efetiva da unidade se deu no dia 5 de março de 1876, contando com exatos 960 volumes. Desde a sua fundação começaram a surgir doações da população pelotense para que se pudesse realizar a construção de uma sede própria para a BPP, por isso, em 18 de março de 1878 foi feito o aforamento perpétuo do terreno, localizado na Praça Coronel Pedro Osório (SANTOS, 2017).

Em Porto Alegre, a BPE/RS teve seu início por meio de um Projeto de Lei apresentado no dia 30 de março de 1871 pelo então deputado João Pereira da Silva Borges Fortes Filho, que solicitou a criação de uma biblioteca oficial para o Estado, até então Província de São Pedro. Esse projeto foi aprovado e transformado na Lei nº 724, de 14 de abril de 1871, sancionado pelo então presidente da Província, Francisco Xavier Pinto de Lima. Mas foi somente em 21 de janeiro de 1877 que a Biblioteca foi instalada – na edificação onde funciona até hoje – e aberta ao público (BIBLIOTECA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017).

Outras centenas de bibliotecas públicas foram sendo inauguradas pelo Rio Grande do Sul. Para dar uma orientação geral a todas foi criado, em 1981, o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Estado do Rio Grande do Sul, atualmente sob a coordenação da bibliotecária Morgana Marcon, também diretora da BPE/RS – biblioteca considerada uma central do sistema, onde os funcionários responsáveis pelas bibliotecas cadastradas podem buscar auxílio e retirar um kit composto por 37 livros de diversos tipos, entre ficção, biografias, infantis e poesia. Atualmente estão cadastradas 532 unidades. No *site* é informado que o SEBP/RS tenta manter a atualização dos dados, no entanto muitas vezes há dificuldade em ter telefones e e-mails sem algum erro.

### 5.3 A FUNÇÃO CULTURAL DAS BIBLIOTECAS

Às bibliotecas públicas são imputadas quatro funções: informacional, educativa, de lazer e cultural. Quem exercerá essas funções e as colocará em prática no dia a dia da unidade é o bibliotecário. Ao tratar da função cultural elencada pelo Manifesto IFLA/UNESCO e outras enunciadas por especialistas, a intenção é refletir como a valoração do patrimônio, memória e identidade perpassam a atividade do bibliotecário.

Dentre as missões das bibliotecas públicas elencadas pelo Manifesto que possuem relação com a função cultural – e com o tema desta pesquisa – pode-se citar a de número cinco, cujo enunciado traça o seguinte objetivo: “Promover o conhecimento sobre a herança cultural, o apreço pelas artes e pelas realizações e inovações científicas.” (IFLA, 2012). Como mencionado anteriormente, o patrimônio edificado carrega uma herança, valores e está impregnado de memória e história de uma comunidade, sendo detentor de informações que podem servir como ponto de

referência para outras discussões. Conhecendo esse patrimônio, o indivíduo pode ter uma consciência da herança cultural da sua comunidade.

Para divulgar a cultura e para trazer o usuário para o ambiente da unidade, as bibliotecas realizam ações culturais. Dessa forma, atividades que promovam e façam paralelos entre a edificação e a história e os fatos atuais podem ser feitas. Mesmo que a construção seja simples, se a edificação foi reconhecida como patrimônio cultural pela comunidade ou órgãos legitimados, é porque a ela foi atribuído algum valor de memória e de identidade referentes à comunidade onde a unidade está inserida. Somente fornecer informações – seja em ambientes físicos e virtuais de forma esporádica – sobre a história da unidade e sua edificação também é uma forma de divulgar o conhecimento e a cultura local.

Para a Fundação Biblioteca Nacional, a ação cultural não está somente ligada à função cultural, podendo apresentar também atividades educativas, informativas e de lazer. Especificamente em relação à cultura, as ações recomendadas pela Fundação Biblioteca Nacional são as seguintes: “Conferências, debates, exposições (locais, itinerantes de outras entidades, retratando a herança cultural da comunidade), feiras culturais, maratonas culturais, mesas redondas, varal cultural.” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2000, p. 101).

A cultura deve ser vista como algo que estimula a capacidade intelectual do indivíduo, que o leva a pensar e perceber o mundo a sua volta de uma forma diferente. Nessa perspectiva, Milanesi (2002) discorre sobre a biblioteca que promove ações culturais:

A biblioteca, nessa perspectiva, é o espaço aberto para que as pessoas possam encontrar informações, discuti-las e criar novas informações – um poema ou a resposta para uma ação coletiva. É no desenvolvimento dessas atividades - que a informação adquire um sentido, um lugar. E o que nunca foi percebido passa a ser vital; e o que era uma verdade, não mais se sustenta e esboroa. O conflito de informações, os componentes emocionais eventualmente ligados a elas alteram percepções e dão outros sentidos ao que parecia óbvio. Um filme pode levar a uma obra de sociologia e um texto de história pode despertar o interesse pela ópera ou uma peça de teatro motivar uma decisão da coletividade. Nesse panorama, a informação deixa de ser uma obrigatoriedade dos rituais da vida estudantil e passa a ser uma alavanca para mover o indivíduo e seu mundo. (MILANESI, 2002, p. 92).

Milanesi (2002) propõe a criação de ações culturais que envolvam a participação do público e que criem a oportunidade dos indivíduos expressarem a sua visão sobre o que leram. A mesma proposta pode ser aproveitada trocando livro



por patrimônio, com comentários depois que for feita a visitação ao bem edificado. Carter (2004) destaca que a educação patrimonial seria uma área em que o bibliotecário poderia atuar, tendo um olhar questionador ao passado para que em seu resgate e compreensão sejam estabelecidos laços de pertinência entre aquele que ‘vê’ e aquilo que é ‘visto’. Para ela, a educação patrimonial:

Caracterizada pela inter-relação entre diferentes disciplinas, a Educação Patrimonial oferece ao bibliotecário identificado com as questões de memória e patrimônio histórico-cultural uma oportunidade de atuação profissional diferenciada da prática biblioteconômica, mas ao mesmo tempo profundamente relacionada à mesma. (CARTER, 2004, p. 35).

Xavier (2010) argumenta que, na área do patrimônio, parte-se do princípio de que os bens culturais – os próprios objetos – possuem carga concentrada de informação e referência. “E, portanto, possuem a capacidade ou o potencial de fornecer informação – o que possibilita e permite distintas leituras e investigações. Desta maneira, pode-se aprender, a partir dos bens culturais materiais e imateriais.” (XAVIER, 2010, p. 277). Ou seja, essa carga concentrada pode ser entendida como memória em “pedra e cal” disponível para ser explorada como fonte de informação.

Dentro desta perspectiva de memória, Murguia (2010) sentencia que arquivos, bibliotecas e museus se reconstituem em torno da memória e nela encontram sua justificativa de existência. Ao mesmo tempo, diz ainda que essas três entidades são representativas e articuladoras da identidade de uma nação. Memória e identidade seriam visíveis devido à projeção que essas instituições, enquanto lugares (prédios, praças, jardins, etc.), causam num determinado grupo. Além de serem mediadas pelos documentos que guardam (MURGUIA, 2010).

Para Carter (2010), bibliotecários são bibliotecários e são gestores; são especialistas, educadores, restauradores, bibliófilos, técnicos e/ou humanistas. Mais do que tudo, são profissionais de uma ciência cotidianamente elaborada que dialoga com as demais. E, por isso, ela afirma que bibliotecários são também educadores patrimoniais, visto que também atuam com a memória.

Elencadas diversas considerações teórico-históricas de estudiosos sobre patrimônio e a trajetória das bibliotecas públicas, chegamos aos resultados da pesquisa.

## 6 RESULTADOS

Foram enviadas correspondências eletrônicas para as 534 bibliotecas públicas cadastradas no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul solicitando somente a informação, afirmativa ou negativa, referente a se a unidade estava estabelecida em uma edificação considerada patrimônio cultural. Somente 134 responderam à correspondência eletrônica enviada. Oitenta mensagens voltaram notificando que o endereço eletrônico estava errado, o que levou a um novo contato com SEBP/RS, mas o sistema informou que os dados eram fornecidos pelas unidades, de forma que estavam atualizados, mas sim, poderia ter algum erro de informação. Dentro desse conjunto, além das correspondências que voltaram por endereços errados, também houve as bibliotecas que não responderam. Para estas foram remetidas novas correspondências, em uma segunda tentativa de obter um maior número de respostas. Mesmo assim o número das correspondências não respondidas ficou em 363. Dentro das 144 respostas recebidas, 27 disseram que estão estabelecidas em edificações consideradas patrimônio cultural.

Com a intenção de obter maior representatividade, procurou-se, por meio do buscador Google, encontrar os ambientes virtuais das bibliotecas que não responderam e das que as correspondências retornaram, com o intuito de verificar se havia informação sobre a edificação. O resultado não foi satisfatório, pois a grande maioria não possui *site*, blog ou Facebook, e nos *sites* das Prefeituras, na maioria, não constam informações sobre as bibliotecas. Pensou-se em telefonar para as unidades, mas isso demandaria dinheiro e tempo, pois seriam necessários mais de 300 telefonemas para encontrar os bibliotecários ou o funcionário responsável a fim de obter uma resposta. A última tentativa foi o Google Maps, para verificar o endereço fornecido pelo SEBP/RS. No entanto, isso também se tornou inviável, pela falta total de identificação no mapa de muitos lugares das cidades da lista do Sistema. Existiu uma grande dificuldade no contato com essas instituições, o que não deveria existir, já que são instituições que devem prestar atendimento à população. Vários e-mails fornecidos pelas prefeituras ou pelas próprias bibliotecas não funcionam, ou estão em manutenção, não sendo possível o contato via e-mail com essas.

Dentro das 27 bibliotecas públicas que responderam positivamente à pergunta sobre se a unidade estava estabelecida em uma edificação considerada patrimônio cultural, foram escolhidas três como sujeitos da pesquisa, segundo critério de facilidade de acesso para a pesquisadora. Antes de detalhar sobre os três sujeitos da pesquisa, torna-se interessante recorrer sobre as outras unidades estabelecidas em edificações consideradas patrimônio cultural, levando em conta que esse levantamento nunca tinha sido realizado até o presente momento. Algumas das edificações da listagem abaixo não estão tombadas, mas a resposta à pergunta realizada foi afirmativa por serem consideradas patrimônio cultural pela comunidade.

Sendo assim, a decisão da pesquisadora foi de que seria interessante tê-las na listagem. Há bibliotecas com prédio próprio e várias que dividem espaço com outras instituições culturais. A escolha foi por uma apresentação em um quadro, em forma de lista e ordem alfabética pelo nome da cidade, conforme é apresentado no quadro 2 abaixo.

**Quadro 2 – Lista de Cidades, Bibliotecas e Patrimônio Edificado**

<b>Cidade</b>	<b>Biblioteca Pública</b>	<b>Características do Patrimônio Edificado</b>
Agudo	Bib. Pub. Mun. Aldo Berger	O prédio apresenta-se com referências à arquitetura pomerana, com telhado de grande inclinação. Essa arquitetura é resultado da imigração alemã, muitos provenientes da Pomerânia, com chegada na região em 1857. Edificação antiga onde era estabelecida a Secretaria de Educação do Município.
Antônio Prado	Bib. Pub. Mun. Hildo da Costa Guillox	Edificação construída em alvenaria entre 1896 e 1900 para ser a casa do comerciante Vittorio Faccioli, mas nunca foi usada como residência. No local foi realizada a primeira eleição em Antônio Prado. Em 1921, o município adquiriu a propriedade por 40 contos de réis. Em 1986, o edifício foi bastante reformado e ampliado nos fundos, e passou a abrigar também a Câmara de Vereadores, que permaneceu na casa até 2008. O prédio é tombado pelo município como patrimônio cultural.

Caçapava do Sul	Bib. Pub. Mun. Domingos José de Almeida	Edificação de 1787 é conhecida por Reduto Farroupilha. Abrigou os revoltosos e nela já funcionou a Câmara de Vereadores, uma cadeia, uma escola pública e o Fórum. Atualmente, o imóvel abriga o Museu Municipal Lanceiros Negros, a Biblioteca Pública Municipal Domingos José de Almeida e o Arquivo Histórico da cidade. Este ano, 2017, o imóvel passou por obras para restauro.
Cachoeira do Sul	Bib. Pub. Mun. Doutor João Minssen  Fundada em 1946 por João Minssen, seu primeiro diretor e depois patrono.	Desde 1998, a biblioteca está instalada na Casa de Cultura Paulo Salzano Vieira da Cunha, considerada patrimônio cultural. Tem como documento de sua origem a correspondência de 5 de maio de 1880, com a primeira iniciativa de criar em Cachoeira uma biblioteca pública.
Canoas	Bib. Pub. Mun. João Palma da Silva  Fundada em 1959 e inaugurada em 1966	Após algumas mudanças de local, a Biblioteca Pública João Palma da Silva constituiu sede no antigo prédio do Fórum, no centro de Canoas. O nome oficial João Palma da Silva foi adotado a partir de 1980.
Campestre da Serra	Bib. Pub. Mun. Fabrícia Rech Cechinato	A resposta foi positiva para a pergunta “Está em um prédio de valor cultural e histórico para o município?”. No entanto não foi conseguido mais informações sobre a edificação.
Caxias do Sul	Bib. Pub. Mun. Parque Largo da Estação  Especializada em literatura infantojuvenil	Edificação histórica abrigava as oficinas das locomotivas da Estação Férrea de Caxias do Sul. O espaço foi restaurado e inaugurado em abril de 2013, oferecendo opções para a comunidade na área do livro, leitura e literatura. Faz parte direta na ampliação do uso do complexo cultural do Largo da Estação. Está entre as atrações turísticas da cidade. Foi tombado pelo IPHAE.
Farroupilha	Bib. Pub. Mun. Olavo Bilac  Criada em 1940	Edificação considerada patrimônio cultural, com previsão de restauro. Em 2010, a edificação passou a ser patrimônio cultural do município.

Gramado	Bib. Pub. Mun. Cyro Martins	A Biblioteca funciona em uma casa considerada patrimônio cultural.
Horizontina	Bib. Pub. Mun. Edmar Albino Sulzbach	O prédio é um antigo Moinho, considerado referência em termos de cultura e história do município.
Mormaço	Bib. Pub. Mun. sem nome	A biblioteca funciona juntamente ao prédio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, sendo de valor cultural.
Nova Pádua	Bib. Pub. Mun. Flávio Luiz Ferrarini	A biblioteca está instalada em um prédio público histórico, sendo o mais antigo do município.
Novo Hamburgo	Bib. Pub. Mun. Machado de Assis	Edificação de 1908 abrigou uma escola entre 1909 e 1921. Em 1978, foi tombada como patrimônio cultural e, em 1982, foi entregue à população como sede da biblioteca.
Osório	Bib. Pub. Mun. Fernandes Bastos	Edificação é do final do século XIX e passou por reformas internas, porém não é tombada. É considerado prédio de valor cultural por se tratar de uma das primeiras construções da cidade.
Pelotas	Bibliotheca Pública Pelotense  Fundada em 1875 por diversos cavalheiros da comunidade	Edificação construída de 1878 a 1881. João Simões Lopes inaugurou os alicerces do prédio projetado por José Izella. De 1811 a 1813, Caetano Casaretto projetou o segundo piso. O arco da entrada feito de granito veio de Portugal. Erguido em etapas entre os anos de 1881 e 1915, o primeiro piso, projeto do arquiteto italiano José Izella, foi inaugurado em 1888. Caetano Casaretto projetou o segundo piso, que foi construído a partir do ano de 1911. Possui a fachada em estilo neoclássico, contornada com bustos do calendário positivista (circundando o prédio), enquanto que a Sala de Leitura possui estilo Império e as outras salas e salões mesclam-se em estilo rococó, egípcio, gótico e florentino. Em 1986 o prédio da Biblioteca foi tombado pelo IPHAE e, em 2000, pelo Iphan.

Porto Alegre	<p>Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul</p> <p>Em 1871, foi feito o pedido para sua criação. Em 21 de janeiro de 1877, a BPE/RS foi aberta ao público.</p>	<p>Em 1915, foi transferida para a sede atual na rua Riachuelo. Na sua fachada, como em seu interior, apresenta influência da doutrina positivista, com estilo neoclássico, contornada com bustos do calendário positivista. A porta principal do vestíbulo é em madeira esculpida e emoldurada em gesso dourado com soleira em mármore. Em estilo Império, a Sala de Leitura preserva a pintura original das paredes, hoje recoberta com tinta PVA cinza. Nas outras salas e salões diversificam-se os estilos, entre eles rococó, egípcio, gótico e florentino.</p>
Porto Alegre	<p>Bib. Pub. Mun. Josué Guimarães</p> <p>Fundada em 1928</p>	<p>Edificação é um centro cultural, sendo considerado patrimônio cultural. A biblioteca passou por outros lugares até se estabelecer de modo definitivo, em 1978, com a inauguração do Centro Municipal de Cultura Arte e Lazer Lupicínio Rodrigues.</p>
Porto Alegre	<p>Bib. Pub. Mun. Lucília Minssen</p> <p>Fundada em 1954, para oferecer um acervo de livros infantojuvenis e promover atividades culturais voltadas para crianças e jovens.</p>	<p>Unidade está estabelecida no quinto andar da Casa de Cultura Mario Quintana (CCMQ), edificação de 1918, construída pelo arquiteto alemão Theodor Alexander Josef Wiederspahn, onde funcionou o Hotel Majestic. Em 29 de dezembro de 1982 o governo do Estado adquiriu o imóvel, e, um ano mais tarde, foi arrolada como patrimônio cultural, tendo início, a partir de então, sua transformação em centro cultural.</p>
Porto Alegre	<p>Bib. Pub. Mun. Erico Veríssimo</p> <p>Fundada em 1990, sendo especializada em Literatura e Artes.</p>	<p>Também funciona na CCMQ</p>
Quatro Irmãos	<p>Biblioteca Pública Municipal</p>	<p>A Biblioteca funciona em uma edificação considerada patrimônio, onde funcionou o hospital</p>

		da cidade.
Rio Grande	<p>Bibliotheca Riograndense</p> <p>Fundada em 1846. É a única biblioteca a possuir a coleção completa do jornal local, o Diário do Rio Grande.</p>	A biblioteca mudou-se para seu atual prédio no ano de 1902, já com 56 anos de existência. É a mais antiga instituição de cultura do Rio Grande do Sul. Foi sede da Casa da Câmara, com estilo Neoclássico.
	Biblioteca Pública Infantil Monteiro Lobato	Situada junto à Bibliotheca Riograndense
Santo Antônio da Patrulha	Bib. Pub. Mun. Júlio Costa	Biblioteca está estabelecida em um prédio construído em 1865 para residência particular. Em 1920 foi adquirido para funcionamento da intendência do município. O prédio foi tombado pelo Patrimônio Histórico de Santo Antônio da Patrulha pela Lei 2.491/92, no ano de 1992, e pelo IPHAE, em 2012.
São Lourenço do Sul	<p>Bib. Púb. Mun. Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco</p> <p>Fundada em 1942</p>	Edificação projetada pelo engenheiro alemão Carlos Othon Knüpplen, em 1919. Em estilo neoclássico, recebeu de seu construtor o nome de Solar Bella Vista em virtude de sua vista da cidade e de parte da Lagoa dos Patos. Ao longo dos anos, o prédio abrigou a Intendência Municipal, a delegacia de Polícia, a Cadeia Pública e um hospital a cargo do médico Gustav Holl. O prédio abriga a Biblioteca, o Museu, a Coordenadoria de Cultura e o Arquivo Histórico.

Sobradinho	Bib. Pub. Mun. Félícia Almeida Forzen Vidal	A edificação é de 1932, com estilo renascentista italiano. A biblioteca funciona no local desde 2012, junto ao Museu Municipal, Arquivo Histórico e o Espaço Vêneto. Foi tombada como Patrimônio Histórico Municipal pela Lei nº 916/84 de 12/11/1984. Inaugurada em 03/12/1987, como Casa da Cultura Amário João Lazzari, tendo como primeiro diretor o Professor Jary Schirmer.
Tupanciretã	Bib. Pub. Mun. Doutor Pedro Pinto	A resposta foi que o prédio tem valor cultural para a cidade.
Vale Real	Bib. Pub. Mun. Padre Benno Petry	A unidade está instalada na Casa da Cultura, onde funciona também o Museu da Colonização e o Telecentro. Considerado local histórico, sendo antiga residência (em estilo enxaimel) de um professor residente no município no século passado. Além disso, o entorno deste ambiente contempla a Casa do Artesão (no mesmo estilo arquitetônico) e o Centro de Convivência Arno Stoffels.

**Fonte:** Dados da pesquisa, obtidos por resposta aos e-mails.

As unidades selecionadas deste grupo foram a Biblioteca Pública Municipal Machado de Assis, em Novo Hamburgo; a Biblioteca Pública Municipal Júlio Costa, em Santo Antônio da Patrulha, e a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Depois da seleção, um novo contato foi estabelecido com as bibliotecas para saber da viabilidade e da disposição de conceder uma entrevista presencial. Todas responderam positivamente, o que levou a um agendamento prévio e esclarecimento sobre o que se buscava com a pesquisa.

A visita à Biblioteca Pública Municipal Machado de Assis, em Novo Hamburgo, tendo como entrevistada a bibliotecária Maria Denise Mazzali Konarzewski, foi feita no dia 16 de outubro, pela manhã. A bibliotecária Bianca Teixeira Ramos, responsável pela Biblioteca Pública Municipal Júlio Costa, se dispôs a receber a pesquisadora no dia 18 de outubro, no turno da tarde, o que possibilitou que a viagem até Santo Antônio da Patrulha fosse feita no mesmo dia pela manhã.



Em Porto Alegre, a bibliotecária Morgana Marcon abriu espaço em sua agenda de atividades para dar entrevista no dia 8 de novembro, às 18h.

As próximas seções trazem o conteúdo obtido por meio dos instrumentos de pesquisa, entrevistas e observação. Também foram usadas informações adicionais, resultado de investigação da pesquisadora em documentos. Como já mencionado, as entrevistas foram semiestruturadas (Apêndice D), cujo objetivo principal foi averiguar se os bibliotecários valorizam o fato da unidade onde trabalham funcionar em uma edificação considerada patrimônio cultural. As perguntas abrangeram os objetivos específicos: identificar como o bibliotecário ou funcionário se relaciona com a unidade enquanto patrimônio cultural; apurar se são promovidas ações de valorização do patrimônio histórico e cultural da unidade por meio das enunciações presentes em materiais impressos de divulgação (folhetos, flyers ou catálogos), nos ambientes virtuais (*site* oficial, blogs e redes sociais), e por meio das atividades culturais promovidas; verificar se há orçamento destinado à manutenção da edificação; e compilar os eventuais benefícios que os bibliotecários apontaram em decorrência da unidade estar lotada em um prédio histórico. As três entrevistas foram gravadas e suas transcrições encontram-se nos apêndices G, H e I. Foi feita também observação no espaço físico, usada para complementar as informações recolhidas nas entrevistas, verificando como se dá a divulgação da edificação enquanto patrimônio cultural. Também foi realizada observação dos ambientes virtuais das bibliotecas, como *site* oficial das mesmas, seus blogs e as redes sociais Twitter e Facebook.

Norteadas pela subjetividade que envolve o olhar de uma pessoa sobre o que foi dito, Gil (2002) salienta que é conveniente ao entrevistador ser capaz de registrar as reações do entrevistado às perguntas que são feitas. A expressão não verbal do entrevistado poderá ser de grande utilidade na análise da qualidade das respostas. O resultado será apresentado nas seguintes seções: “A Biblioteca”, com informações sobre a unidade; “Entrevista com a bibliotecária”, com um relato em forma de texto sobre a conversa com a bibliotecária, pois as entrevistas transcritas estão em Apêndices; e “O que conta a edificação”, com informações sobre o patrimônio edificado, oriundas das entrevistas e de material, sem autoria, uma compilação, fornecida pelas funcionárias.

## 6.1 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL MACHADO DE ASSIS

A Biblioteca Pública Municipal Machado de Assis está localizada no Centro de Novo Hamburgo, no entorno da Praça da Bandeira, tendo sido criada pelo decreto-lei nº 67, de 09 de dezembro de 1946, mas sendo organizada e aberta somente em 1953, pelo bibliotecário Harry Roth. Dispõe de nove salas, como espaço para literatura infanto-juvenil, salas de leitura e telecentro. Possui cerca de 70 mil livros – de literatura, didáticos e assuntos diversificados –, 35 CDs (incluindo livros em áudio) e DVDs. Para retirar os livros destinados a empréstimo é necessário que o leitor seja residente de Novo Hamburgo e tenha um cadastro junto à biblioteca. A unidade detinha um acervo histórico sobre a sua edificação, mas foi enviado para o arquivo público.

### 6.1.1 Entrevista com a bibliotecária

A bibliotecária Maria Denise Mazzali Konarzewski, há 27 anos trabalhando na unidade, fez um breve relato sobre a história que envolve a edificação, mencionando o funcionamento, no local, de uma Escola de Meninas e de uma fábrica de cartonaria, acrescentando que a casa foi alugada por um tempo depois. Em seguida, começou a falar dos problemas do patrimônio. Em sua opinião, a edificação deveria ser aproveitada para alguma outra atividade cultural, porque não há condições de expansão do espaço. Relatou que, ao longo dos anos, a biblioteca cresceu muito e agora não oferece ambientes adequados: “A unidade está sufocada aqui, apesar de ser um prédio bonito para se trabalhar, bem ventilado, bem iluminado, mas sempre está necessitando de restauro.” (KONARZEWSKI, 2017).

Segundo Denise Konarzewski, para fazer reformas é um transtorno, pois é necessário fechar a unidade. Isso acaba deteriorando o acervo de tanto fazer mudanças. “E há ainda a descoberta de goteiras que aparecem de um dia para outro. A unidade não tem realizado nenhuma ação cultural, com receio das goteiras atrapalharem.” (KONARZEWSKI, 2017). Confessou que gostaria de ter, sim, um prédio planejado (construído) para a biblioteca, mas sabe que isso é um sonho.

Mesmo com essas dificuldades, Denise Konarzewski destacou que as pessoas reconhecem e valorizam o prédio. Ao mencionar isso, lembrou que houve um movimento da comunidade para que a edificação não fosse demolida no

passado, o que para a bibliotecária demonstra o reconhecimento da beleza da edificação pelos usuários, mesmo que, ao mesmo tempo, eles percebem que a biblioteca ficaria melhor acomodada em um espaço próprio e planejado. Contou que os usuários ficam admirados pela falta de interesse do setor público em restaurar a edificação. “Tudo no setor público é muito moroso, até que se faça um projeto, consiga sua aprovação, as ‘coisas’ vão ficando sem arrumação.” (KONARZEWSKI, 2017).

Sobre os funcionários serem incentivados a conhecer a história da edificação, informou que eles a conhecem, porém no momento há troca de vários deles, mas que todos vão se inteirando aos poucos. Como ressaltou, “[...] dentro de uma biblioteca há muitas coisas para se tomar conhecimento.” (KONARZEWSKI, 2017). Pontuou que quando há visitas de escolas, além do acervo, é mencionado detalhes sobre a edificação pelo funcionário.

A biblioteca não possui material impresso que mencione o patrimônio. Denise Konarzewski informa que há um projeto de um historiador para fazer o resgate histórico da biblioteca e sua edificação, o que resultaria em um vídeo para ser exibido nas visitas escolares ou para usuários interessados, mas isso ainda é uma ideia, um projeto. Outra proposta a ser realizada é da turma de Marketing da Universidade Feevale, que deseja incluir a biblioteca nas visitas turísticas da cidade, por causa da edificação. A ideia seria solicitar para a Secretaria de Turismo – que tem um ônibus que faz passeios por pontos atrativos e históricos da cidade – a inclusão da unidade no roteiro.

Atualmente, o que há no acervo sobre o prédio é mínimo, somente sobre a história de Novo Hamburgo, onde é mencionado o patrimônio. A bibliotecária lembrou que é feita, não de forma constante, uma coleta de informações sobre o patrimônio quando alguém aparece falando sobre suas memórias pessoais relacionadas com a casa – quem faz a coleta de depoimentos é um historiador da Secretaria de Cultura do município. Rememora também que somente uma vez foi realizada uma exposição sobre a edificação e sua trajetória, na Feira do Livro da cidade. As fotografias usadas foram conseguidas junto ao Museu Scheffel, em Novo Hamburgo.

Sem nunca ter recebido uma orientação sobre o que se pode fazer ou não em uma edificação tombada, Denise Konarzewski disse que se sente parcialmente responsável pelo prédio, pois sempre que há um problema é ela quem faz a

notificação e solicita a visita de um especialista da Secretaria da Cultura para averiguar a situação, seja arquiteto ou engenheiro da Prefeitura. A funcionária disse que busca sanar todos os problemas o mais breve possível. No que se refere ao orçamento destinado para a preservação da unidade, foi informado que há verba específica para restauro – as necessidades da unidade entram no orçamento geral da Secretaria de Cultura do município.

A biblioteca também não tem *site* próprio e não foi autorizada a ter página no Facebook ou outras mídias sociais pela Secretaria de Cultura, a quem está subordinada. Toda a publicação, impressa ou digital, que se deseje fazer tem de passar pela Secretaria e sua central de comunicação, responsável pela produção de conteúdo.

### **6.1.2 O que conta a edificação**

A edificação onde hoje está instalada a Biblioteca Pública Municipal Machado de Assis foi construída em 1908 para abrigar a Escola Primária para Meninas da Comunidade Evangélica de Novo Hamburgo, conhecida na época somente por Schulhaus, palavra em alemão que se traduz por “escola”, em decorrência de a cidade ter sido fundada por imigrantes alemães. Por estar distante do centro de Hamburgo Velho e ser de difícil acesso para os alunos residentes no centro da povoação, a escola funcionou no local até 1921, sendo depois transferida para Hamburgo Velho.

Guilherme Ludwig – dono de um dos principais curtumes da região, político e maragato, além de integrante da comissão que conseguiu a emancipação de Novo Hamburgo em 1927 – comprou o casarão. Em 1925, o cedeu para a viúva Catharina Poisl e seus cinco filhos morarem e forneceu maquinário para ela instalar uma cartonagem no local. Em 1931, a cartonagem mudou de endereço, assim como Catharina, e o prédio da Schulhaus passou a ser alugado para outros inquilinos. Com o falecimento de Ludwig, o imóvel foi herdado pelo filho.

Em decorrência da campanha antigermânica imposta durante a guerra, entre 1939 e 1945, da qual o Brasil participou como um dos aliados no combate contra a Alemanha de Hitler, foi retirada da fachada do imóvel a palavra “Schulhaus”, aplicada em relevo de cimento. Nos anos 70, havia interessados em construir um edifício no terreno da casa, mas o prefeito Miguel Schmitz não autorizou a demolição

– resultado da interferência do pintor Ernesto Frederico Scheffel, com o argumento de que a edificação tinha importância cultural para a cidade.

A Biblioteca se estabeleceu no local em 18 de fevereiro de 1982. Somente em 2008 o prédio foi considerado patrimônio cultural de Novo Hamburgo, sendo o primeiro da cidade a receber a distinção. Sua arquitetura apresenta características da época em que foi construído, com detalhes em alto relevo e formas geométricas na fachada. Feita com tijolos maciços, tem telhas planas de barro e frontão saliente marcando a porta principal. A seguir estão fotografias da fachada e do ambiente interno, feitas no dia da visita (figuras 1, 2 e 3).

**Figura 1 – Fachada da Biblioteca Machado de Assis**



**Fonte:** Autoria própria (2017).

**Figura 2** – Placa na entrada da Biblioteca Machado de Assis com datas importantes



Fonte: Autoria própria (2017).

**Figura 3** – Espaço interno da unidade Machado de Assis



Fonte: Autoria própria (2017).

## 6.2 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL JÚLIO COSTA

A Biblioteca Pública Municipal Júlio Costa, localizada na Avenida Borges de Medeiros, 670, no Centro Histórico de Santo Antônio da Patrulha, foi fundada em 4 de agosto de 1958, mas somente passou a funcionar em prédio próprio em 1993. Possui setor de referência e empréstimo, espaço para consulta local, espaço colorido e lúdico para as crianças, sala açoriana e videoteca. As estantes estão dispostas de forma padronizada, permitindo que um cadeirante circule. Possui rampa de acesso lateral para portadores de deficiência. A unidade divide espaço com a Casa de Cultura, estabelecida no mezanino.

### 6.2.1 Entrevista com a bibliotecária

No Centro Histórico de Santo Antônio da Patrulha, junto a outros casarões históricos com estilo luso-açoriano do início do século XIX, está instalada a Biblioteca Pública Municipal Júlio Costa, sob o comando da bibliotecária Bianca Teixeira Ramos. Com uma seleção de livros que tratam da herança luso-açoriana – entre eles “Raízes” e “Raizinhas”, da historiadora Vera Maciel – e com um texto de sua autoria – o qual tenta manter atualizado com as informações históricas e importantes sobre a unidade – a funcionária recebeu a pesquisadora para a entrevista. Com uma trajetória semelhante a de outras bibliotecas públicas, a Júlio Costa foi criada diante da necessidade que a comunidade sentiu em ter uma instituição deste gênero. Fundada em 4 de agosto de 1958, começou com um acervo de 966 títulos e a assinatura do Diário de Notícias.

A bibliotecária mencionou que antes de ter a sede própria, em 1993, no casarão da Borges de Medeiros, a biblioteca passou por outros imóveis, dividindo espaço com outros órgãos da Prefeitura. Relembrou que em 1980 foi formado um Clube de Leitura com dez a doze leitores, com média de idade de 12 anos, sob a coordenação de Iracema Cardoso Becker, que durante alguns anos foi diretora da unidade. Durante um ano, o grupo se reuniu uma vez por semana para contação de histórias dos próprios participantes. No final daquele ano foi feita uma dramatização na biblioteca contando sobre o trabalho, com os integrantes se vestindo de personagens.

Para Bianca Ramos, é válido e importante ter a biblioteca estabelecida em um patrimônio cultural, pois faz um resgate da história da cidade. “Quando a gente viaja,



vemos capitais que os teatros, bibliotecas e museus são em prédios antigos, e isso é um atrativo.” (RAMOS, 2017). Conta que a comunidade, usuários e visitantes valorizam isso, pois sempre acabam ficando impressionados com a beleza da edificação.

Apesar disso, ela destaca que há sim dificuldades que são enfrentadas com a infraestrutura do imóvel, como problemas com a umidade em parte das paredes e com as janelas pesadas e sem boa vedação. Por causa da estrutura das janelas, em dias de chuva sempre entra água para o interior do prédio. A funcionária comenta que já se pensou em colocar toldos, mas isso é inviável, pois a fachada deve ser mantida inalterada. Além disso, ar condicionado também não pode ser instalado, tendo sido autorizado somente em uma determinada parede, o que está em tratativas.

Sendo subordinada à Secretaria de Cultura do Município, a bibliotecária se sente parcialmente responsável pelo imóvel. Relata que na cidade há o Conselho do Patrimônio, que recentemente – a pedido da historiadora Vera Maciel – está estudando a possibilidade de colocar cortinas nas janelas por causa da entrada de luz solar, que atinge parte do acervo. Bianca Ramos diz que gostaria que colocassem somente nas janelas dos fundos. Comenta que estão pensando em colocar cortinas de gomas, mas essas seriam caras.

Nos últimos anos não foram realizadas atividades ou qualquer tipo de evento que fizessem uma abordagem histórica ou artística sobre o imóvel, o que se mantém são as visitas guiadas para estudantes, quando a escola solicita. A visita é feita pela bibliotecária ou outro funcionário responsável pela unidade. Infelizmente, por falta de verba, não há material impresso próprio, seja sobre o acervo da unidade ou sobre o imóvel, mas a biblioteca está mencionada entre as várias atrações da cidade em material impresso voltado a divulgar o turismo da região. A unidade também não possui *site*, blog e não está nas mídias sociais, pois não tem autorização da Secretaria de Cultura, órgão ao qual está subordinada.



### 6.2.2 O que conta a edificação

O texto abaixo sobre a unidade traz um apanhado de texto fornecido pela bibliotecária, sem autoria, e o conteúdo da entrevista. Portanto, foi construído pela pesquisadora em forma de narrativa.

Entre os casarios da Avenida Borges de Medeiros, no Centro Histórico de Santo Antônio da Patrulha, está a biblioteca Júlio Costa, construída em 1865 por José Ferreira Xavier da Luz para ser sua moradia. O imóvel é uma casa em estilo colonial luso-brasileiro, com quatro janelas e uma porta da frente, com uma área total de 345 m<sup>2</sup>. Apresenta tipologia de fins do século XIX, com algumas características do período colonial – como as esquadrias (verga reta, caixilharia e postigos) – e elementos do ecletismo presentes na fachada principal – platibanda e elementos decorativos. Foi tombado pelo Patrimônio Histórico do Município pela Lei Municipal nº 2.491, de 5 de junho de 1992, e pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado em 2012.

Em 1902, Bernardo Ferreira da Luz, filho do proprietário, herdou o imóvel e efetuou uma reforma para residir com a família. Em 1925, foi adquirido pela prefeitura para se tornar sede da Intendência Municipal. Acabou abrigando também a Câmara de Vereadores e Legião Brasileira de Assistência.

Como conta Bianca Santos, o patrimônio passou por muitas adaptações de uso, e na última reciclagem, concluída em 2006, houve alterações internas, com a substituição de seus elementos originais. Externamente mantém suas características principais preservadas. No acesso principal há um revestimento de ladrilho hidráulico no piso. Imagens internas e externas estão nas figuras 4 e 5.

**Figura 4** – Fachada da Biblioteca Julio Costa em Santo Antônio da Patrulha



Fonte: Autoria própria (2017).

**Figura 5** – Hall com porta de entrada da Biblioteca Julio Costa



Fonte: Autoria própria (2017).

### 6.3 BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, criada pelo projeto de Lei nº 724, de 14 de abril de 1871, foi instalada e aberta ao público em 21 de janeiro de 1877, com 1809 obras em 3.566 volumes. Depois de 146 anos, completados neste ano de 2017, contabiliza aproximadamente 240 mil volumes, entre enciclopédias, dicionários, almanaques, folhetos, revistas, jornais, diários e livros, que abrangem as várias áreas do conhecimento humano – das ciências exatas à arte e filosofia, passando pela literatura nacional, estrangeira e regional. Possui acervo de obras em Braille e livros em áudio para pessoas com deficiência visual. No setor de Multimeios oferece DVDs e CDs didáticos para consulta no local ou empréstimo entre bibliotecas.

O setor de Obras Raras reúne publicações dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. A "Pharsalia", poema épico de Lucano, com edição datada de 1519, é considerada a obra mais antiga. O setor de empréstimo oferece 30 mil títulos, entre obras de literatura nacional e estrangeira, biografias e assuntos gerais. Do acervo da audioteca fazem parte também as obras gravadas do acervo da Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS), que foram doadas pela entidade no ano de 2001.

A biblioteca promove de maneira sistemática ações culturais gratuitas, como Chapéu Acústico, Concertos aos Domingos e recitais com alunos da Escola da Ospa. Também oferece palestras dentro do Clube de Leitura sobre escritores e suas obras, e lançamentos de livros.

#### 6.3.1 Entrevista com a bibliotecária

A Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul está sob o comando de Morgana Marcon há exatos 14 anos. Pode-se dizer que sua gestão está marcada por dois momentos importantes para o patrimônio edificado. O primeiro foi quando ela assumiu a direção da biblioteca, em 2003, momento em que já tinha sido aprovada uma verba para a recuperação do prédio por meio do Monumenta, programa do Ministério da Cultura voltado à requalificação de centros históricos urbanos no território nacional. Ela teve que se inteirar rapidamente da execução do projeto, com um valor em torno de R\$ 465 mil. Segundo Morgana Marcon, quando

efetivamente veio o recurso era preciso tomar a decisão de onde aplicá-lo. Ao lado da comissão da Superintendência do Iphan, no Rio Grande do Sul, composta por arquitetos e historiadores, a direção da biblioteca decidiu recuperar o piso de dois salões no primeiro andar, parte de tubulações dos pisos, problemas de infiltração no subsolo – no setor de empréstimos – e o piso que dá acesso à casa de máquinas. Por fim, o maquinário do elevador de 1916, parado há mais de 20 anos, foi substituído.

Ao participar ativamente da recuperação, com visitas e conversas com os especialistas envolvidos, Morgana Marcon contou que percebeu a necessidade de um restauro maior. Diante disso, resolveu redigir um projeto para inscrição na Lei Rouanet, um Programa Nacional de Apoio à Cultura, que tem por objetivo direcionar recursos para investimentos em projetos culturais – sendo esse seu segundo momento marcante junto à edificação. O processo foi feito por meio da Associação de Amigos da Biblioteca, sendo solicitado orçamento para três empresas especializadas, o que apontou o montante de R\$ 11 milhões. Essa soma abrangia a recuperação de diversas partes internas da edificação, como murais escondidos por camadas de tinta cinza por ordem do diretor da época, por achar que as pinturas distraiam os estudantes.

Morgana Marcon recorda que, como o valor era muito significativo, foi aconselhada a dividi-lo e, mais uma vez, eleger o que era mais importante a ser recuperado. O projeto então sofreu alterações para reduzir o custo e conseguir aprovação. A diretora disse que foram retiradas as pinturas murais das salas, pois não havia profissional qualificado para fazer orçamento. Isso deixou o projeto em torno de R\$ 9 milhões, e, desse valor, foram captados somente R\$ 2,55 milhões do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), obtidos por meio da Rouanet, além de uma complementação no valor de R\$ 65 mil do Sinduscon-RS.

Em decorrência desta segunda restauração e também da demora da liberação de dinheiro ao longo das obras, a biblioteca ficou fechada por oito anos, de 2007 a 2015. Seu acervo de empréstimos foi transferido para um espaço cedido pela Casa de Cultura Mario Quintana. Nos últimos três anos desse restauro, a biblioteca retomou as atividades culturais na unidade tombada, mesmo em obras. Mais uma vez, todo o processo foi acompanhado de perto pela bibliotecária.

Nesse segundo restauro, Morgana Marcon relatou que foi possível fazer muitas coisas, como resolver todos os problemas estruturais que o prédio ainda

tinha, como umidade e infiltração em vários andares. Foi feita a recuperação dos pisos dos três andares e das aberturas, recuperados os vidros coloridos, como era originalmente. O BNDES quis que fosse feito um restauro mais “evidente” e que mostrasse ao público a restauração, então foi feito os entrepisos (a parte que fica abaixo da superfície) – agora resistentes à ação de cupins –, a instalação de tubulações que incluem a renovação da parte elétrica e o preparo para a instalação de sistema de ar-condicionado. Outra novidade foi a disponibilidade de wi-fi para os usuários. Guardando o desenho original, foi feito o restauro das aberturas internas e externas. Morgana Marcon revela que ainda é preciso R\$ 8 milhões para oferecer acessibilidade e recuperar móveis, lustres, colunas de mármore, ornamentos e a escadaria.

O lado bom, diante de todas as dificuldades apontadas para manter o patrimônio cultural preservado, é o encantamento das pessoas com a edificação, de acordo com a diretora. “A biblioteca tem detalhamento de pinturas visto somente na Europa. E isso é comentário geral dos visitantes.” (MARCON, 2017). Para receber os visitantes e usuários, os funcionários são orientados a conhecer a história da edificação. Segundo Morgana Marcon, todos se apropriaram da história edificada da unidade e dão informações para qualquer pessoa. Os estagiários também são aconselhados a conhecerem as informações sobre a unidade e de seu funcionamento, assim como saber sobre os eventos culturais para dar informações.

No momento, somente a visita guiada é a atividade que faz essa recuperação histórica do patrimônio, pois o ano de 2017 foi direcionado para as atividades culturais, como shows e palestras. Também não há, no momento, material impresso que aborda a trajetória da biblioteca ou de sua edificação, mas há material disponível sobre a unidade no acervo de pesquisas. Além disso, o *site* está desatualizado e em processo de reformulação, mas há informações sobre a agenda cultural na página do Facebook.

Para Morgana Marcon, uma segunda sede garantiria a expansão do acervo e a implantação de novos serviços, admitindo que o prédio tombado não atende mais as necessidades da biblioteca. Lamenta ao comentar que, no governo anterior (Tarso Genro – 2011-2015), houve um movimento junto ao poder público para ter um anexo da biblioteca – sendo que na edificação da Riachuelo ficaria a parte histórica, com o setor de obras raras e a realização de eventos culturais –, mas por questões políticas e orçamentárias isso até hoje não se tornou viável. No governo de Tarso

Genro por dois momentos foram autorizadas buscas de um espaço para alugar; Morgana Marcon conta que foi encontrado um na mesma rua, mas o governador acabou voltando atrás e vetando a proposta. A ideia sugeria que a sede atual fosse transformada numa espécie de biblioteca-museu, com espaço para exposições, lançamentos de livros, saraus e recitais. O anexo abrigaria sala para oficina, acervo de empréstimos, sala para música, sala de estudos e um setor de informática.

Morgana Marcon lembra que em 2013 um artigo do poeta e crítico Armindo Trevisan, publicado na Zero Hora, discutia a necessidade de uma nova sede para a Biblioteca. Ainda naquele ano, dezenas de pessoas realizaram um abraço simbólico no prédio em defesa da causa, que tinha simpatia da direção da instituição.

A BPE/RS não conta com verba oriunda do governo do Estado a curto prazo, somente para projetos que não demandem urgência. A unidade conta com a sua Associação de Amigos para resolver problemas de consertos de infraestrutura – como de uma hidra do banheiro – e mais significativos – como compra de material de escritório, computadores e ventiladores.

.

### **6.3.2 O que conta a edificação**

A Biblioteca Pública do Estado está localizada no Centro Histórico de Porto Alegre, em área em torno da Praça da Matriz, dividindo atenção com outras edificações importantes para a cidade, como o Theatro São Pedro, o Palácio Piratini e a Assembleia Legislativa. Sua criação guarda influências do pensador Augusto Comte, o fundador do Positivismo na França, com seguidores no Rio Grande do Sul. Um dos mais expressivos, Júlio de Castilhos, caracterizou seu governo (1893 – 1898) por imprimir à Constituição do Estado uma linha de orientação positivista; uma ideologia progressista e ao mesmo tempo autoritária pautou o estilo de sua gestão, definindo os rumos do Partido Republicano no sul do Brasil. Borges de Medeiros deu continuidade à obra política e administrativa do Castilhismo: com essa mesma ideologia governou o Rio Grande do Sul em duas gestões – de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928 (TRINDADE, 2007).

Sob esse ideário positivista foi iniciada a construção do prédio da biblioteca, em 1912. O projeto e a execução das obras foram do engenheiro Affonso Hebert, tendo como empreiteiro Roberto Roncoli. Em 1919 foram reiniciadas obras para a ampliação do prédio (sob o comando do engenheiro Theófilo Borges de Barros), que



se encerraram em 1922, por ocasião do Centenário da Independência do Brasil. A idealização do projeto e a execução das obras foram coordenadas por Vítor Silva, diretor da Biblioteca na época, que também orientou os trabalhos de decoração e ornamentação interna (BIBLIOTECA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017). A fachada do prédio pode ser vista na figura 6.

**Figura 6 –** Fachada do Prédio e os motivos positivistas da BPE/RS



**Fonte:** Autoria própria (2017).

O prédio eclético ostenta nas fachadas principais o chamado “calendário positivista”, composto de bustos dos grandes patronos do positivismo e homenagens a escritores, como vistas nas figuras 7 e 8.

**Figura 7** – Detalhe do Busto de Dante na Fachada da BPE/RS



Fonte: Autoria própria (2017).

**Figura 8** – Homenagem a escritores e gêneros literários da BPE/RS



Fonte: Autoria própria (2017).

Nas paredes e tetos há pinturas murais executadas por Ferdinand Schlatter (figura 9); as esculturas são de Alfred Adolf, Eduardo de Sá e José Gaudenzi, que concebeu e ornamentou o elevador interno – de marca Otis, um dos mais antigos do



Estado; as colunas são revestidas com mármore carrara, e os pisos com madeira do Pará. Os vitrais foram recuperados e trazem o desenho original (figura 10).

**Figura 9** – Pintura do teto do Salão Mourisco da BPE/RS



**Fonte:** Autoria própria (2017).

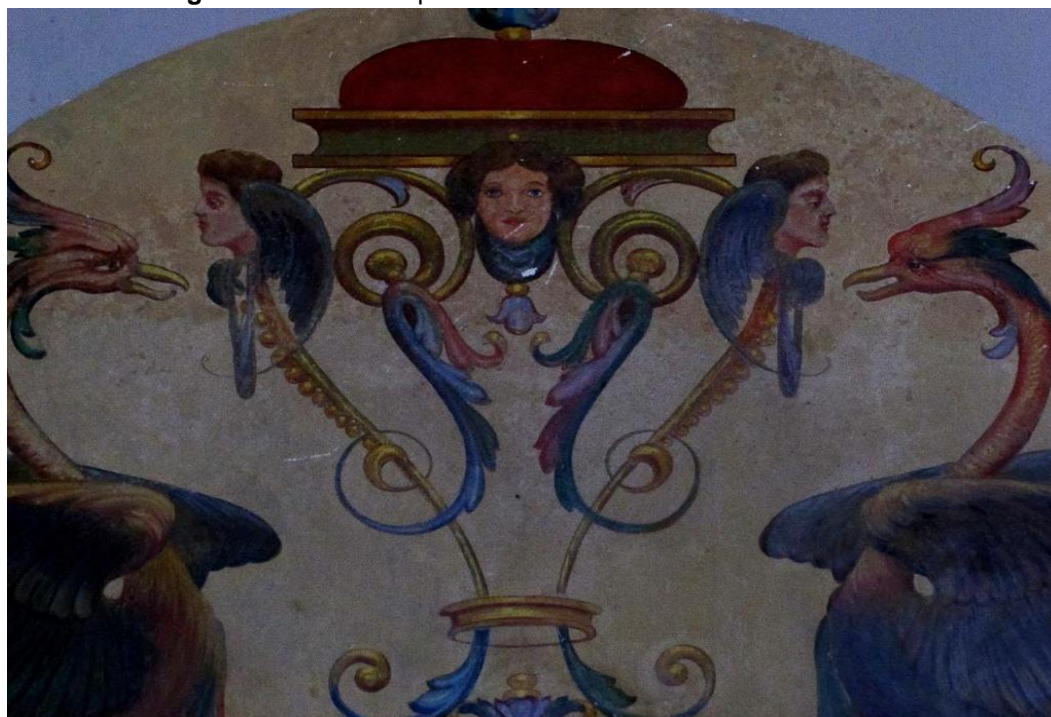
**Figura 10** – Vitral recuperado na última restauração da BPE/RS



**Fonte:** Autoria própria (2017).

Uma das intervenções mais inadequadas no patrimônio foi a feita nas pinturas murais da Sala de Leitura, do hall de entrada, das escadarias e de algumas salas, que foram recobertas com tinta cinza na década de 50 por ordem de um de seus diretores (figuras 11 e 12). Ele acreditava que as imagens produziam a distração dos leitores e não tinham valor histórico, devendo desaparecer. Vários movimentos culturais e gestões da Biblioteca buscam há anos recuperar as pinturas, que permanecem sob camadas de tinta.

**Figura 11** – Parte da pintura coberta de tinta cinza na BPE/RS



**Fonte:** Autoria própria (2017).

**Figura 12** – Pintura da escada coberta de tinta cinza da BPE/RS



**Fonte:** Autoria própria (2017).

No segundo andar as paredes sobreviveram a essa “pintura cinza”: o Salão Mourisco e o Salão Egípcio eram salas que somente os funcionários da administração tinham acesso. Atualmente o Salão Mourisco recebe os recitais, e o Salão Egípcio, como permanece como gabinete do diretor. Também ficou de fora da “pintura cinza” uma sala no térreo, por questões históricas, pois foi onde o governador Borges de Medeiros despachou por um período, enquanto o Palácio Piratini estava em reformas – acabou transformada em Sala Borges de Medeiros.

Em 1986, o prédio da Biblioteca foi tombado pelo IPHAE e, em 2000, pelo Ipha. Foi promovido também o tombamento dos bens móveis, considerados de valor histórico, como esculturas, pedestais, pinturas murais e quadros a óleo e crayon, luminárias e mobiliários, além das decorações integradas à própria estrutura do prédio. Isso se deu por meio da portaria nº. 12/90, com publicação no Diário Oficial em 22 de agosto de 1990.

Depois de apresentar as três unidades estudadas nesta pesquisa, na sequência busca-se fazer a relação entre as três entrevistas e os dados coletados, tendo como guia a série de perguntas elaboradas e a listas de verificações dos espaços físico e virtual.



## 7 ANÁLISE DE DADOS

Com a intenção de facilitar a leitura e a identificação das entrevistadas apresenta-se novamente o nome das bibliotecárias e suas unidades. Maria Denise Mazzali Konarzewski está à frente da Biblioteca Pública Municipal Machado de Assis, em Novo Hamburgo; Bianca Teixeira Ramos é a responsável pela Biblioteca Pública Municipal Júlio Costa, em Santo Antônio da Patrulha; e Morgana Marcon é a diretora da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

A primeira pergunta buscou somente identificar se a unidade funciona em um patrimônio cultural edificado, ao que as três entrevistadas responderam afirmativamente. Com relação à segunda pergunta, que pedia para o bibliotecário contar sobre a edificação, foi constatado que não há um domínio das informações referentes à edificação da unidade por duas entrevistadas. A bibliotecária Denise Konarzewski demonstrou dúvidas, expressas nas palavras “vou contar mais ou menos” para relatar a trajetória do patrimônio.

Eu sei que ela foi construída em 1908, mas a data veremos certo, em seguida. Aqui, inicialmente, funcionou uma escola de meninas. Eu vou contar mais ou menos a história e o que é comentado por outras pessoas. Nos disseram que era uma escola interna e que as meninas chegavam a dormir na parte de cima. Inclusive, na entrada, alguém me disse que antes, tinha um nicho, onde antes tinha uma escada. E essa escola funcionou até mil novecentos e poucos. Depois, ela foi uma casa alugada, onde morou família. Alguém me disse que teve uma fábrica de cartonaria e, se não me engano, a família morava junto. (KONARZEWSKI, 2017).

A bibliotecária Morgana Marcon, ao ser solicitada a contar sobre a edificação, mostrou que domina as informações sobre a sua unidade, a ponto de trazer diversos detalhes e contá-los com entusiasmo, sabendo datas, nomes e fatos centenários, evidenciados na sua narrativa.

O prédio foi construído em 1912 para ser a sede da biblioteca, que já funcionava em outro espaço desde 1871. Foi idealizada pelo diretor Vitor Silva, em época do governo do Borges de Medeiros. O prédio conta com influência europeia, tanto no mobiliário com nas pinturas. Além de apresentar pinturas bastante ecléticas. Todas essas informações podem ser encontradas no setor do Rio Grande do Sul da unidade. As pinturas murais que havia nas salas foram cobertas com pintura nos anos 50, em decorrência da influência do modernismo. Os diretores da divisão de cultura da época achavam que as pinturas distraiam os leitores e não tinham valor histórico. No segundo andar, sobreviveram à “pintura cinza” o Salão Mourisco e o Salão Egípcio, pois eram salas que somente o pessoal da administração tinha acesso. Atualmente, o Salão Mourisco recebe os

recitais, e o Salão Egípcio sempre foi o gabinete do diretor, como até hoje permanece. (MARCON, 2017).

No entanto, mesmo que a bibliotecária Bianca Ramos não domine as informações, sabe contá-las de forma afetiva e interessada. Além disso, mantém apontamentos sobre a edificação e a unidade, os quais busca manter atualizados. Neles, descreve a trajetória da biblioteca, nomes dos fundadores, ex-bibliotecários, ações culturais e informações sobre a edificação desde sua construção, além de pessoas que moraram no local e instituições que já tiveram suas sedes instaladas no casarão.

Diante das três respostas sobre a edificação pode-se perceber que existe a valorização do patrimônio cultural por duas entrevistadas. Essa afirmativa é depreendida pelo conhecimento expresso no relato, tanto no que trazia de informações precisas e detalhadas como pela forma como foi contada, envolvendo entusiasmo e revelando uma relação de afeto com o objeto.

A terceira pergunta – “Como você percebe o fato da unidade funcionar em um patrimônio cultural?” – trouxe relatos que apontam para as dificuldades de uma biblioteca funcionar em um patrimônio cultural edificado. As respostas são diferentes e é interessante apresentar trechos para reflexão. Duas entrevistadas revelam a necessidade de a biblioteca funcionar em outro local ou ter um anexo. Denise Konarzewski argumenta:

Acho o prédio muito bonito, mas talvez ele tivesse que ser aproveitado para outro função ou atividade cultural, e não para biblioteca. Primeiro porque não podemos mais expandir o prédio. Não podemos fazer reforma. Não na fachada que é muito bonita. Mas ao longo dos anos a biblioteca cresceu muito e nós não temos mais para onde expandir. Não há espaço, ambientes adequados, para cada atividade que se deseja fazer. Estamos engessados e sufocados. Apensar de ser um prédio bonito de se trabalhar, com uma boa ventilação, bem iluminado. Mas, seguido estamos com problema de parede úmida, goteiras. E quando é preciso reformar, cada vez é um transtorno. É preciso fechar a biblioteca, tirar muito material do lugar. Isso acaba deteriorando o próprio acervo de tanta mudança. Algumas vezes chegamos aqui e descobrimos goteiras em cima dos livros. Se tivesse que escolher, iria preferir fazer um prédio planejado para a biblioteca pública. (KONARZEWSKI, 2017).

Morgana Marcon é taxativa ao dizer que o prédio não atende mais às necessidades de uma biblioteca. Acaba detalhando as várias tentativas que fez junto ao governo para conseguir um anexo e transformar a unidade tombada em uma biblioteca-museu, com espaço para exposições, lançamentos de livros, saraus e

recitais, ou seja, ações culturais. O anexo – que seria na área central, com espaço para sala para oficina, sala para música, setor de informação, sala de informática e acervo – não foi conseguido, segundo ela, por questões políticas e orçamentárias.

Bianca Ramos responde que é “[...] válido e importante que a biblioteca funcione em um patrimônio cultural edificado porque há um resgate da história local”. Menciona que quando as pessoas viajam sempre visitam centros históricos e culturais, estabelecidos em patrimônios edificados. No entanto, as dificuldades também foram apontadas em sua fala:

Enfrentamos dificuldades, como a umidade em parte das paredes. Na fachada não podemos mexer em nada. Por causa da estrutura das janelas, entra água pela frente. Já se pensou em colocar toldos, mas isso é inviável. Ar condicionado também não pode em alguns lugares, somente em uma determinada parede. No verão é muito quente. O que ajuda é a parede um metro de largura. As janelas são pesadas para abrir. (RAMOS, 2017).

A pergunta sobre a percepção sobre a unidade funcionar em uma edificação considerada patrimônio cultural desencadeou a apresentação de uma série de dificuldades enfrentadas pelas bibliotecárias com os prédios tombados, como problemas de infraestrutura e preservação. Pode-se avaliar que a valorização está diretamente relacionada com as tensões e dificuldades enfrentadas na manutenção do patrimônio. Se a edificação traz problemas e preocupações constantes, a sua valoração decai. Mas a pesquisadora percebe que talvez o problema não esteja na edificação em si, mas na falta de verba para manter as unidades, preservá-las e sanar rapidamente os problemas. Além de investimento que proporcione um anexo, no caso das unidades de Porto Alegre e Novo Hamburgo.

A quarta questão – “Como o bibliotecário percebe a relação do usuário com o patrimônio?” – buscou a visão subjetiva do bibliotecário sobre essa relação, sem se preocupar com quantificação. As três respostas reconheceram que existe um encantamento, uma admiração e interesse pelo patrimônio, e isso pode ser conferido em alguns momentos. Denise Konarzewski lembrou que foi a comunidade que não deixou o prédio ser demolido e mencionou que os usuários ficam admirados com o descaso com a edificação por parte da Prefeitura no que se refere à sua manutenção. Resposta semelhante é dada por Morgana Marcon: ao mesmo tempo em que destaca a admiração e encantamento do público pela edificação, também menciona que a unidade está muito aquém do que se esperaria desse tipo de

espaço, citando as bibliotecas públicas do Acre e de Fortaleza como unidades fantásticas no que se refere ao espaço que oferecem.

As perguntas cinco e seis questionavam se os funcionários são estimulados a conhecer a história do patrimônio edificado. Denise Konarzewski informou que todos eles sabem que é um prédio histórico, mas que no momento há uma troca de funcionários, então eles irão conhecer aos poucos a história. Acrescentou: “[...] até porque dentro de uma biblioteca há muitas outras atividades para aprender e tomar conhecimento”. Bianca Ramos informou que divide, atualmente, suas tarefas somente com outra funcionária, sendo que ambas realizam visitas guiadas e falam sobre a edificação. Morgana Marcon foi a mais enfática ao afirmar que todos os funcionários conhecem a história do prédio.

Todos se apropriaram e dão informações para qualquer pessoa, quando perguntados. Chegam a contar histórias, pois já estão há muito tempo trabalhando por aqui. Os estagiários também são aconselhados a se apropriarem da trajetória da unidade e seu funcionamento, como saber sobre os eventos culturais para dar informações. No setor do Rio Grande do Sul, historiadores trabalham e atendem as pesquisas e fazem as visitas guiadas. (MARCON, 2017).

As perguntas de 7 a 12 – que envolviam questões sobre materiais impressos de divulgação (folhetos, flyers ou catálogos) e divulgação nos ambientes virtuais (*site* oficial, blogs e redes sociais) – trazem respostas semelhantes. As três bibliotecas não possuem material próprio impresso por falta de dinheiro e não possuem *site* no momento. No entanto, as entrevistadas acreditam que essas seriam boas formas de divulgar a instituição e sua edificação.

A Biblioteca Machado de Assis possui pouco material no que se refere a documentos, livros e registros sobre a edificação – há somente uma cópia xerox de um texto de um historiador sobre o imóvel e um recorte de jornal. O material que a unidade detinha foi repassado para o arquivo da cidade, órgão que, segundo a bibliotecária Denise Konarzewski, possui melhor estrutura que a biblioteca para acondicionar e preservar documentos. A bibliotecária lembrou que é feita, não de forma constante, uma coleta de informações sobre o patrimônio quando alguém aparece falando sobre suas memórias pessoais relacionadas com a casa. Quem faz a coleta de depoimentos é um historiador da Secretaria de Cultura do município.

A biblioteca Julio Costa não tem material impresso sobre a unidade. Sua imagem aparece identificada em folders de turismo da Prefeitura da cidade. Mas há

dois livros – “Raízes” e “Raizinhas”, da historiadora Vera Lucia Maciel – que tratam da história de Santo Antônio da Patrulha e da influência luso-açoriana na cidade. Neles a edificação da biblioteca aparece entre os patrimônios culturais. A BPE/RS também não tem material impresso sobre o patrimônio edificado, mas em seu acervo podem ser consultados documentos que tratam do tema.

Sobre o uso de ambientes virtuais (*site* oficial, blogs e redes sociais) para divulgar o patrimônio, duas unidades enfrentam a mesma restrição por suas Secretarias de Cultura. A Machado de Assis e a Júlio Costa não estão autorizadas a fazer uso de quaisquer mídias. Se desejarem alguma divulgação no *site* ou no Facebook da sua Prefeitura precisam enviar material para ser avaliado e autorizado pela respectivas secretarias de cultura.

O que há no Facebook, em uma busca feita pela pesquisadora, no que se refere à Biblioteca Machado de Assis, são publicações que aparecem em decorrência das pessoas executarem a ferramenta *check-in*, oferecida pela rede social. Ou seja, nem a Biblioteca e nem a Secretaria de Cultura têm gerência sobre o que vai sendo publicado – como visitas feitas à unidade, registros de lançamento de livros e alunos que passam no local para estudar. Pode-se inferir que a Biblioteca, por falta dessa autorização da Secretaria de Cultura, está perdendo a chance de divulgar suas atividades, e que há interesse das pessoas de publicarem que estão frequentando ou visitando a unidade. O que há no *site* da Secretaria da Cultura de Novo Hamburgo é uma menção, em destaque, com foto ampla da Biblioteca e sua edificação, informando sobre o seu tombamento.

A BPE/RS está com um *site* desatualizado – pois ainda menciona o setor de empréstimos funcionando na Casa de Cultura Mario Quintana, local onde esteve instalada durante o último restauro do prédio –, e não há previsão para sua atualização, o que a pesquisadora considera um prejuízo para quem faz pesquisas ou busca informações sobre a unidade. Na página do Facebook a imagem de destaque é uma foto do teto do Salão Mourisco. Ao longo de 2017, foram contabilizadas três publicações específicas sobre o patrimônio: no dia 3 de fevereiro (para anunciar os serviços da unidade e seus horários durante o mês e com um chamado para conhecer o patrimônio) foram postadas nove fotos, entre elas da fachada, das salas e ornamentos; no dia 25 de abril, por ocasião do Dia Internacional do Livro, celebrado dia 23 de abril, foi postado um link com a gravação de uma entrevista da diretora da biblioteca na Rádio Guaíba, na qual foi falado sobre



a biblioteca, serviços e patrimônio edificado; no mês de setembro, nos dias 2 e 3, foi feita divulgação de uma atividade musical para marcar a inauguração do prédio, no dia 7 de setembro de 1922. Na página, nos comentários, há diversas avaliações com elogios ao patrimônio edificado, ressaltando sua beleza. A unidade faz, em média, pelo menos quatro postagens na semana para divulgar suas atividades culturais mas esse número pode variar para mais ou menos, de acordo com as ações da biblioteca.

Tendo em vista as observações realizadas, pode-se afirmar que os ambientes virtuais das bibliotecas estão sendo muito pouco aproveitados. A falta de autorização para o uso independente de mídias sociais gratuitas por parte das bibliotecárias parece uma imposição arbitrária. A BPE/RS, com possibilidade de livre uso, não aproveita a mídia social Facebook para divulgar o patrimônio edificado, o que poderia informar seus usuários e atrair a curiosidade para ser feita uma visita ao local.

As questões de 13 a 19 fizeram referência às atividades culturais que buscam valorizar o patrimônio cultural edificado. As respostas das três entrevistadas foram semelhantes, informando que no momento somente a visita guiada, que precisa ser previamente agendada, é a atividade que promove a divulgação da edificação. Sobre a possível implementação de alguma ação, a bibliotecária Denise Konarzewski apontou somente dois projetos, sendo que ambos vieram de pessoas e instituições de fora da biblioteca: o primeiro é o de um historiador que deseja fazer um vídeo sobre o prédio para ser exibido quando forem realizadas visitas guiadas; a outra proposta a ser realizada é por uma turma de Marketing da Universidade Feevale, que deseja incluir a biblioteca nas visitas turísticas da cidade, por causa da edificação.

Na BPE/RS também, no momento, somente a visita guiada é a atividade que faz essa recuperação histórica do patrimônio edificado. A pesquisadora tentou agendar a visita guiada, mas esta não é oferecida na forma individual, somente para grupos. Ao tentar ser incluída em um grupo houve dificuldades, pois se o grupo tem mais de 20 pessoas não é aceita a inclusão. Geralmente as visitas são agendadas por escolas da Capital e do Interior.

A pergunta 18 foi sobre se alguma vez tinha sido feita uma exposição sobre a narrativa do patrimônio. Denise Konarzewski disse que somente uma vez foi feita uma mostra sobre a edificação e sua trajetória na Feira do Livro da cidade. As

fotografias usadas foram conseguidas junto ao Museu Scheffel, em Novo Hamburgo.

A BPE/RS promoveu duas exposições, sendo a última em parceria com o Museu de Arte do Rio Grande do Sul, nos 140 anos da biblioteca. Realmente as três bibliotecas não estão envolvidas ou preocupadas em realizar de forma sistemática – ou até mesmo esporádica, pelo menos uma ou duas vezes ao ano – atividades que tratem do patrimônio edificado, nem em datas que poderiam ser consideradas importantes, seja para a unidade ou para o patrimônio.

As últimas perguntas, de 20 a 22, foram sobre orçamento para a preservação da edificação e se alguma vez a funcionária recebeu orientação sobre a preservação do patrimônio. Denise Konarzewski disse que nunca recebeu orientação sobre o que se pode fazer ou não em uma edificação tombada. Confessou que se sente parcialmente responsável pelo prédio, pois sempre que há um problema é ela quem faz a notificação e solicita a visita de um especialista da Secretaria da Cultura para averiguar a situação, seja arquiteto ou engenheiro da Prefeitura. Bianca Ramos, da mesma forma, nunca recebeu orientação, mesmo tendo o Conselho de Patrimônio ocupado a biblioteca para suas reuniões por um período. O que sabe também buscou por interesse próprio e sempre questiona o Conselho ou a Secretaria sobre o que pode ser feito ou não na unidade. Morgana Marcon recebeu informações dos profissionais que trabalharam no restauro da biblioteca, mas também buscou se informar sobre preservação e patrimônio tombado por seu próprio interesse. Todas buscam sanar o mais rápido possível os problemas relacionados com a preservação da edificação, mas sempre encontram dificuldades para a administração pública liberar verba, sendo algo demorado e que envolve processos burocráticos.

Sobre orçamento e verbas todas enfrentam dificuldades. Com um orçamento muito restrito para suas demandas, as bibliotecas precisam limitar suas ações, atividades e gastos com material. Morgana Marcon relata que não existe orçamento para a biblioteca, o que existe é um orçamento geral da Secretaria de Cultura do Estado, de forma que sempre que há necessidade é feita solicitação para a secretaria. A BPE/RS conta com ajuda financeira oriunda da Associação de Amigos da Biblioteca Pública; por meio da associação a unidade faz locações para gravações de filme, propaganda, entre outros. Com esse dinheiro arrecadado é feita a manutenção – como o conserto de uma hidra do banheiro – e compra de ventiladores e computadores.

Bianca Ramos conta que a parte orçamentária destinada à Biblioteca Júlio Costa é para manutenção, que abrange tudo o que é preciso para a unidade. O valor é pequeno, em torno de R\$ 5 mil no ano, e deve ser usado para objetos, materiais e atividades. Denise Konarzewski também comentou que a mesma situação de falta de verba ocorre em Novo Hamburgo, mas adiantou que no próximo ano será feito um restauro, que está em torno de R\$ 250 mil, para consertar telhado, janelas e partes do piso.

A observação do espaço físico sobre a existência de menção sobre o patrimônio edificado proporcionou algumas observações. Na Machado de Assis a única referência sobre a história da edificação é uma placa na entrada (foto já apresentada). Na Júlio Costa há somente uma placa em homenagem à figura que dá nome à unidade, e em um balcão estão dispostas informações turísticas da cidade, nas quais a biblioteca aparece como referência de edificação com influência portuguesa.

Como se pode perceber, a observação do espaço físico mostrou que muito pouco é realizado pelas bibliotecas públicas para divulgar o patrimônio em suas dependências. Acredita-se que a ação de divulgar o patrimônio edificado no espaço físico é importante, principalmente no caso de instituições que, como mencionado, dispõem de poucos recursos financeiros. Assim, em tempos de poucos investimentos em cultura, sobretudo nas bibliotecas, medidas como essas podem ser uma boa alternativa. Somente um cartaz ou um mural com fotos, acompanhadas de informações, já seria uma forma de divulgar a edificação.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados coletados pode-se perceber que o bibliotecário valoriza parcialmente – em uma escala que inclui “totalmente”, “parcialmente” e “não valoriza” – o patrimônio cultural edificado onde sua unidade está estabelecida. Essa afirmativa parte do relato das três bibliotecárias entrevistadas, pois, ao ser solicitado que elas falassem livremente sobre o patrimônio edificado, problemas e dificuldades foram apontados em detrimento das qualidades, o que denota que existe o reconhecimento da importância da edificação, mas os problemas se sobrepõem à valoração. As dificuldades apontadas – como a manutenção da edificação, a falta de espaço para abrigar um acervo que aumenta (a biblioteca, um organismo em crescimento) e a “falta de verba” (a eterna escassez de recursos) para sanar as demandas da instituição – parecem desgastar a relação do bibliotecário com o Estado, mantenedor do bem cultural. Somado a isto, a única atividade cultural promovida pelas bibliotecárias voltada a divulgar o patrimônio edificado é a visita guiada, além da pouca divulgação do patrimônio, seja em ambientes virtuais ou físicos das unidades.

As bibliotecárias demonstram preocupação em sanar os problemas de manutenção e preservação da edificação de forma rápida, mas sempre esbarram no problema da política de gestão governamental quem impõe processos burocráticos demorados e exaustivos para comprovar a importância da demanda e para aprovar a liberação do montante solicitado. O Estado não apenas deveria investir muito mais em cultura, mas também destinar uma verba específica com a finalidade da manutenção do patrimônio, além de autorizar e propiciar que cada unidade tenha seu *site* ou blog, ou pelo menos uma conta em uma mídia social, geralmente gratuita. As publicações poderiam auxiliar na divulgação da biblioteca, fazendo com que a unidade esteja presente e seja lembrada pela comunidade da qual faz parte.

A falta de iniciativas para a realização de ações voltadas ao patrimônio histórico é visível. Mesmo com a carência de recursos provenientes do Governo, poderiam ser tentadas alternativas. Como exemplo de ação cultural conscientizadora da população poderia ser promovida uma palestra voluntária de um bibliotecário, arquiteto ou especialista em patrimônio para abordar a edificação e sua memória, sem custos monetários, mas que poderia gerar capital simbólico de reconhecimento e envolvimento da comunidade. Outro exemplo de ação a ser empreendida poderia

ser a criação de uma associação de amigos, sem fins lucrativos, constituída por membros da comunidade que decidam voluntariamente unir seus esforços para apoiar a biblioteca no seu trabalho diário, visando à otimização dos serviços prestados. A associação, que se mostrou de grande valor para uma das unidades pesquisadas, pode se tornar um canal de comunicação e integração entre comunidade e o governo, promovendo um clima favorável em relação à biblioteca.

A pesquisa forneceu um diagnóstico da situação atual de três bibliotecas públicas do Rio Grande do Sul, que, ao que tudo indica, deve ser muito semelhante a vivida por outras unidades com o mesmo cenário, principalmente no que se refere ao espaço físico. Também, a partir do referencial teórico refletiu-se sobre o conceito de patrimônio, sua valorização simbólica e sua capacidade de sedimentar a memória e a identidade de uma coletividade em "pedra e cal". Espera-se que os pesquisadores da Ciência da Informação e os bibliotecários voltem sua atenção para os temas desenvolvidos neste trabalho, que são alvos de um número reduzido de estudos, principalmente se observarmos que muitas são as unidades estabelecidas em patrimônios edificadas em nível estadual. Uma reflexão sobre o assunto poderia trazer alternativas sobre como os bibliotecários podem conseguir transformar a sua condição precária financeira, como trabalhar projetos para divulgar o patrimônio cultural, como tirar proveito dessa situação e ter outra percepção sobre o patrimônio edificado.

Aliás, este foi um resultado parcial não esperado, o número de prédios considerados históricos não foi tão pequeno: 27 bibliotecas públicas responderam que estão estabelecidas em edificações consideradas patrimônio cultural, dentro do universo das 144 que se pronunciaram sobre a pergunta enviada – sendo o total atualmente de 534 bibliotecas públicas cadastradas no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul.

É importante lembrar que, conforme mencionado, as bibliotecas públicas têm a função de oferecer acesso ao lazer, à cultura, à educação e à informação de forma gratuita. Ao mesmo tempo também são lugares de memória enquanto espaços físicos – edifícios construídos com a finalidade de armazenar acervos, repositórios da memória em si, com a incumbência de guarda de informação e conhecimento. Diferente de outras bibliotecas, que estão em locais sem nenhuma referência de memória e sem nenhum valor histórico, as que estão estabelecidas em um patrimônio cultural edificado deveriam explorar esse diferencial, visto que isso não é

sinônimo de “antiquado” (ou até mesmo “velho” e sem inovações), pois muitas instituições em outros países oferecem o que há de mais moderno, em tecnologia e serviço, em edificações históricas e tombadas. Muito provavelmente se houvesse verba disponível para a manutenção e preservação do patrimônio ou a criação de um anexo, como foi mencionado por duas entrevistadas, com certeza seria outra a percepção sobre o bem cultural.

Percebe-se, por fim, contradições interessantes na questão de atribuição de valor, pois essa outorga ao bem material somente se torna visível e se consubstancia quando são investidos valores reais (numerário) para manutenção deste bem cultural. Caso contrário se torna uma edificação (espaço) onde os problemas suplantam as qualidades. A outra verificação é que muitas bibliotecas públicas são alocadas em prédios históricos com a intenção de conferir e ampliar a aura de erudição e outras tiveram seus prédios construídos em pontos centrais da cidade, dividindo espaço com símbolos de poder – como palácios de governos e da justiça, sedes de prefeituras e câmara de vereadores –, evidenciando sua relevância no imaginário coletivo. Mesmo com essa distinção, as bibliotecas públicas não recebem a valoração por parte de seu mantenedor, pois muitas passam dificuldades em relação a aspectos de recursos humanos, no cumprimento de suas funções e na sua infraestrutura.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Bibliotecas públicas: avaliação de serviços. Londrina: Eduel, 2003. Livro Digital.

ANDRADE, Rodrigo Mello Franco. **Rodrigo e o Sphan**: coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: MinC/ SPHAN/ Pró-Memória, 1987.

ARARIPE, Fátima M. Alencar. Do patrimônio cultural e seus significados. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 111-122, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=63>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

BANDEIRA, Manuel. **Guia de Ouro Preto**. Editora Global: São Paulo. 2015. 160p.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Histórico da biblioteca**. 2017. Disponível em: <<http://www.bibliotecapublica.rs.gov.br/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 25 out. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Instituto de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. **Lei nº 4.845**, de 19 de novembro de 1965. Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico.

BRASIL. **Lei nº 8.313**, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARTER, Karin Kreismann. Educação patrimonial e Biblioteconomia: uma interação inadiável. **Informação & Sociedade**: João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 31-52, jul./dez. 2004

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura – 1880-1980**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2006.

COSTA, Heloisa Helena. Atribuição de valor ao patrimônio material e imaterial: afinal, com qual patrimônio nos preocupamos? In: CARVALHO, Claudia S.; GRANATO, Rafael Z.; BENCHETRIT, Sarah F. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 119 – 129.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas**. Brasília, D.F: Briquet de Lemos/Livros, 2012. 162p.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia. **Patrimônio Histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública: princípios e diretrizes**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. Disponível em: <[www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf](http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: museus e patrimônios**. Coleção Museu, Memória e Cidadania: Rio de Janeiro, 2007

\_\_\_\_\_. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. 2 edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GRIGOLETO, Maira Cristina. **A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu Prudente de Moraes**. 2009. 169 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/93665>>. Acesso em: 27 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Informação e Documento: expressão material no patrimônio. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 3, n.1, p. 57- 69, jan./jun. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para biblioteca públicas**. Brasília, D.F: Briquet de Lemos/Livros, 2012. 162p.

IPHAE. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. **Histórico**. Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <<http://www.iphae.rs.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2017.

IPHAN. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Aloísio Magalhães, o nome que inovou as políticas de patrimônio**. 2017a. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3216/aloisio-magalhaes>>. Acesso em: 24 set. 2017.



\_\_\_\_\_. **Carta de Atenas**. 2017b. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/cartadeatenas1931.pdf>>.  
Acesso em: 02 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Carta de Burra**. 1980. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>>. Acesso em 30 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Carta de Veneza**. 1964. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Amsterdã**. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/declaracao%20de%20amsterda%cc%83%201975.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. 2017c. Disponível em:  
15 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Iphan - Rio Grande do Sul**. 2017d. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/rs>>. Acesso em: 24 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Mário de Andrade**. 2017e. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1024>>. Acesso em: 15 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial**. Brasília, DF: Iphan, 2008. 80 p.

\_\_\_\_\_. **Superintendências estaduais**. 2017f. Disponível em:  
<<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/708/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

KONARZEWSKI, Maria Denise Mazzali. Entrevista concedida a Luciana Prestes Vicente. Porto Alegre, 16 out. 2017. 1 arquivo (60 min). [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice G desta monografia].

KÜHL, Beatriz Mugayar. Unidade conceitual e metodológica no restauro hoje. In: CARVALHO, Claudia S.; GRANATO, Rafael Z.; BENCHETRIT, Sarah F. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 75 – 86.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Lisboa: Edições 70, 1982.

MACHADO, Gina Gomes. A sociedade civil e a preservação do patrimônio. In: CARVALHO, Claudia S.; GRANATO, Rafael Z.; e BENCHETRIT, Sarah F. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 276 – 284.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A Questão dos Bens Culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MARCON, Morgana. Entrevista concedida a Luciana Prestes Vicente. Porto Alegre, 08 out. 2017. 1 arquivo (90 min). [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice I desta monografia].

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, Luciane Silveira Amico. **Biblioteca, memória e patrimônio: um olhar sobre a Biblioteca Rio-Grandense**. Rio Grande, 2014.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORAES, Rubens Borba de. **O problema das bibliotecas brasileiras**. 2. ed. Brasília: ABDF, 1983.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Biblioteca e sociedade: evolução da interpretação das funções e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984. Disponível em: <<http://tinyurl.com/kk77nwy>>. Acesso em: 10 out. 2017

MURGUIA, Eduardo Ismael. **Memória: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus**. São Carlos: Compacta Gráfica Editora, 2010.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. n.10. Projeto História: São Paulo, 1993.

PELEGRI, Sandra.C. A. **O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetória do debate sobre a preservação no Brasil**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006 p. 58. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/37/445>>. Acesso em: 04 out. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, Goiás, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/225>>. Acesso em: 03 out. 2017.

POULOT, Dominique. **Um ecossistema do patrimônio**. In: CARVALHO, Claudia S.; GRANATO, Rafael Z.; BENCHETRIT, Sarah F. **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 26 – 43.

RAMOS, Bianca Teixeira. Entrevista concedida a Luciana Prestes Vicente. Porto Alegre, 18 out. 2017. 1 arquivo (80 min). [A entrevista encontra-se transcrita no apêndice H desta monografia].

RAUTENBERG, Michel. Patrimônio, continuidade ou ruptura no uso e nas representações dos lugares. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 59-66, fev. 2015. Disponível em: <<http://www.geosaberes.ufc.br/geosaberes/article/view/297>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Klécio. **Bibliotheca pública pelotense**. Pelotas: Fructos do Paiz, 2017.

SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL. **Lista de Bibliotecas do RS**. Disponível em: <<http://sebprs.blogspot.com.br/p/lista-de-bibliotecas-do-rs.html>>. Acesso em: 01 set. 2017.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Sistemas estaduais**. Disponível em: <<http://snbp.culturadigital.br/historico/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

SUAIDEN, Emir. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a07v29n2.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2017.

\_\_\_\_\_. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995.

TRINDADE, Héglio. A República positivista: teoria e prática. In: TRINDADE, Héglio (Org.). **O positivismo: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 103-143.

UNESCO. **Gestão do Patrimônio Mundial cultural**. Brasília: UNESCO Brasil; Iphan, 2016. 163p.

XAVIER, Luiz Merino de F. A cidade como livro didático: educação patrimonial no âmbito do Programa Monumenta Porto Alegre in: POSSAMAI, Zita P. **Leituras da Cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

YÁÑES, Célia Martinez. **El patrimonio cultural: los nuevos valores, tipos, finalidades y formas de organización**. Granada: Editorial de la Universidad de Granada, 2006. 1461 p.

## APÊNDICES

### **APÊNDICE A – Envio de correspondência eletrônica para Bibliotecas Públicas Cadastradas no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Rio Grande do Sul**

**Prezado (a) Bibliotecário (a) ou Funcionário (a) Responsável, por favor,  
participe da minha pesquisa.**

**Gostaria de saber:**

**Sua biblioteca funciona em uma edificação considerada patrimônio cultural?  
Sim ou não.**

Sou Luciana Prestes Vicente e estou fazendo um levantamento de bibliotecas públicas no Rio Grande do Sul que estão estabelecidas em prédios considerados patrimônio cultural edificado, conhecido também como patrimônio histórico e cultural. A intenção é reunir esses dados para o trabalho de conclusão do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Na busca de estabelecer o que pode ser considerado patrimônio cultural, escrevo abaixo um dos significados abordados no trabalho.

O conceito de patrimônio cultural é amplo e com muitos significados. A necessidade desta delimitação é verificada na Constituição Federal de 1988, que define o patrimônio cultural como:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988, documento eletrônico).

Atenciosamente,

Luciana Prestes Vicente

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**APÊNDICE B – Carta de Apresentação enviada às Bibliotecas Pesquisadas**

À direção da Biblioteca

Prezado (a) Senhor (a)

Chamo-me Luciana Prestes Vicente e sou aluna do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estou realizando uma pesquisa sobre bibliotecas públicas instaladas em edificações consideradas patrimônio cultural como monografia de conclusão do curso de graduação. Como parte da pesquisa, necessito entrevistar bibliotecários responsáveis por bibliotecas públicas estabelecidas em prédios com valor cultural. A entrevista será presencial e poderá durar pelo menos duas horas; será gravada para posterior transcrição e análise de dados e será utilizada única e exclusivamente para fins acadêmicos.

Solicito a permissão do (a) senhor (a) para a realização da pesquisa com vossa bibliotecária, em dia e horário convenientes para os senhores. Sem mais, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos e informações pelo telefone (51) \_\_\_\_\_, ou ainda pelo endereço eletrônico \_\_\_\_\_.

Atenciosamente,

Luciana Prestes Vicente

Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**APÊNDICE C – Termo de Consentimento****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado a participar de estudo sobre Bibliotecas Públicas que funcionam em edificações consideradas patrimônio cultural. Sua participação é livre, você tem o direito de solicitar quaisquer informações a respeito a qualquer momento, sem que isso acarrete qualquer prejuízo a você diretamente ou indiretamente.

Caso aceite, sua participação se dará através de uma entrevista semiestruturada, que será gravada (em áudio) para posterior transcrição e análise de dados. Os dados coletados através da sua participação serão utilizados única e exclusivamente para fins acadêmicos. Informações a respeito do estudo podem ser solicitadas a qualquer momento por meio da aluna pesquisadora, Luciana Prestes Vicente, sob a matrícula 20710 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Endereço eletrônico: luprestes@gmail.com. Telefone: (51) 982-710-098.

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador do RG \_\_\_\_\_, declaro ter sido  
informado e concordo em participar como voluntário do estudo acima descrito.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## APÊNDICE D – Roteiro para Entrevista Semiestruturada

### Roteiro de Perguntas efetuadas junto aos Bibliotecários ou Funcionário Responsável da Biblioteca pesquisada

Os dados obtidos nesta entrevista serão posteriormente transformados em texto e servirão de análise.

Entrevista com o bibliotecário ou funcionário responsável

Biblioteca: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Site: \_\_\_\_\_

Nome do funcionário: \_\_\_\_\_

As perguntas estão organizadas de acordo com os objetivos geral e específicos.

#### Valorização do patrimônio histórico

1. Sua unidade funciona em uma edificação considerada patrimônio cultural?
2. O que você pode contar sobre a edificação onde está lotada a unidade?
3. Como você percebe o fato de a unidade funcionar em um patrimônio de valor cultural?
4. Como você avalia a percepção pela comunidade, usuários ou visitantes, do patrimônio edificado?
5. Há algum estímulo para os funcionários se informarem sobre a edificação e se tornarem fonte de informação sobre o tema?
6. Em caso negativo ou positivo: Como isso é feito? Por que não é feito?

#### Materiais impressos de divulgação e sites

7. A biblioteca possui algum material de divulgação impresso sobre a unidade?
8. Se sim, nesse material há informação sobre a história da edificação?
9. A biblioteca tem informações sobre sua unidade em *site* ou mídias sociais?
- 10a. Neste material há informação sobre a história da edificação?
- 10b. Há planos para implementar alguma ação?

**11.** Se houver material: Para a elaboração dos folhetos e informações disponíveis em *site* da unidade foi feita uma pesquisa prévia buscando levantar todos os dados relativos à edificação?

**12a.** Foi feita consulta a um historiador (jornalista, professora etc.) para a composição do conteúdo de material impresso ou virtual?

**12b.** Se não houver material: O bibliotecário julga que seria interessante ter um material? Quais os motivos para não ter esse material impresso ou no *site* da unidade?

### **Atividades promovidas na unidade**

**13.** Há preocupação em realizar atividades (palestra, visita guiada etc.) que busquem promover a valorização do patrimônio?

**14a.** Quais são as atividades?

**14b.** Há planos para implementar alguma ação?

**15.** Com que frequência são realizadas as ações?

**16.** Os usuários recebem informação sobre essas atividades?

**17.** Essas atividades sofrem adaptações com o passar do tempo ou são adequadas conforme alguma celebração da unidade?

**18.** Alguma vez se fez uma exposição do material que traz a narrativa do patrimônio?

**19.** Já foi organizada uma lista de livros que estejam relacionados com o período da edificação para apresentar aos usuários, estabelecendo conexões com outros campos, como arquitetura, literatura e história?.

### **Orçamento**

**20.** Há orçamento destinado à preservação do patrimônio cultural?

**21.** Poderia dizer qual o valor da verba?

**22.** O bibliotecário recebe alguma orientação do governo sobre como efetuar no dia a dia em relação à preservação do patrimônio?



**APÊNDICE E – Roteiro para observação do espaço físico**

Verificar se há qualquer tipo de menção da edificação como patrimônio cultural nos seguintes itens:

**1. Murais externos**

Não ( ) Sim ( )

Qual? \_\_\_\_\_

**2. Murais internos**

Não ( ) Sim ( )

Qual? \_\_\_\_\_

**3. Outros**

Não ( ) Sim ( )

Quais? \_\_\_\_\_

**APÊNDICE F – Roteiro para observação dos ambientes virtuais**

1) A biblioteca possui *site* oficial?

Não ( ) Sim ( )

2) O site oficial da instituição faz alguma menção à edificação como patrimônio cultural?

Não ( ) Sim ( )

Qual? \_\_\_\_\_

3) A biblioteca possui Facebook?

Não ( ) Sim ( )

4) O Facebook da instituição faz alguma menção à edificação?

Não ( ) Sim ( )

Qual? \_\_\_\_\_

5) A biblioteca possui algum blog?

Não ( ) Sim ( )

6) O blog da instituição faz alguma menção à edificação?

Não ( ) Sim ( )

Qual? \_\_\_\_\_

7) A biblioteca possui Twitter?

Não ( ) Sim ( )

8) O Twitter da instituição faz alguma menção à edificação?

Não ( ) Sim ( )

Qual? \_\_\_\_\_

**APÊNDICE G – Transcrição da entrevista feita com a bibliotecária**

Maria Denise Mazzali Konarzewski, da Biblioteca Pública Machado de Assis

Biblioteca Pública Machado de Assis

Bibliotecária: Maria Denise Mazzali Konarzewski

Entrevista: 16 de outubro de 2017

**1. Sua unidade funciona em uma edificação considerada patrimônio cultural?**

Denise: Sim

**2. O que você pode contar sobre a edificação onde está lotada a unidade?**

**Denise:** Eu sei que ela foi construída em 1908, mas a data veremos certo, em seguida. Aqui, inicialmente, funcionou uma escola de meninas. Eu vou contar mais ou menos a história e o que é comentado por outras pessoas. Nos disseram que era uma escola interna e que as meninas chegava a dormir na parte de cima. Inclusive, na entrada, alguém me disse que antes tinha um nicho, onde antes tinha uma escada. E essa escola funcionou até mil novecentos e poucos. Depois, foi uma casa alugada, onde morou família. Alguém me disse que teve um fábrica de cartonaria e, se não me engano, a família morava junto. Após a saída da cartonaria o prédio ficou abandonado. Então houve interesse por parte da família em vender o imóvel e a intenção era colocar abaixo o casarão. Foi quando ela foi encampada pelo município. A casa foi reformada e, desde 1982, ela abriga a biblioteca. Aliás, já foi reformada várias vezes depois de 1982. Casa antiga sempre tem problemas. E agora está com uma reforma prevista para o início do ano que vem, devido a problemas de goteiras e no telhado.

**3. Como você percebe o fato da unidade funcionar em um patrimônio com valor cultural?**

**Denise:** Acho o prédio muito bonito, mas talvez ele tivesse que ser aproveitado para outra função ou atividade cultural, e não para biblioteca. Primeiro porque não podemos mais expandir o prédio. Não podemos fazer reforma. Não na fachada que é muito bonita, mas ao longo dos anos a biblioteca cresceu muito e nós não temos mais para onde expandir. Não há espaço, ambientes adequados, para cada atividade que se deseja fazer. Estamos engessados e sufocados. Apesar de ser um prédio bonito de se trabalhar, com uma boa ventilação, bem iluminado. Mas seguido estamos com problema de parede úmida, goteiras. E quando é preciso reformar,

cada vez é um transtorno. É preciso fechar a biblioteca, tirar muito material do lugar, isso acaba deteriorando o próprio acervo de tanta mudança. Algumas vezes chegamos aqui e descobrimos goteiras em cima dos livros. Se tivesse que escolher, iria preferir fazer um prédio planejado para a biblioteca pública.

**4. Como você avalia a percepção manifestada pela comunidade, usuários ou visitantes, sobre o patrimônio edificado?**

**Denise:** As pessoas reconhecem a edificação como um patrimônio histórico para a cidade. Tanto reconhecem que quando se pensou na demolição do prédio, houve um movimento por parte da comunidade para que isso não acontecesse. Embora muitas pessoas percebam que a biblioteca ficaria melhor acomodada em um outro espaço. Quando as pessoas percebem que há goteiras ficam admiradas que o problema não é resolvido. Tudo no setor público é moroso. Ainda mais que agora mudou a administração. Até que se faça um projeto, até conseguir verba, as coisas vão ficando e daqui a pouco passou o tempo e o prédio precisa de mais consertos. Para um prédio público, os problemas demoram muito a serem sanados.

**5. Como você avalia a percepção da biblioteca e sua edificação pelos funcionários? Há algum estímulo para os funcionários se informarem sobre a edificação e se tornarem fonte de informação sobre o tema?**

**Denise:** Todos eles sabem que é um prédio histórico, mas tudo o que eu relatei, eles vão conhecendo com o tempo. Neste momento estamos tendo uma troca muito grande de funcionários, então as pessoas vão tomando conhecimento aos poucos, até porque dentro de uma biblioteca há muitas outras atividades para aprender e tomar conhecimento.

**6. A biblioteca possui algum material de divulgação impresso sobre a unidade?**

**Denise:** Não. O que temos é um projeto que foi feito por um historiador, que trabalha na biblioteca, para fazer o resgate histórico do prédio, o que inclui o nome da unidade. Pretendemos fazer isso em vídeo para futuras visitas para ser apresentado para escolas e visitantes. Mas isso é um projeto, ainda no papel.

**8. Você acha que seria interessante ter algum material?**

**Denise:** Seria interessante ter um material para passar para os visitantes. Recebemos muita visita de escola.

**9. Quando há visitação, o que acontece, o que é destacado?**

**Denise:** As escolas trazem seus alunos para conhecer a biblioteca como um todo, isso inclui o prédio e o acervo. Até, inclusive, uma turma de Marketing da Feevale

deseja desenvolver um projeto de incluir o prédio nas visitas turísticas do município. A gente sabe que a Secretaria de Turismo tem um ônibus que faz visita pela cidade para mostrar os pontos históricos. Mas eles acabam sempre mostrando Hamburgo Velho (bairro de Novo Hamburgo), pois lá há um museu e outras atrações. E a ideia é que a biblioteca pública fosse incluída nesse roteiro, como um ponto turístico em função do prédio.

**10. A biblioteca tem informação sobre sua unidade em *site* ou mídias sociais?**

**Denise:** A biblioteca não tem *site* ou outros meios. O que tem de informação está no *site* da Secretaria de Cultura da Prefeitura de Novo Hamburgo. Na verdade nem somos nós que fizemos aquele material que está no *site*. Quando desejamos divulgar algo, passamos para a secretaria. Há uma política de publicação, tudo tem de passar pela assessoria da Secretaria. Sempre estamos solicitando a autorização da uma página no Facebook e um *site*, mas não é autorizado.

**11. O bibliotecário julga que seria interessante ter um material? Quais os motivos para não ter esse material impresso ou no *site* da unidade?**

**Denise:** Seria interessante ter material para divulgar entre os visitantes, mas não há verba para a realização.

**12. Há preocupação em realizar atividades (palestra, visita guiada etc.) que busquem promover a valorização do patrimônio?**

**Denise:** A partir da inclusão no roteiro turístico da cidade, poderemos pensar em fazer atividades que tratem do tema. No entanto, qualquer programa que se deseja fazer depende de resolver os problemas estruturais das goteiras. Entre as atividades poderíamos realizar oficinas e palestras voltadas ao tema.

**13. Alguma vez se fez uma exposição do material que traz a narrativa do patrimônio?**

**Denise:** Fizemos somente uma vez uma exposição da trajetória do prédio em uma Feira do Livro da cidade. Conseguimos algumas fotos do prédio como era no início. Quem tem esse material é o Museu Scheffel. Nós conseguimos com que eles fizessem cópias, então fizemos essa exposição.

**14. Já foi organizada uma lista de livros que estejam relacionados com o período da edificação para apresentar aos usuários, estabelecendo conexões com outros campos, como arquitetura, literatura e história?**

**Denise:** Não foi feito. O que nós temos sobre o prédio, material impresso, é mínimo. Em um livro sobre Novo Hamburgo há um parágrafo sobre a biblioteca e seu prédio.

Então o que nós fizemos: Ao longo do tempo, começamos a coletar material. Onde aparecesse o prédio ou a biblioteca citados, o material era recolhido. Até mesmo depoimentos de funcionários mais antigos foram reunidos. Esses dias conseguimos depoimentos de pessoas sobre o que era a casa antes, coletados pelo historiador que trabalha na Secretaria de Cultura e repassados para a biblioteca. Acho que fazia parte de um projeto mais amplo da Secretaria e por um acaso a biblioteca foi mencionada e acabou sendo repassado para mim.

**15. Há orçamento destinado à preservação do patrimônio cultural?**

**Denise:** Não há. É uma questão muito complicada. No orçamento do ano da Secretaria sempre falta verba e outras prioridades estão à frente da biblioteca. Agora, com a administração nova, pode ser que isso mude. Mas em função da reforma do ano que vem, acredito que há um valor destinado à biblioteca.

**16. A biblioteca não tem uma gestão própria do seu dinheiro?**

Denise: Não.

**17. A biblioteca irá fechar para essa reforma?**

**Denise:** Não sabemos qual será a nossa diretriz. Não se a reforma for feita por partes, o que possibilitaria um deslocamento interno do material. Ou se vamos para outro lugar.

**18. Em outra reforma o que foi feito?**

**Denise:** O piso foi trocado porque estava cedendo. Concretaram embaixo, mas isso, agora, acarretou pouca ventilação no piso, o que acabou resultando em umidade nas paredes. Não sei se colocaram antiumidade, não sei como fizeram. Mas agora a umidade vem de baixo e prejudica as paredes.

**19. O bibliotecário recebe alguma orientação do governo sobre como efetuar no dia a dia a preservação do patrimônio ?**

**Denise:** Não. Nunca vieram dar orientações. A única vez foi nessa última, quando a arquiteta do município que acompanhou a obra, conversou com empreiteira, mas comigo não. O que eu sei é sobre a fachada que não pode ser modificada. Mas se tem algum outro detalhe, eu não sei dizer.

**20. Tu te sentes responsável pelo prédio, pelo o que acontece?**

**Denise:** Eu fico responsável mais ou menos, pois cada vez que acontece alguma coisa, a Secretaria de Cultura chama o arquiteto ou engenheiro. E são eles que fazem projetos. Inclusive quando teve uma reforma, nós não ficamos aqui e quem

fazia a fiscalização era o arquiteto da prefeitura. Mas, eu passava por aqui para dar uma olhada e chamava o arquiteto.

**21. O que eu quero dizer com “ser responsável” é que se tu não chama, nada acontece. Então tu tens a responsabilidade, pois estás vendo o que está acontecendo diariamente?**

**Denise:** Sim. Cada vez que acontece alguma coisa precisamos correr para buscar uma solução. Inclusive quando teve um reforma, nós não ficamos aqui; quem fazia a fiscalização era o arquiteto da prefeitura. Mas eu passava por aqui para dar uma olhada e chamava o arquiteto. Na verdade, acabamos nos sentido responsável. Tudo o que acontece aqui é responsabilidade nossa. Sempre quando chove, acabo preocupada. Mas o que está aqui não é patrimônio de todos.

**22. Qual o orçamento da reforma. Podes dizer? O que será feito?**

**Denise:** Falaram em R\$ 250 mil. A reforma será telhado, janelas e o piso da frente.

**23. Na edificação, o que é tombado? A fachada? O que precisa ser preservado no prédio?**

**Denise:** Imagino que seja somente a fachada, pois reformas internas já foram feitas. Que eu saiba é somente a fachada. O que tem na fachada é para ser preservado.

**24. Já pensaram em criar um anexo?**

**Denise:** Sim, mas isso é somente um sonho. O ideal seria isso. Não temos sala de estudo. Há pessoas que passam o dia aqui.

**25. Qual o acervo da biblioteca?**

**Denise:** Tem de tudo um pouco, com enfoque na literatura.

**26. O acervo tem algum material que possa ser considerado um patrimônio?**

**Denise:** Tínhamos um acervo mais histórico, que acabou sendo remetido para o arquivo público do município, porque o arquivo tem melhores condições para preservar o material. Tínhamos o acervo do jornal do Município, desde 1960, mas acabamos mandando também para o arquivo.

**APÊNDICE H – Transcrição da entrevista com a bibliotecária Bianca Teixeira Ramos, da Biblioteca Pública Municipal Júlio Costa**

Biblioteca Pública Municipal Júlio Costa

Bibliotecária: Bianca Teixeira Ramos

Entrevista: 18 de outubro de 2017

**1. Sua unidade funciona em uma edificação considerada patrimônio cultural?**

**Bianca:** Sim

**2. O que você pode contar sobre a edificação onde está lotada a unidade?**

**Bianca:** Todo o prédio é tombado. Remete à influência luso-açoriana, toda essa parte da avenida, boa parte das casas é de origem luso-açoriana.

**3. Como você percebe o fato da unidade funcionar em um patrimônio histórico e de valor cultural?** (Enquanto falava buscava informação em texto de sua autoria sobre a trajetória da biblioteca, entremeado com lembranças de seu trabalho na unidade).

**Bianca:** Em 2006 a biblioteca foi restaurada. Ela ficou oito anos fechada, funcionando em outro local. Queria contar como se deu esse processo. Em 1998, o prédio foi fechado, mas a biblioteca foi criada por decreto em 4 de agosto de 1958, com um acervo pequeno. O usuário não tinha acesso às estantes, mas era permitido levar livros de literatura para casa. Os livros de pesquisa eram para consulta local. Entre os anos 1978 até 1994, a biblioteca dividiu espaço com outro instituto Onde hoje funciona o mezanino funcionavam oficinas de música e pintura. Em 1980 foi formado o Clube de Leitura, com dez a doze leitores, com média de idade de 12 anos, sob a coordenação de Iracema Cardoso Becker, que durante alguns anos foi diretora da unidade. Durante um ano, o grupo se reunia uma vez por semana para contação de história dos próprios participantes. No final daquele ano foi feita uma dramatização na biblioteca contando sobre o trabalho, com os integrantes se vestindo de personagens.

Durante sua gestão tinha um convênio com o Instituto Estadual do Livro e o Instituto Nacional do Livro, para quem eram prestadas contas por meio de relatórios anuais. O IEL mandava cerca de 400 livros por ano. A diretora também comprava



livros em livraria de Porto Alegre, tendo poder de escolha, pois convivia com os usuários e sabia o que era requisitado por eles.

A Biblioteca começou a funcionar em prédio próprio da Prefeitura Municipal em 1993, quando da organização da Secretaria Municipal de Cultura, Desporto e Turismo. (Bibliotecária fica em dúvida sobre a data, se a biblioteca já não funcionava antes desse período no atual local, pois ela é moradora da cidade e frequentou a unidade para estudar).

Em 1994, a biblioteca sofreu pequenas reformas e foi transferida para outro prédio da Borges de Medeiros, mais tarde voltando para o prédio atual sob a direção de Rosane Azeredo. Na Sala em frente, hoje espaço infantil, eram feitas as atividades para as crianças. Em 1998, o prédio foi desocupado para dar início à primeira parte de revitalização do prédio de 1865. A revitalização ficou inacabada e a biblioteca funcionou em prédio alugado e de forma limitada por oito anos.

Em 2003, foi feito um parecer pelo Conselho Municipal de Educação, no qual contou-se da bibliotecária Gládis Ferrão Barcellos, com o objetivo de orientar a execução das tarefas a serem desenvolvidas pelos responsáveis pelas bibliotecas escolares do Sistema Municipal de Ensino de Santo Antônio da Patrulha, estabelecendo uma padronização de rotinas, visando à uniformização de procedimentos e favorecendo a maior produtividade das incentivadoras da leitura.

O prédio que hoje comporta a Casa de Cultura e a Biblioteca Pública Municipal é uma casa em estilo colonial luso-brasileiro, com quatro janelas e uma porta da frente, com 345 m<sup>2</sup>, localizado na Avenida Borges de Medeiros, na chamada Cidade Alta. Foi tombado pelo Patrimônio Histórico do Município, pela Lei Municipal 2.491/92, de 5 de junho de 1992. Foi construído em 1865, por José Ferreira Xavier da Luz, era destinado à moradia de sua família. Paredes externas bem grossas, feitas com pedras irregulares de barro e cal. Em 1902, Bernardo Ferreira da Luz, filho do proprietário, herdou o imóvel e efetuou uma reforma para residir com a família. A partir de 1920, o imóvel passou a abrigar uma série de instituições, como a Câmara de Vereadores, Secretaria de Obras do Estado, Delegacia de Educação, até, em 1993, quando passou em definitivo para a biblioteca.

Em 1998, o prédio foi desocupado e iniciou-se a restauração das estruturas. Em 2004, em parceria com a Prefeitura Municipal e o empresário Marcos Costa, da empresa Argos Guindastes, completou o montante que faltava para finalizar as

obras. Em 2006, a Casa de Cultura foi reinaugurada num espaço totalmente remodelado, onde está instalada a Biblioteca, com os setores de pesquisa, empréstimo e biblioteca infantil e videoteca. Como forma de retribuição, a Câmara Municipal aprovou o projeto de Lei do Executivo Municipal, nomeando a Biblioteca de Júlio Costa, pai de Marcos Costa. Com a reforma foi colocada uma rampa de acesso lateral e banheiros específicos para portadores de deficiência.

Com a biblioteca instalada, foi contratado um bibliotecário para realizar o trabalho na unidade. A organização iniciou com a seleção e descarte do material que veio em caixas de um depósito. Algumas atividades culturais, como teatro para as crianças, foram realizadas para a reinauguração da unidade, depois de tanto tempo fechada.

**4. Há preocupação em realizar atividades (palestra, visita guiada etc.) que busquem promover a valorização do patrimônio?**

**Bianca:** Não, nunca foi feita.

**5. Além dos livros “Raízes” e “Raizínhas”, tem algum material que a biblioteca tem feito sobre o patrimônio?**

**Bianca:** Não. O que há é um folder turístico feito pela Prefeitura.

**6. A biblioteca está entre os pontos turísticos no folder?**

**Bianca:** Eu não sei se está, mas vou conferir. Eu tinha funcionária em comissão, até o ano passado, era uma estudante de turismo. Ela comentava que a biblioteca não estava incluída no passeio turístico da cidade. Em algumas épocas, quando vinha excursão de alunos de fora do município, a gente trazia para visitar a biblioteca e o museu (situado em frente à biblioteca). São realizadas visitas guiadas para os estudantes, quando a escola solicita. A visita é feita pela bibliotecária ou outro funcionário responsável pela unidade naquele dia ou turno. Quando são alunos muito pequenos não falamos das datas.

**7. Como você percebe o fato de a unidade funcionar em um imóvel considerado patrimônio de valor cultural?**

**Bianca:** Para uma biblioteca pública é válido e importante porque resgata um pouco da história. Quando a gente viaja, vemos capitais que os teatros, bibliotecas e museus são em prédios antigos. Mas enfrentamos dificuldades, como a umidade em parte das paredes. Na fachada não podemos mexer em nada. Por causa da estrutura das janelas, entra água pela frente. Já se pensou em colocar toldos, mas isso é inviável. Ar-condicionado também não pode em alguns lugares, somente em

uma determinada parede. No verão é muito quente. O que ajuda é a parede de um metro de largura. As janelas são pesadas para abrir.

**8. Tu te sentes responsável pela edificação? Ou responsável pelo patrimônio ou uma mediadora entre problemas e a Secretaria de Cultura?**

**Bianca:** Estamos subordinados à Secretaria de Cultura. Tudo que acontece aqui é repassado. Mas, sim, tenho a preocupação com o patrimônio. Quando muda uma administração, sempre questiono sobre o que pode ser feito. Na cidade temos o Conselho do Patrimônio, que querem colocar cortinas nas janelas na parte lateral, onde bate sol. Eu gostaria que colocassem somente nos fundos, que pega o sol mais forte. Aqui na frente (entrada) é somente o sol da manhã. E não há livros que fiquem expostos ao sol. Pensamos em cortinas de gomas, mas são mais caras. E não colocar em tudo. Então, eu fico responsável por isso.

**9. Alguém do patrimônio ou do conselho já veio dar alguma orientação sobre cuidados com o patrimônio? Ou o que tu sabes e aplicas é de teu conhecimento próprio?**

**Bianca:** Nunca deram orientação. O Conselho muitas vezes fez reunião na biblioteca, mas eu não era convidada a participar. Mas, sim, acabo escutando o que era tratado.

**10. Tu és responsável por uma edificação histórica e não recebe nenhuma orientação?**

**Bianca:** Não sou responsável pelo prédio. A Secretária de Cultura que é e seu diretor ou coordenador de cultural.

**11. As cortinas foi uma necessidade que tu apresentaste ou veio a proposta do Conselho? Podes explicar?**

**Bianca:** A gente quando percebe que o sol está muito forte, fechamos a janela. A Vera Maciel, a historiadora, veio um dia na biblioteca para ver o livro “Raízes” e percebeu que este estava com sua capa desbotado. Então, ela que sugeriu as cortinas.

**12. Você percebe que a comunidade valoriza o fato de a biblioteca funcionar em um patrimônio cultural?**

**Bianca:** Muitas pessoas entram e não esperam que o imóvel seja tão bonito.

**13. Há algum estímulo para os funcionários se informarem sobre a edificação e se tornarem fonte de informação sobre o tema?**

**Bianca:** No momento, estamos somente duas pessoas. Desde a mudança do governo. Antes éramos cinco e agora somente duas. Mas, sim, os funcionários precisam saber do patrimônio para fazer as visitas guiadas e quem entrar buscando informações.

**14. A biblioteca possui algum material publicado sobre a unidade?**

**Bianca:** A biblioteca tem no acervo livros que fazem referência à unidade. Além dos folders de turismo.

**15. A biblioteca tem mídia social, *site*, blog, twitter?**

**Bianca:** Não somos autorizados a ter. No *site* da prefeitura tem um link, somente com uma foto, da fachada. Somente isso.

**16. Outras mídias?**

**Bianca:** Não tem nada. A Secretaria disse que o que desejar publicar é para passar para eles.

**17. Teria algum projeto para promover o patrimônio? Além de incluir como roteiro turístico?**

**Bianca:** Não temos, no momento.

**18. Tu julgas que seria interessante ter um *site* ou página no Facebook? Seria interessante ter um material impresso?**

**Bianca:** Acho que seria interessante ter um material que falasse da biblioteca como um todo. Não só da edificação. Bibliotecária mostra marcador de livro para divulgar a biblioteca, mas falta o horário. Além dos folders turísticos, com a imagem da biblioteca, com a identificação de que é a biblioteca.

**19. Tem orçamento destinado para a preservação do patrimônio?**

**Bianca:** O que temos de orçamento é para manutenção, que abrange tudo o que é preciso para a unidade. O valor é pequeno. O valor da Secretaria de Cultura é o menor de todas as secretarias. Parece que é R\$ 5 mil no ano para objetos, material e atividades.

**APÊNDICE I – Transcrição da entrevista com Morgana Marcon, diretora da  
Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul**

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Bibliotecária: Morgana Marcon

Entrevista: 8 de outubro de 2017

**1. Sua unidade funciona em uma edificação considerada patrimônio cultural?**

Morgana: Sim

**2. O que você pode contar sobre a edificação onde está lotada a unidade?**

**Morgana:** O prédio foi construído em 1912 para ser a sede da biblioteca, que já funcionava em outro espaço desde 1871. Foi idealizada pelo diretor Vitor Silva, em época do governo do Borges de Medeiros. O prédio conta com influência europeia, tanto no mobiliário como nas pinturas. Além de apresentar pinturas bastante ecléticas. Todas essas informações podem ser encontradas no setor do Rio Grande do Sul da unidade. As pinturas murais que havia nas salas foram cobertas com pintura nos anos 50, em decorrência da influência do modernismo. Os diretores da divisão de cultura da época achavam que as pinturas distraiam os leitores e não tinham valor histórico. No segundo andar, sobreviveram a essa “pintura”, o Salão Mourisco e o Salão Egípcio, pois eram salas que somente o pessoal da administração tinha acesso. Atualmente o Salão Mourisco recebe os recitais e o Salão Egípcio sempre foi o gabinete do diretor, como até hoje permanece.

Também ficou de fora da “pintura” uma sala no térreo, por questões históricas, pois foi onde o governador Borges de Medeiros despachou por um período, enquanto o Palácio Piratini estava em reformas. Acabou transformada em Sala Borges de Medeiros. Existe o projeto desses espaços serem recuperados.

Eu fui encarregada da direção da BPE/RS e, em 2003, e estava em andamento um projeto no Monumenta para a recuperação da edificação, com solicitação de 2001, mas com execução somente em 2003. O valor era cerca de R\$ 465 mil, muito pouco. Quando efetivamente veio o recurso e era preciso tomar a decisão de onde aplicar o recurso, eu estava começando a minha gestão.

A comissão que dava suporte era Superintendência do Iphan no Rio Grande do Sul, composta por arquitetos e historiadores, com a participação da direção da biblioteca. Eles é que decidiram o que fazer. Foi recuperado o piso de dois salões no

primeiro andar, parquet, parte de tubulações dos pisos, problemas de infiltração no subsolo, no setor de empréstimos, e o maquinário do elevador de 1916, parado há mais de 20 anos, foi substituído. A caixa do elevador foi feita um restauro. E, por fim, o piso que dá acesso à casa de máquinas. Isso é o que se conseguiu fazer com esse recurso.

Nesse meio tempo, eu senti a necessidade de um restauro maior, pois o prédio não passava há muitos anos por um restauro. Então eu me uni com esses arquitetos para fazer um projeto por meio da Lei Rouanet, apresentado pela Associação de Amigos da BPE/RS, com orçamento feito com três empresas. Na época o projeto foi orçado em R\$ 11 milhões, mas por causa do valor ficou difícil conseguir o valor para captação. Com alterações no sistema de inscrições em projetos no Ministério de Cultura para um sistema online, a sugestão foi que o projeto fosse refeito e inscrito novo sistema online. A superintendente do Iphan, Ana Meira, deu apoio ao estabelecer uma apresentação entre o BNDES e a Biblioteca. O projeto sofreu alterações, para reduzir seu custo e conseguir aprovação. Foram retiradas as pinturas murais das salas, pois não havia profissional qualificado para fazer orçamento. Isso deixou o projeto em torno de R\$ 9 milhões, e desse valor foram captados R\$ 2 milhões. Com esse valor, foi possível fazer muita coisa, como resolver todos os problemas estruturais que o prédio ainda tinha, como umidade, infiltração em vários andares, paredes e subsolo; a fachada tinha elementos que estavam a ponto de cair, os elementos foram refeitos com moldes. A ideia era resgatar as formas originais. O BNDES quis que fosse feito um restauro mais “evidente” e que mostrasse ao público a restauração. Então foi feito o restauro dos pisos (parquet), com o entrepiso substituído por um material especial que protege contra os cupins. Guardando o desenho original foi feito o restauro das aberturas internas e externas. Os vidros que tinham sido quebrados foram recuperados os originais. As redes foram substituídas por tubulações maiores e foram deixadas esperas para o ar-condicionado. Ainda é preciso R\$ 8 milhões para acessibilidade, móveis, lustres, colunas de mármore, escadaria. Ainda tem muita coisa para fazer. Ao longo dessa última reforma, a sede na unidade ficou fechada, com o setor de empréstimos funcionando na Casa de Cultura Mario Quintana. Nos últimos três anos, a biblioteca retomou as atividades culturais na unidade da Riachuelo, mesmo em obras.

### **3. Você acompanhou as obras de restauro?**

**Morgana:** Durante todo o processo, eu acompanhei as reuniões semanais, pois me sinto responsável pela edificação. Participei das decisões em todos os momentos, como da pintura externa. Foi mencionado colocar uma tinta antipichação, mas isso se tornou inviável, pois cada vez que tivesse uma pichação seria necessário pintar todo o prédio. Além disso, deixaria um brilho e com uma manutenção cara.

### **4. Como você percebe o fato de a unidade funcionar em um patrimônio histórico e de valor cultural?**

**Morgana:** O prédio não atende mais as necessidades de uma biblioteca. No governo anterior (Tarso Genro 2011-2015), eu me movimentei junto ao governo para ter um anexo para a biblioteca. Ou um novo prédio. Ficando a edificação da Riachuelo, a parte histórica, com o setor de obras raras e a realização de eventos culturais. Seria uma espécie de biblioteca-museu e com espaço para exposições, lançamentos de livros, saraus e recitais. Mas por questões políticas e orçamentárias isso até hoje não se tornou viável.

No governo passado, por dois momentos foram autorizadas a busca para alugar um espaço para biblioteca. Foi encontrado na mesma rua, mas o governador acabou voltando atrás e vetando a proposta. Seria feito concurso público para um novo espaço. Não houve autorização. A ideia é ter um anexo na área central, em algum momento isso poderá acontecer. Sala para oficina, acervo, sala para música, público serviços e setores, mais computadores, hoje temos somente quatro computadores. Não há espaço para colocar mais computadores. O Salão Mourisco não dá conta de receber tantas pessoas, e ainda está sempre sob a ameaça das pessoas que não respeitam o patrimônio, ou se encostam onde não é permitido. O anexo que seria alugado será para levar a parte do dia a dia. Mas não foi aprovado.

Antes de me aposentar, gostaria de deixar a proposta viabilizada de um novo prédio ou de alugar espaço para o anexo. O prédio é limitado, é histórico, precisa ter todo um cuidado, de não colocar objetos em determinados lugares, não arrastar.

### **5. Já recebeu alguma vez orientação sobre cuidados com o patrimônio?**

**Morgana:** Nunca recebi. Mas sei e faço advertências e explicações ao público. Os funcionários também são orientados, principalmente os da limpeza. Uma orientação foi passada para a equipe de limpeza. Eu penso em fazer um manual de cuidados para deixar disponível para os funcionários, com cuidados com os móveis e os detalhes arquitetônicos.

**6. Com o público isso também é feito? São dadas orientações?**

**Morgana:** Sim, quando é necessário alertamos o público sobre os cuidados, como não passar os dedos nas paredes ou colocar objetos em cima dos móveis. É preciso uma educação permanente.

**7. Isso também é feito nas visitas guiadas?**

**Morgana:** Sim, são feitas explicações sistemáticas sobre os cuidados com o patrimônio.

**8. Como você avalia a percepção da comunidade sobre o patrimônio?**

**Morgana:** Sempre vejo o encantamento das pessoas com a edificação. A biblioteca tem detalhamento de pinturas visto somente na Europa. E isso é comentário geral. Os estudantes falam que gostariam de trabalhar no local por causa da arquitetura. Penso que a BPE/RS está muito aquém em relação às outras unidades, como a do Acre, por falta de verba. A unidade do Acre tem 3.500 m<sup>2</sup>; Fortaleza tem uma unidade fantástica, com uma área de 2.272m<sup>2</sup>, distribuídos em cinco pavimentos. A BPE/RS está aquém na questão de espaço. Para o governo, outras instituições são prioridade no que refere-se à verba.

**9. Há incentivo para os funcionários se informarem sobre a edificação e se tornarem fonte de informação?**

**Morgana:** Os funcionários são antigos e todos conhecem a história do prédio. Todos se apropriaram e dão informações para qualquer pessoa, quando perguntados. Chegam a contar histórias, pois já estão há muito tempo trabalhando por aqui. Os estagiários também são aconselhados a se apropriarem da trajetória da unidade e seu funcionamento, como saber sobre os eventos culturais para dar informações. No setor do Rio Grande do Sul, historiadores trabalham e atendem as pesquisas e fazem as visitas guiadas. Os dois participam da construção das palestras do Clube de Leitura. Um deles é o restaurador e faz encadernação.

**10. Além da visita guiada, são realizadas outras atividades que mencionam o patrimônio edificado?**

**Morgana:** Já tivemos palestras sobre a unidade, mas este anos somente as visitas guiadas. O foco de 2017 foi a programação cultural.

**11. Já foi realizada alguma exposição sobre a história do prédio?**

**Morgana:** Foi feita várias vezes, mas a última foi feita junto ao Museu de Arte do Rio Grande do Sul, nos 140 anos da biblioteca.



**12. Quantos funcionários trabalham na unidade?**

**Morgana:** São cinco bibliotecárias: duas no administrativo e orientação sobre o funcionamento geral projetos; uma no sistema estadual; duas no processamento técnico; uma voluntária. Não há concurso desde 1991 para bibliotecário no Estado. Além dois dois historiadores.

**13. A biblioteca possui algum material de divulgação impresso sobre a unidade? Neste material há informação sobre a história da edificação?**

**Morgana:** Atualmente, não. Mas gostaríamos de ter, mas falta verba para isso. Há outras prioridades. Há a ideia de ter um banner patrocinado pela Associação de Amigos da BPE/RS.

**14. Com quem você contaria para redigir essa material?**

**Morgana:** Com os funcionários, historiador, jornalista e bibliotecárias. Seria um trabalho em equipe.

**15. Há material disponível sobre a biblioteca e o patrimônio para consulta?**

**Morgana:** Uma arquivista fez todo o levantamento do que existe sobre o patrimônio edificado em documentos do acervo. Os livros sobre a biblioteca estão disponíveis no acervo para pesquisa.

**16. A biblioteca tem informação sobre sua unidade em *site* ou mídias sociais?**

**Morgana:** O nosso *site* está parado e desatualizado. Está em mudança e sem previsão, no momento de nova apresentação.

**17. A biblioteca faz uso de outras mídias?**

**Morgana:** O Facebook com uma página para divulgar as atrações culturais e eventos.

**18. Há um orçamento destinado à preservação do patrimônio? Poderia dizer o valor?**

**Morgana:** Não existe orçamento para a biblioteca. O que existe é um orçamento geral da Secretaria de Cultura do Estado. Sempre que há necessidade é feito solicitação para a secretaria, mas ser recusado. Somente as fundações é que têm recursos que o governo repassa.

**19. A biblioteca entra dentro da verba geral para a Secretaria de Cultura?**

**Morgana:** Sim, isso.

**20. Com que recurso financeiro a unidade pode contar?**

**Morgana:** A biblioteca tem como recurso a verba vinda da sua Associação de Amigos. Por meio dela pagamos, por exemplo, as hidras do banheiro, pois não tinha

tempo para ficar esperando a Secretaria liberar a verba. A unidade faz locações para gravações de filme, propaganda, entre outros, por meio da associação, quem gerencia o dinheiro.

## **21. E como são feitas as compras de livros?**

**Morgana:** O acervo não tem uma verba destinada. A última compra foi em 2006. A unidade recebe excelentes doações. Pela associação já foram compradas lâmpadas, computadores, ventiladores, papel.

## **22. Há quanto tempo estás à frente da Biblioteca?**

**Morgana:** Por conta do meu trabalho eu tenho permanecido como diretora, mesmo com as mudanças de governo. A biblioteca recebe apoio da comunidade em função das ações da unidade, por causa das atrações culturais, divulgação na mídia. Armino Trevisan escreveu um artigo falando da importância da unidade e da necessidade de um anexo para biblioteca, pois o prédio não dá conta. O resultado foi a mobilização da comunidade resultando em um abraço à biblioteca no ano de 2012 ou 2013. Começou uma mobilização na rede social para um abraço na biblioteca no dia internacional do livro. A população e personalidades participaram do abraço, o que mostrou que as pessoas estão preocupadas com o destino da instituição.